

**INVENTÁRIO
CULTURAL
DO
MUNICÍPIO
DE CONDE**





Inventário cultural do Município de Conde.

2020—PARAHYBA



FUNETEC - PB
FUNDAÇÃO DE APOIO AO IEPB



Campus Avançado
Cabedelo Centro



SIMPLICIDADE E TRABALHO. ASSENTAMENTO RICK CHARLES.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITOR

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Maria Cleidenédia Moraes Oliveira

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Manoel Pereira de Macedo Neto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Pablo Andrey Arruda de Araujo

EDITORA IFPB**DIRETOR EXECUTIVO**

Carlos Danilo Miranda Regis

Copyright © Lucas Neiva Peregrino et al. Todos os direitos reservados. Proibida a venda.

As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Nilo Peçanha - IFPB, campus João Pessoa

I62 Inventário cultural do Município de Conde / organizadores, Lucas Neiva Peregrino et al. – João Pessoa : IFPB, 2020.
233 p. : il.

Inclui referências

Pdf

Tamanho do arquivo 16MB

ISBN 978-65-87572-19-2

1. Inventário cultural - município. 2. Patrimônio histórico - município do Conde. 3. Políticas culturais - Paraíba. 4. Cultura. 5. Arte.
I. Peregrino, Lucas Neiva. II. Título.

CDU 930.85(813.3)

Elaboração: Lucrecia Camilo de Lima – CRB 15/132

CONTATO

Av. João da Mata, 256 - Jaguaribe. CEP: 58015-020, João Pessoa - PB.

Fone: (83) 3612-9722 | E-mail: editora@ifpb.edu.br

SUMÁRIO

Parte I

Um presente para o futuro; Conde, cidade unida! <i>Márcia Lucena</i>	6
Para que serve um Inventário Cultural? <i>Rejane Nóbrega</i>	8
Considerações Iniciais <i>Keitiana de Souza</i>	13
Inventário Cultural e Políticas Culturais <i>Lucas Peregrino</i>	21
De Vila de Jacoca a município de Conde <i>Jessyca Marins</i>	40

Parte II

Lugares e Edificações	66
Celebrações, Eventos e Festas	96
Formas de Expressão	120
Pessoas de Referência	140
Ofícios, Saberes e Técnicas	180
Referências	200
Anexos	204

Ficha Técnica

REALIZAÇÃO

PREFEITURA DE CONDE – PB
Prefeita Márcia Lucena

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
Secretária Aparecida Uchoa

ASSESSORIA ESPECIAL DE CULTURA
Rejane Nóbrega

PARCERIA

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
Reitor Prof. Cícero Nicácio
do Nascimento Lopes

IFPB – CAMPUS AVANÇADO DE
CABEDELO CENTRO
Diretora Keitiana de Souza

FUNETEC
Presidente Anselmo Guedes
de Castilho

INVENTÁRIO CULTURAL DE CONDE

COORDENAÇÃO GERAL –
PREFEITURA DE CONDE
Rejane Nóbrega

SUPERVISÃO INSTITUTO
FEDERAL DA PARAÍBA
Keitiana de Souza Silva

COORDENAÇÃO DE PESQUISA
Jessyca Barbosa Marins
Lucas Neiva Peregrino

PESQUISADORES IFPB
Andreza Ferreira de Lima Paiva
Jacilba Freire Marinho

PESQUISADORES ASSISTENTES /
BOLSISTAS
Raynara da Costa Silva
Ryan Fernandes dos Santos
Maria Clara M. Ferreira da Silva
Pamella Bezerra Guedes
Laís Alves Luna
Thayani Macegossa Rodrigues
Gabriel Farias Pereira
Luiza Guedes Gomes
Yasmin Esther Estendeslau
Santiago Rayely Freire dos
Santos
Vanessa Muniz Maximiano
Vitória Lissandra Lira da Silva
Iasmyn Lorraine de Almeida
Fonseca

FOTOGRAFIAS
Fernando Luiz Oliveira
Leandro Pellizzoni
Lucas Neiva Peregrino
Rafael Passos
Thiago Nozi

REVISÃO DOS TEXTOS
Mônica Gomides

DESIGN DE CAPA E DIAGRAMAÇÃO
João Faissal /
Neopop Imaginária



PAR



FARINHA

Um presente para o futuro; Conde, cidade unida!

Um povo precisa ser forte, livre e ter uma ampla noção de pertencimento!

Viver em um território, uma cidade, significa construir sua história e dar forma a sua cultura. Sofrer interferências do novo, colocar a cabeça acima das nuvens e voar, mas sem deixar de se alimentar por meio de nossas raízes é o que nos faz fortes.

Um povo forte é um povo de coragem, um povo de coragem é um povo livre!

A liberdade é a barca que leva a verdade para além de nós mes-

mos, dos nossos limites e dos limites do tempo...

A coragem é o que nos faz criar!

A cultura, a história e a arte falam a língua da liberdade, da coragem e do pertencimento – falam e escutam! Formam e transformam! Nos fazem criadores e criaturas.

O movimento de expansão e contração da vida revela esse poder! Enquanto mais sabedores de nossa história, da nossa cultura e dos nossos mestres (que se movem de formas e lugares diferentes e dão ritmo ao passado, presente e futuro), mais fortes, corajosos e

livres! Mais nos tornamos humanos! Mais pertencemos! Quando pertencemos, cuidamos, respeitamos, amamos.

O Conde é um município de muita diversidade. Essa diversidade se expressa a cada palmo de chão percorrido e com ela a beleza, a estética, a ética e a história que marca o encontro de diferentes povos – indígenas, quilombolas, caboclos assentados, agricultores e agricultoras, pescadores – que, com seus hábitos, crenças, costumes, existem e resistem.

Cenário de muitas lutas, violências, mortes, injustiças, perseguições e

PRAIA DE TAMBABA.
FOTO: LEANDRO
PELLIZZONI



apagamento, o Conde teve por vezes sua história interrompida ou ultrajada. Foi arrancada, pelas mãos dos senhores brancos, mais do que as terras ou as vidas de alguns, mas a sua identidade! O Conde se partiu em vários pedaços e sobreviveu.

Com o compromisso de fazer do Conde uma cidade unida, com um povo forte, livre e corajoso, começamos a mobilizar e sensibilizar as pessoas para a importância de seu patrimônio cultural, a retomada de sua identidade, de seu pertencimento.

Saber quem somos, onde estamos e para onde vamos é uma forma

de tomar consciência do coletivo e da importância dos elementos que compõem o território para o desenvolvimento de valores associados a cidadania, a participação social e a constante busca por melhorias na qualidade de vida.

O Inventário Cultural é um princípio dessa consciência: conhecer, coletar, organizar e revelar nosso fazer cultural, nossos costumes e nossa forma de viver e expressar a vida; mas é também o princípio do reencontro de pessoas que foram propositalmente distanciadas e que agora recordam, a partir dele, suas histórias, seus fazeres e sua unidade. Pessoas que estão se re-

vendo, se refazendo e revivendo a ponto de se perceberem parte de um só território. Um território que exige de todos nós a união. Unir as partes, unir 22 comunidades e 9 praias, unir litoral e área rural, encontrar trilhas, caminhos. O Inventário tem a pretensão de contribuir para que o Conde escreva uma nova/velha história, um futuro abençoado pelo seu passado, seus mestres seus ancestrais. Que esse Inventário Cultural seja o seu presente!

Márcia Lucena
Prefeita de Conde
Dezembro de 2020

Para que serve um Inventário cultural?

Gratidão; narrativa e sentimento:

É com uma alegria imensurável e a convicção do cumprimento de uma etapa muito significativa do trabalho, com as políticas públicas de cultura desenvolvidas durante a gestão da professora Marcia Lucena, que apresentamos esse catálogo, contendo as principais referências Culturais do Município de Conde, no litoral sul da Paraíba.

Para que serve um Inventário Cultural?

Tudo começou há muitos anos atrás, quando a sensibilidade artística de um gestor, no caso o escritor, poeta, folclorista, etnomusicólogo e intelectual Mário de Andrade, saiu viajando pelo Brasil, de norte a sul, em busca de identificar e fazer o registro da diversidade cultural brasileira para, como diretor-fundador do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, saber para quem e como formular e realizar políticas públicas de cultura.

Desde então, nos primórdios do “Turista Aprendiz” de Mário de Andrade que se fazem tentativas de mapear a diversidade Cultural brasileira; muitas tentativas isoladas, por diversas instituições e gestões públicas, a exemplo do extinto MinC, o nosso saudoso Ministério da Cultura, na tentativa de cumprimento da meta 3 do Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio da implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, o SNIIC.





CASA DE GARRAFA PET - FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Então, os Inventários Culturais servem para isso: para se saber para quem e com quem fazer Políticas Públicas de Cultura.

Também servem para ativar saberes, conhecimentos e Interculturalidades nos territórios.

Serve para revelar culturas, expressões e identidades reprimidas por más gestões públicas, que buscam a valorização do que “vem de fora”, em detrimento do fortalecimento das identidades locais.

No Conde hoje, com a realização do Inventário Cultural, muitas expressões Culturais, pessoas de referência, lugares, saberes e fazeres, celebrações, foram re-identificadas e re-significadas, envolvidas numa teia de valorização, respeito e afeto pela gestão pública municipal atual sob o comando luxuoso da prefeita Márcia!

Hoje, em Conde, temos uma rede em processo e que se auto reconhece para ocupar seus lugares de cidadãos, compondo as várias identidades que formam a grande rede da diversidade cultural local.

E todo o universo da cultura em Conde foi inventariado?!

Não! Impossível pela dinâmica do tempo, limitação de recursos financeiros e humanos. Também, pela dinâmica do processo cultural: todo dia surgem novas referências, novos agentes vão aparecendo...

Contudo, mesmo com uma equipe reduzida, o trabalho que apresentamos agora, é gigante em significado! Gigante em valor simbólico! E vai servir de base para a implementação das Políticas de Cultura no Município!

Sou muito grata a todos e todas que possibilitaram essa realização!

Primeiro, a prefeita professora Márcia Lucena, pelo compromisso e sensibilidade com a Cultura e com todos que a representam no Conde!

Sou muito grata a todos e todas pessoas e bens inventariados! Pessoas detentoras de saberes, fazeres, referências, as quais abriram suas casas, seu tempo, para receber a equipe de pesquisadores.

Sou muito grata ao Instituto Federal da Paraíba, representado pela Professora Keitiana Souza, diretora do Campus de Cabedelo, que acolheu a proposta de parceria para realização da pesquisa; Gratidão à professora Keitiana, às professoras Jaci Marinho e Andreza Paiva, que compuseram a equipe do inventário como Supervisora e professora extensionista, respectivamente.

Gratidão à FUNETEC, que fez a gestão administrativa do projeto junto à prefeitura de Conde.

Gratidão aos alunos do Instituto Federal de Cabedelo, bolsistas e colaboradores da pesquisa de campo.

Gratidão às bolsistas da UFPB, auxiliares da pesquisa de Campo!

Gratidão à professora Doutora Luciana Chianca, do Departamento de Antropologia da UFPB, por nos guiar nos primeiros passos das relações institucionais e por toda sua colaboração para que o processo fluísse.

Gratidão aos parceiros colaboradores do IPHAN e IPHAEP, e SeCult-PB, especialmente ao antropólogo Átila Tolentino;

Gratidão à Leticia Viana, Antropóloga da UNB, por sua colaboração e ensinamentos;

Gratidão às secretárias e Secretários Municipais de Conde, envolvidas/os mais diretamente na realização do Inventário: Cida Uchoa (Educação); Bárbara Lins (Administração); Sônia Wanderlei (Fazenda); Secretário Flávio Tavares – (Planejamento) e Junior Caróe (Secretário Adjunto de Educação).

Gratidão ao Carlos Leite e Marquinhos de Mituaçu, meus colegas de gestão da Cultura.

E, por último, mas não por acaso, aos antropólogos e coordenadores da Pesquisa do Inventário Cultural de Conde Jessyca Marins e Lucas Peregrino, meu mais profundo agradecimento pelo grande compromisso durante todo o processo, superando todas as dificuldades impostas pela dinâmica da vida e dos processos, incluindo uma Pandemia! Vocês arrasaram muito! Gratidão!!!

Rejane Nóbrega

Assessora Especial de Cultura de Conde
Coordenadora Geral do Inventário Cultural de Conde
Gestão “Conde, a Cidade Unida”, da professora Márcia Lucena!

**Dedico a parte
que me cabe à
memória do querido
professor Iveraldo
Lucena, fonte de
inspiração e um dos
maiores entusiastas
da realização do
Inventário Cultural
de Conde, pelo seu
amor pela/com a
Cultura de Conde
e com seu povo de
modo geral!**



FEIRA LIVRE - FOTO:LEANDRO PELLIZZONI

DEBULHANDO O FEIJÃO VERDE - FOTO:LEANDRO PELLIZZONI



RITUAL DA JUREMA SAGRADA. TAMBABA. FOTO:LEANDRO PELLIZZONI

Considerações Iniciais

"(...) quando fala em cultura a gente fala em garantir a territorialidade, o nosso território; garantir a terra, garantir a permanência (...) perder o território é perder a cultura (...) perder o nosso coco de roda, (...) o toré, (...) a ciranda, (...) a lapinha, (...) a capoeira, porque a gente não vai ter o território e possivelmente a gente não vai ter como expressar isso que a gente expressa através da dança, através do corpo, através da movimentação, através da música (...), o artesanato (...)

Se a gente perde um território, a gente vai perder tudo isso.

Então, a gente tem que assumir a bandeira de luta e garantir o nosso território, certo?"

— Josinaldo Rodrigues, conhecido por Nego, Quilombo do Gurugi



O trabalho que apresentamos é muito mais do que um projeto político-institucional de uma gestão municipal que enxerga, nas políticas culturais, a valorização do seu povo. Esse é o espaço dado às vozes, à arte, aos modos de subjetividades de centenas de pessoas deste município que representam a diversidade cultural de Conde (PB). A Prefeitura Municipal de Conde, através da gestão da professora Márcia Lucena, reconhece que, enquanto agentes públicos e Estado constituído, temos uma obrigação moral com os nossos antepassados condenses.

Esse instrumento que apresentamos é um registro histórico e etnográfico que será deixado como evidência de que as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, pesqueiras, agrícolas, os assentados e as demais representações do município de Conde fazem arte, produzem cultura, constituem multiplicidades de estéticas de existência que fazem desse município uma referência cultural no estado da Paraíba e no Brasil.

Este documento é uma prova de que existem muitos modos de existências criativas no município de Conde. Elas serão eternizadas neste inventário realizado em parceria com o Instituto Federal da Paraíba/Campus Avançado Cabedelo Centro (IFPB/CACC) e com o apoio técnico da Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (Funetec-PB), fundação de apoio ao IFPB.

O IFPB/CACC objetiva ser uma unidade de ciência, ensino, pesquisa e extensão referência em cultura e direitos humanos, tendo como justificativa a parceria entre as instituições públicas e a Funetec-PB.

Considerando a necessidade de políticas públicas de cultura, de educação patrimonial e em direitos humanos, a Prefeitura Municipal de Conde, partindo da visão política e pedagógica de que um povo só é forte através do fortalecimento de sua identidade cultural, desenvolve desde 2018 um projeto que postula inventariar os bens culturais do município, democratizando o acesso à cultura e salvaguardando, por meio de registros de bens e referências culturais do município, a riqueza e as heranças culturais de seu povo. A proposta da gestão municipal objetiva políticas públicas de cultura construídas de forma participativas através do inventário de referências culturais que escutam vozes silenciadas e visibilizam as várias estéticas de existências pautadas na diversidade.

Para melhor compreensão dessa relação entre direitos humanos e patrimônio cultural, é preciso um melhor entendimento sobre os conceitos e os fundamentos jurídicos que asseguram os direitos culturais.

Podemos definir cultura pelos sistemas de significados, valores, crenças, costumes, ética, moral, estéticas de existência, práticas educativas, técnica e modos de vida criativos ou reproduzidos. Estilos de vida que norteiam grupos humanos; modos ou modelos de subjetividades.

Na herança filosófica grega, cultura era constituída pela paideia, que significava todos os aspectos de formação de um povo. Com o advento moderno da antropologia, o conceito de cultura passa a ser compreendido como um sistema dinâmico, que,



ZÉ DO BALAIO NO MANGUE (MITUAÇU) – FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

segundo Taylor (1832–1917), inclui conhecimentos, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade de hábitos adquiridos pelo homem em seu meio social.

Para Letícia Vianna (2020), “patrimônio cultural diz respeito aos conjuntos de conhecimento e realizações de uma sociedade, que são acumulados ao longo de sua história e lhes conferem os traços de sua singularidade em relação às outras sociedades”. Quando tratamos de patrimônio cultural, estamos falando do que é valioso para grupos sociais, para estados constituídos como nação, comunidades grandes e pequenas.

É importante falar do Inventário Participativo, proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2016, bem como do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), de 2000, e do Inventário Pedagógico, de 2013, frutos da participação do IPHAN na atividade de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Essas três iniciativas buscam estimular as próprias comunidades a selecionarem seus bens culturais através de referências comunitárias, escolas, associações, colônias, comunidades familiares, igrejas, pesquisando mestres de cultura referenciados e reconhecidos a partir da comunidade e, a partir disso, possibilitando o reconhecimento do estado. Assim, os inventários participativos são bússolas que indicam bens culturais. Entre os bens, é possível destacar parteiras, contadores de história, artesãos, curandeiros, rezadeiras, raizeiros, mestres de coco, grupos folclóricos, comunidades tradicionais, como pescadores, ribeirinhos e indígenas.

Na metodologia dos inventários, são utilizadas fichas específicas que conduzem as pesquisas elaboradas a partir do levantamento dos territórios e categorias de bens, entre eles: celebrações, formas de expressões, lugares, ofícios e modos de fazer. Segundo o Manual de aplicação de Inventários Nacional de Referências Culturais,



FEIRA LIVRE DE CONDE, VENDA DE CARANGUEIJO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



Apreender referências culturais significativas para um determinado grupo social pressupõe não apenas um trabalho de pesquisa, documentação e análise, como também a consciência de que possivelmente se produzirão leituras, versões do contexto cultural em causa, diferenciadas e talvez até contraditórias – já que dificilmente se estará lidando com uma comunidade homogênea. (IPHAN, 2000, p. 19).

Cabem às escolas, aos educadores, aos militantes dos direitos humanos e aos gestores públicos tornarem a legislação de preservação do patrimônio cultural eficaz através da educação patrimonial, tornando acessível as múltiplas referências culturais da sociedade. Bem como nortear a prática educativa por meio do relativismo cultural e do respeito às tradições culturais. Isso tudo a partir do pressuposto de que a educação patrimonial é educação em direitos humanos, que assegura o autoconhecimento, a autoestima dos povos, a autovalorização das comunidades, dos grupos sociais, da nação, em prol da diversidade, da valorização das culturas ancestrais e da superação das desigualdades sociais.

Um governo, seja ele federal, estadual ou municipal, que entende as políticas de cultura como base de educação, reconhecimento identitário e cidadania é uma referência política que é preciso registrar. Ao se tratar de um governo municipal, esse fato ainda é muito mais relevante diante das dificuldades econômicas vivenciadas pelos municípios pequenos no Brasil.

O município de Conde, na zona costeira sul da Paraíba, é caracterizado pela diversidade de grupos étnicos, como indígenas e quilombolas; e de populações denominadas tradicionais, a exemplo de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais. A luta pelos direitos territoriais dessas comunidades é uma luta histórica e diária dentro do município. Por isso a importância de inventariar os seus bens culturais em prol da valorização da sua diversidade.

O inventário representa o bem comum do povo de Conde, independentemente de suas divergências. Ademais além de representar uma narrativa de equidade diante das dívidas históricas, representa também um instrumento estratégico de políticas públicas, sem privilegiar ou preterir fontes ou bem cultural qualquer que seja. Postulamos justamente que esse instrumento represente democraticamente os modos de existência presentes no referido território.

Os bens aqui apresentados se constituem como resultado dos passos de cada pesquisador e agente cultural no Conde na busca de ouvir todas as vozes que se disponibilizaram a construir, de forma coletiva, esse instrumento que estamos apresentando. Aqueles que não participaram, assim não o fizeram por escolhas individuais. Todos que foram indicados ou referenciados como representação cultural do município foram procurados por membros da equipe e pela supervisão de trabalho do IFPB, que se mostra imparcial a qualquer posição político-partidária no interior do município e recebeu autonomia em gerir esse processo como instituição de pesquisa respeitada pela gestão municipal.

Mestres de cultura, representantes de associações, colônia de pescadores, líderes indígenas e quilombolas, líderes religiosos, brincantes, folcloristas, produtores culturais, artesãos, artistas, trabalhadores comuns, mestres de cozinha popular, pesquisadores da área, estudantes e agentes públicos, de forma integrada, tornaram esse inventário possível.

O texto do inventário contará com uma produção dos componentes da equipe técnica contratada pela Funetec-PB, os pesquisadores Jessyca Marins (mestre em Antropologia) e Lucas Peregrino (mestre em Ciências Sociais); dos bolsistas do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio de Serviços Jurídicos do IFPB, Raynara Costa, Rian Fernandes, lasmin Lorryne, Luiza Costa e Rayelle Freire; dos bolsistas do Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFPB, Laís Luna, Gabriel Pereira, Clara Ferreira e Pamella Bezerra; com as representações imagéticas do



TERRA E ADORAÇÃO NAS FALÉSIAS DE TAMBABA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



fotógrafo Leandro Pellizzoni, sob a minha supervisão, coordenação institucional no IFPB professora de Filosofia e Metodologia do CACC; e com a colaboração voluntária das servidoras Andreza Paiva e Jacilba Marinho.

Esperamos que este trabalho seja importante para pesquisadores interessados em cultura popular, estudantes e professores, agentes públicos e políticos e que as comunidades do território do Conde se reconheçam e se percebam como protagonistas da cultura do município. Apesar de ter sido idealizado e executado pela gestão municipal da professora Márcia Lucena, esse trabalho transcende esse momento político e representa a força, a criatividade, os anseios, os sonhos e os modos de subjetividade de um povo rico em manifestação e representatividade cultural, o povo do município de Conde.

Um lugar cercado pela mata úmida, pela mata de restinga e pelo manguezal e dos benefícios da posição geográfica que fazem do município um território de grande diversidade econômica, a exemplo da pesca, da aquicultura, da agricultura familiar e do turismo, que comporta também uma riqueza cultural com tradições folclóricas e eventos cada vez mais ricos em representatividade cultural, a exemplo de quadrilhas juninas, lambada, grupos de capoeira, grupos de samba e pagode, procissão de São Sebastião, festa de pescadores, coco de roda, lapinha, ciranda, pescarias, carnaval, a tradicional festa de Ano-Novo, Verão Mares de Conde, barqueatas, entre outras. Enfim, apresentamos, no documento que se segue, um recorte cultural de tudo o que é Conde.

Keitiana de Souza Silva

Diretora do Instituto Federal da Paraíba
e Supervisora da Pesquisa do Inventário Cultural





PROCESSÃO DE SÃO SEBASTIÃO
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Inventário cultural como Políticas culturais

Os artefatos e pinturas milenares produzidos pelos seres humanos são capazes de nos informar que há muito tempo fazemos registros de nossas atividades, sejam elas em contato com a natureza ou com outros seres humanos.

Os sítios arqueológicos, a própria arqueologia e a história revelam essas contribuições científicas nas diversas regiões do globo. O registro do conhecimento é uma atividade que pode ser representada de diversas formas, pinturas, objetos, edificações, palavras escritas e faladas, etc.

Neste sentido, os inventários – independente de qual tipo (individual, coletivo, jurídico, patrimonial ou cultural) – são instrumentos contemporâneos de registrar bens materiais, informações ou significados produzidos pelos diversos grupos sociais ou indivíduos. Estes instrumentos contemporâneos listam e detalham informações a respeito de coisas que podem ter matéria ou não. Uma família pode fazer o inventário da sua matriarca ou seu patriarca, um coletivo pode fazer o inventário dos seus bens materiais, um grupo social pode fazer o inventário de suas expressões culturais e, assim, muitos exemplos são possíveis.

No senso comum, os inventários são conhecidos, por seu conceito, como um procedimento judicial que lista e descreve todos os bens – materiais (casa, carro, terrenos, etc.) e imateriais (aplicações finan-

ceiras, obrigações judiciais, etc.) – da herança de uma pessoa. Apreendemos este conceito do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), mais especificamente o seu Capítulo VI (“Do Inventário e da Partilha”) conjugado com diversos outros instrumentos legais.

Historicamente a institucionalização desses procedimentos está presente na Lei das XII Tábuas, documento histórico anterior a Cristo e de fundamental importância para o estabelecimento do Direito Romano, que é a base do direito ocidental contemporâneo.

Apesar da riqueza histórica e de seus fundamentos, devemos ter em mente que a ideia central dos inventários é de listagem e de descrição para preservação de um direito. Neste sentido, os inventários culturais surgem com essa mesma ideia: listar bens culturais (materiais e imateriais) descrevendo suas formas, significados e histórias visando a preservação e a salvaguarda de direitos culturais, patrimoniais, territoriais e tantos outros que refletem a ideia de garantias e direitos fundamentais.

No século XX, diversos instrumentos legais produzidos por Estados nacionais e organismos internacionais promovem a preservação desses direitos e garantias fundamentais. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 é um bom exemplo de regulamentação.

A Carta Magna do Brasil (1988) legitima os inventários como uma forma de promoção, proteção, acautelamento e preservação do patrimônio cultural bra-

sileiro (art. 216, § 1º), posicionando esse instrumento em um patamar de superioridade para nortear a política patrimonial. Nos anos 2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) foi criado pelo Decreto n. 3.551/2000, mas apenas em 2016 este programa foi regulamentado com a Portaria n. 200 do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). Sabemos que esse instrumento infralegal apenas aponta uma orientação para as políticas culturais para o patrimônio, não garantindo a obrigatoriedade do Estado agir nos termos detalhados.

Por outro lado, a portaria do IPHAN reflete o avanço das discussões das políticas culturais para o patrimônio, levando em conta as pesquisas feitas por diversos profissionais (professores e pesquisadores) e técnicos do órgãos de preservação (federal, estaduais e municipais) das diversas áreas (antropologia, sociologia, arquitetura, arqueologia, história e outras). Ela leva em consideração os instrumentos nacionais de promoção e salvaguarda do patrimônio imaterial, inclusive as metodologias dos inventários: o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (IPHAN, 2000) e o Inventário Participativo (IPHAN, 2016).

A justificativa da utilização dos inventários, seja ele um produto técnico ou não, como uma política pública está mais do que consolidado no Brasil. Neste sentido, a utilização desses instrumentos cabe aos entes federados e estaduais que compactuam com valores democráticos e, assim, participativos de produção de políticas públicas estruturantes para área da cultura. É isso que a gestão municipal do



CASA DE TAIPA
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



PASSEIO DE BARCO NO RIO GRAMAME
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



DETALHE DAS PALHAS USADAS NA OCA DA ALDEIA
GRAMAME. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Conde transparece ao buscar uma instituição séria como o Instituto Federal da Paraíba e sua Fundação de Apoio (FUNETEC-PB) para concretizar um programa político coerente com a época e o contexto em que o território se insere.

Alguns fatores históricos e territoriais descritos ao decorrer deste texto refletem os tempos vividos pelo Conde em um passado nem tão distante. O coronelismo e a luta pela terra de um dia dão espaço para a afirmação da resistência e persistência territorial e cultural de uma gente que sofreu, mas que agora quer aparecer. O Inventário Cultural de Conde não traz uma nova história, objetiva sim dar voz e vez àqueles que foram silenciados e invisibilizados pelas elites de outrora, que ainda rondam o território e as memórias.

Assim, o inventário – a “lista” e a “descrição”, base do instrumento – utilizado pela equipe técnica do IFPB e da FUNETEC-PB, promove a valorização e a salvaguarda dos bens culturais que formam a maior herança que Conde pode sustentar para as futuras gerações. Ademais, o Inventário Cultural de Conde (2020) não teve a condições – por questões de recursos humanos e tempo – de dar conta da totalidade dessa herança, mas se efetiva como uma primeira etapa de uma política pública de cultura para o Município.

As fases de (1) identificação do problema e de (2) produção da agenda e dos objetivos de uma política pública (SOUZA LIMA e CASTRO, 2015) necessitam de um diagnóstico mais próximo da realidade. Neste sentido, os critérios escolhidos pela equipe técnica para selecionar a metodologia dos Inventários Participativos foi a proximidade da comunidade condense à indicação direta das demandas pelos beneficiários da política (programa). Os dados que aqui apresentamos formam um diagnóstico inicial da diversidade cultural de Conde, tendo como potencial a formulação de políticas (públicas) culturais e, assim, a implementação de um Sistema Municipal de Cultura, como apontado pela Prof. Keitiana de Souza Silva no texto de abertura do presente trabalho.



RETRATOS DA CULTURA CONDESE
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



Entendemos políticas culturais como o programa de intervenções e as intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados visando promover o desenvolvimento simbólico e a satisfação de necessidades culturais da população (CANCLINI, 2005; COELHO, 1997). Percebe-se que uma população não precisa do Estado para realizar ações culturais em seu território, mas pode em conjunto com ele potencializar as suas ações. Desta feita, Gilberto Gil em seu discurso de posse como Ministro da Cultura, apontou com precisão:

“Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos [...] proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais [...] promover o desenvolvimento cultural. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania” (ÍTEGRA, 2003).

O diagnóstico produzido pela pesquisa, documentação e mapeamento da diversidade cultural de Conde por si garante à população o acesso à cidadania, possibilitando ainda que a gestão municipal promova outras formas de fruição desse direito constitucional fundamental (BRASIL, 1988, Art. 1º, II).

Com relação às políticas culturais no Brasil o Professor Antonio Albino Canelas Rubim, caracteriza seu histórico em seis pontos: seu caráter tardio, sua descontinuidade, sua desatenção, seus paradoxos, seus impasses e seus desafios (RUBIM, 2007). O mesmo autor aponta que um dos grandes desafios é “a ausência de uma política consistente de formação de pessoal qualificado para atuar na organização da cultura” (RUBIM, 2007, p. 32). Podemos perceber que o Inventário Cultural de Conde (ICC) faz um esforço para apresentar um produto técnico-científico para colaboração da organização da cultura. Entendendo aqui cultura como as políticas culturais.

FOGÃO
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

O esforço metodológico e científico do ICC revela-se na aplicação de duas ferramentas produzidas pelo IPHAN e legitimadas pelos pares que estudam o campo do patrimônio imaterial. O INRC e os Inventários Participativos são metodologias que fundamentam a documentação e a educação patrimonial permeados pela participação social. Não há como aplicar estas metodologias se os detentores do patrimônio não se interessarem. Assim, a legitimidade das ferramentas acontece com a participação social, clareza nos diálogos, devolutas da pesquisa e respeito para com a identidades culturais.

I. Pesquisa e Metodologia

O ICC possui três eixos: pesquisa; formação e atuação dos bolsistas; e educação patrimonial. A pesquisa desenvolveu-se em nove meses por meio de quatro etapas, sendo as três últimas criadas com base na metodologia de divisão do INRC (IPHAN, 2000) e com suas respectivas atividades: 1. levantamento preliminar, 2. pesquisa e documentação e 3. edição e catalogação.

O Manual dos Inventário Participativos (IPHAN, 2016), por outro lado, foi o eixo norteador para a documentação da pesquisa, pois a equipe utilizou as fichas dos bens culturais para sistematizar os dados coletados. O referido documento do IPHAN, fundamentado pelo conhecimento produzido desde a década de 1970 e com maior afincamento a partir dos anos 2000, traz a divisão dos bens patrimoniais em 5 categorias: Lugares, Objetos, Celebrações, Saberes e Formas de

Expressão. Com o objetivo de adaptação à demanda da própria prefeitura, foram feitas três modificações: 1. ampliação das categorias com alteração do nome de algumas; 2. exclusão da categoria “Objetos”; e 3. inclusão da categoria “Pessoas de Referência”. Portanto, o ICC leva em conta 5 categorias:

1

LUGARES E EDIFICAÇÕES

Os territórios, os espaços culturais e de sociabilidade, as edificações e as paisagens naturais que possuem um significado diferenciado para a comunidade de Conde ou para as pequenas localidades. Assim, são incluídos os bens culturais municipais e os locais.

2

CELEBRAÇÕES, EVENTOS E FESTAS

As celebrações representam expressões culturais com periodicidade estabelecida em decorrência de significados “religiosos, de lazer, de festejar as datas especiais para o local, para a cidade” (IPHAN, 2016, p. 50). Foram incluídos os eventos e festas para agregar a estas categorias eventos formais organizados pela gestão e que foram referenciados pela comunidade.

3

FORMAS DE EXPRESSÃO

Diz respeito às expressões artísticas das diferentes linguagens (literatura, música, artes plásticas, cênicas e lúdicas) e as “formas não linguísticas de comunicação” e o “modo como elas são postas em prática” (IPHAN, 2000, p. 31) pelos grupos sociais detentores.

4

PESSOAS DE REFERÊNCIA

São as pessoas que fazem o patrimônio. São elas que dão valor e tornam um objeto, lugar ou festa uma referência cultural. Nesta categoria são contempladas as lideranças comunitárias, os detentores de saberes tradicionais, moradores antigos e os guardiões de memórias. A partir da eficácia desta categoria foi construída uma lista preliminar de Mestres de Saberes Tradicionais.

5

SABERES, OFÍCIOS E TÉCNICAS

Diz respeito ao conhecimento de técnicas e das matérias-primas que dão significado a um grupo social ou a um território. Tanto a produção de artefatos como a execução de ofícios e serviços “que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente” (IPHAN, 2000, p. 31).

Os raizeiros e raizeiras, benzedeiros, balaieiros e tantos outros.



FOTOS DE PESQUISA
DE CAMPO: MITUAÇU E
MATA DA CHICA.
FOTOS: ANDREZA PAIVA,
LEANDRO PELLIZZONI

Neste sentido, as fichas preenchidas ao final deste trabalho levam em conta estas cinco categorias. Para cada bem cultural inventariado há uma ficha que descreve o bem e as especificidades da categoria. Na descrição da ficha há uma introdução com sete perguntas temáticas: Nome, Imagem, O que é, Onde está, Períodos importantes, História, Significados. Após esta parte introdutória há a descrição que atende as especificidades das categorias. Por exemplo, nas Celebrações há a necessidade de falarmos das expressões orais e corporais, questões que não fazem sentido para Lugares e Edificações. Todas as fichas preenchidas sobre os bens culturais estarão ao final do trabalho.

Não foram preenchidas as outras fichas do Manual (IPHAN, 2016a): a do projeto, do território, das fontes pesquisadas, do relatório de imagens e do roteiro de entrevista). Contudo suas informações estão contempladas nos textos que apresentamos neste trabalho. O acervo de imagens e vídeos produzidos pelo jornalista Leandro Pellizzoni estão salvos nos dois HDs externos e na pasta virtual do Google Drive.

Na primeira fase (Levantamento Preliminar), foram sistematizadas as “informações inicialmente disponíveis”: dados históricos, contatos, conversas com os detentores e pesquisas já desenvolvidas no campo. Um dos grandes avanços neste sentido foi a comunicação com a Secretaria de Planejamento de Conde (SEPLAN) que nos forneceu mapas e documentos oficiais. Outro órgão de fundamental importância foi o Orçamento Democrático (OD) de Conde, ligado ao Gabinete da Prefeita.

Os servidores e servidoras deste órgão juntamente com a Assessoria de Cultura fizeram a ponte entre a equipe técnica do ICC e os primeiros contatos com as comunidades, por meio das lideranças ou moradores antigos. A própria equipe do OD sob a coordenação da Assessoria de Cultura havia desenvolvido uma pesquisa que chamaram de “Levantamento dos Agentes Culturais do Município de Conde” por regiões orçamentárias.

A fase da pesquisa e documentação foi planejada para ocorrer em três meses, obedecendo a formação de três grupos de trabalho: Grupo 1 (Regiões 1 e 2), Grupo 2 (Região 3 e 4) e Grupo 3 (Região 4).

O grupo um foi coordenado pelo antropólogo Lucas Peregrino (com a assistência de uma bolsista), o Grupo 2 pela antropóloga Jessyca Barbosa Marins (com a assistência de uma bolsista) e o Grupo 3 pela Professora Keitiana de Sousa (com a assistência das extensionistas Andreza Paiva e Jacilba Marinho e de dois bolsistas). Devido à extensão da Região 4 optamos por sua divisão entre os Grupos 2 e 3.

Cada Região Orçamentária possui um número variado de localidades e complexidades (ecológicas e sociais) que serão melhor esclarecidas no próximo item (Território e Localidades).

Cada Grupo de Trabalho ficou responsável por produzir as entrevistas individuais e coletivas nas localidades de sua competência, além de executar a observação direta dos eventos, das festas, do território, da paisagem cultural e ecológica, com o

objetivo de produzir informações para preencher as fichas dos Bens Culturais do Inventário Participativo (IPHAN, 2016a).

Das pesquisas realizadas pelos três grupos de trabalho, foram entrevistadas por volta de 120 pessoas (incluindo entrevistas coletivas e individuais) que gerou mais de 90 horas de gravação. A partir dessas entrevistas foram produzidas 86 fichas de bens culturais, dentro das cinco categorias utilizadas.

Além das entrevistas, foram gravados pequenos trechos de eventos que participamos (procissões, festas, rituais religiosos, etc.) com o objetivo de produção de etnografias sonoras. O carro alugado, disponibilizado para a equipe de pesquisa, contribuiu para ampliar a quantidade de quilômetros rodados pelo território, percorrendo trilhas de barro, comunidade rurais e a própria zona urbana.

Ao final da etapa 3 (Pesquisa e Documentação), foi decretado estado de calamidade pública (Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020) interrompendo as atividades de pesquisa de campo. Com o objetivo de não suspendermos o projeto, algumas atividades foram criadas e outras adaptadas ao contexto do distanciamento social. Neste sentido, a Coordenação de Pesquisa estabeleceu novos objetivos:

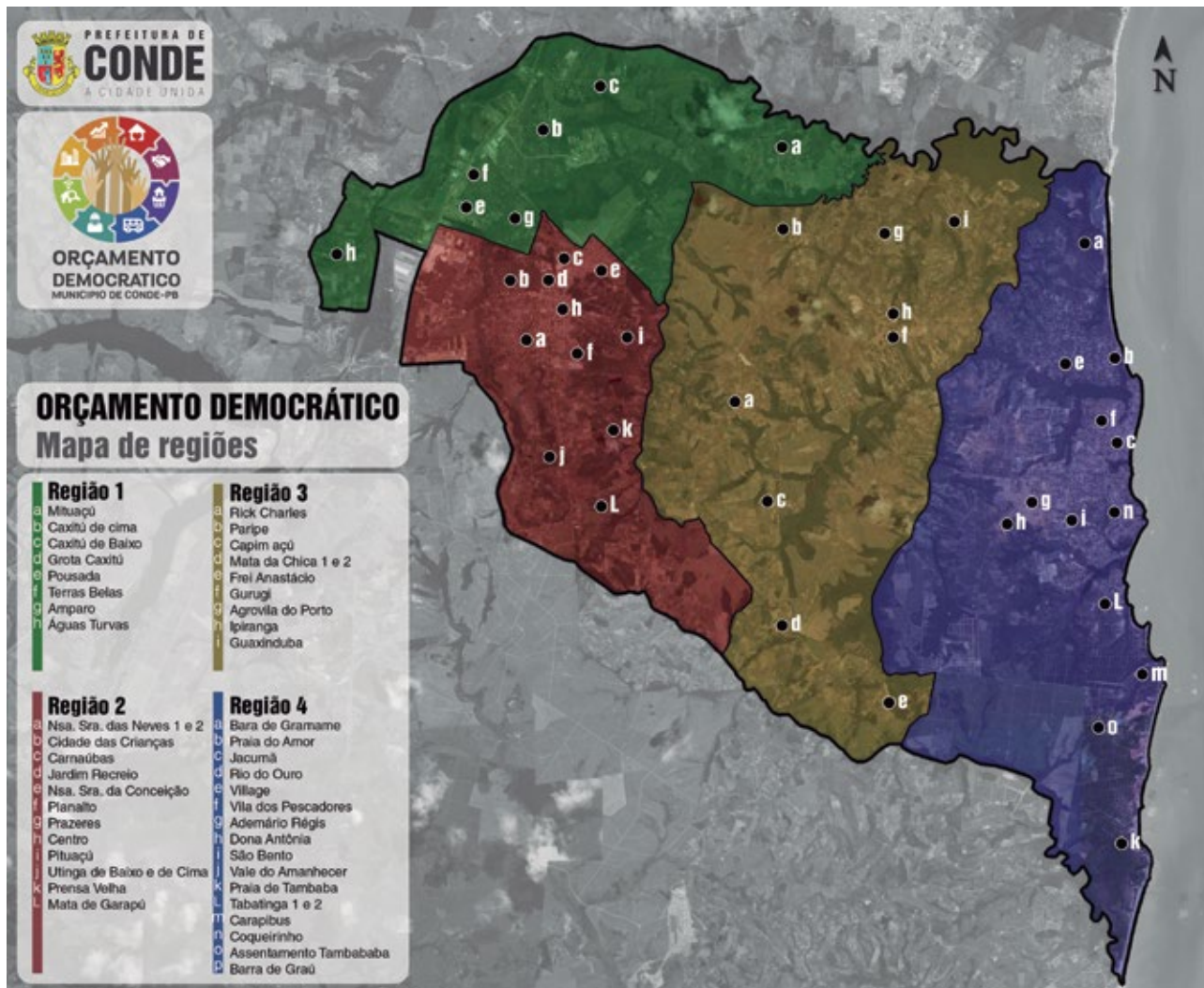
- realizar entrevistas e reuniões apenas pelos meios virtuais (Google Meet e WhatsApp);
- cancelar eventos agendados para abril (Oficina) e junho (Seminário);
- criar cadastro virtual para diagnosticar os efeitos da pandemia na cultura e interessados em participar do Inventário Cultural;
- antecipar atividades de sistematização dos dados de pesquisa.



PAISAGENS COTIDIANAS DE CONDE.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



PESQUISADORES ENTREVISTANDO SEU ZÉ DO BALAIÓ.
MITUAÇÚ. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



FONTE: COORDENAÇÃO DO ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO DE CONDE, GABINETE DA PREFEITA. 2017.

Levando em conta a grandeza da diversidade cultural de Conde, bem como a quantidade de trabalhadores, espaços e grupos culturais do município, esclarecemos que o trabalho desenvolvido pela equipe do Inventário Cultural de Conde é um recorte de pesquisa que deve ter continuidade e aprofundamento em outras etapas, a fim de dar conta da complexidade e quantidade das expressões e dos agentes culturais do município.

O trabalho construído com muitas mãos (equipe de pesquisa e colaboradores da prefeitura) contou com a atuação dos estudantes do IFPB e da UFPB que desenvolveram partes fundamentais de auxiliares de pesquisa. Além do caráter formativo que o projeto proporcionou aos bolsistas, ressalta-se o trabalho de educação patrimonial para a comunidade.

II. Formação e Atuação dos Bolsistas

Como já mencionado, a equipe do Inventário Cultural de Conde contou com o apoio fundamental dos bolsistas do IFPB e da UFPB, que ficaram responsáveis pelo papel de auxiliares de pesquisa. Esse auxílio aconteceu de diversas maneiras, desde o acompanhamento nas entrevistas e observações ao preenchimento de fichas.

Nos primeiros meses de execução do projeto (outubro a dezembro) realizamos atividades de formação com os bolsistas. Na época, trabalhavam na equipe os bolsistas do IFPB (inclusive volun-

tários). A formação teve como objetivo iniciar os alunos aos conceitos básicos de cultura, patrimônio cultural e metodologias de pesquisa. As reuniões semanais foram realizadas no IFPB/Campus Avançado de Cabedelo Centro.

Com o início da pesquisa de campo, em dezembro, a formação continuada ganhou um outro viés, pois nela os pesquisadores (bolsistas e voluntários) se instrumentalizam de novas ferramentas: observar os eventos diretamente e não mais ouvir falar do que acontece, conversar com os detentores do patrimônio, etc. Estas e outras atividades são capazes de capacitar pesquisadores em formação.

Entre dezembro e janeiro, foi solicitado a FUNETEC a contratação de bolsistas da UFPB com formação em Ciências Sociais. Juntamente com os estudantes do IFPB, a equipe de auxiliares desenvolveu as seguintes atividades: 1. acompanhar os pesquisadores nas visitas a campo; 2. participar das reuniões; 3. construir diário de campo; 4. transcrever as entrevistas; preencher as fichas; 5. produzir material de diagnóstico a partir dos dados de pesquisa; 6. auxiliar na organização das oficinas e eventos do ICC (2020).

As atividades dos auxiliares de pesquisa foram fundamentais para dar celeridade e objetividade ao projeto, além de desenvolver o papel de auxiliares de pesquisa (atividades 1 a 6) os bolsistas trabalharam na organização e participaram dos dois eventos produzidos pelo ICC em dezembro de 2019 e março de 2020.



I OFICINA DO INVENTÁRIO CULTURAL DE CONDE. DEZEMBRO DE 2019.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI.



II OFICINA DO INVENTÁRIO CULTURAL DE CONDE. FEVEREIRO DE 2020.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.

III. Educação Patrimonial

Ainda na década de 1990 os inventários são utilizados pelas equipes técnicas, compostas principalmente por arquitetos, para documentar os bens materiais de conjuntos arquitetônicos tombados ou em processo de tombamento. As fichas produzidas por esses profissionais descrevem detalhes das edificações (medidas, técnicas de construção, histórico etc.) e são utilizadas como materiais técnicos para subsidiar decisões administrativas e executivas.

A utilização do inventário como uma “metodologia que fosse sensível à natureza singular desse objeto [patrimônio imaterial]” (MORAIS et al, 2015, p. 225) só é colocada em prática a partir de 2000 com a produção do INRC

tanto para apreender os sentidos e significados atribuídos por grupos sociais às práticas de interesse patrimonial, quanto para permitir a sistematização e comparação de resultados de levantamentos realizados em diversas localidades do país para fins de elaboração de políticas nacionais (MORAIS et al, 2015, p. 225)

A ideia dos inventários como ferramentas de educação patrimonial surge em 2013, com o Inventário Pedagógico (IPHAN, 2013) e é ratificada pelo Manual de Aplicação dos Inventários Participativos (IPHAN,

2016a), pela Portaria nº. 137 do IPHAN (IPHAN, 2016b) e pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2016d). A resignificação desse instrumento técnico em metodologia de educação patrimonial coadune-se com ideia de decolonialidade. Onde

os próprios grupos e comunidades possam assumir, em primeira pessoa, a identificação, o registro e a seleção das referências culturais significativas para a formação de suas identidades e memórias coletivas (TOLENTINO, 2018, p. 15)

Não por acaso o ICC foi implementado como política pública pela gestão municipal. Desde 2018, com a realização da Oficina de Inventários Participativos pelo IPHAN/PB a pedido da Prefeitura de Conde, que a educação patrimonial é uma diretriz da rede municipal de ensino. A partir da oficina foi organizado a implementação da metodologia educacional por iniciativa da Assessoria Especial de Cultura, que culminou no I Seminário de Educação Patrimonial e Inventários Culturais, com a apresentação do trabalho de pesquisa feito pelos professores do 9º ano.

Este evento realizado pela prefeitura contou com o apoio do Observatório de Políticas Culturais da UFPB e do projeto de extensão Patrimônio, Memória e Interatividade (PAMIN).

A implementação do ICC vem acontecendo de forma continuada com diferentes formatos, mas tendo um mesmo conteúdo: educação patrimonial e ges-

Conde 55 anos

I Seminário de Educação Patrimonial e Inventário Cultural de Conde

14/11 - QUARTA-FEIRA
(Centro de Criatividade Professor Ivonaldo Lucena / Núcleo de Cultura)

9h - Abertura do Seminário
■ Apresentação cultural e Exposição das fichas técnicas da pesquisa realizada pelas Escolas Municipais;

9h20 - Apresentação da Mesa
Rejane Nóbrega: Apresentação do Inventário;
Prefeita Márcia Lucena;
Palestrante Darllan Neves da Rocha;
Palestra: Inventário Cultural e participação da comunidade;
Pala Inspiradora: Terezinha Gerônimo;

12h - Almoço

14h - Construindo um Plano de Atividades;
Jessyca Marins e Lucas Neiva;
Antropologia e Inventários Culturais;

15h - Apresentação da Pesquisa realizada pelas Escolas;
Professores, professoras, alunos e alunas envolvidos;

16h30 - Contribuições;

17h30 - Encerramento

*Público-Alvo:
Mestrado: Alunos, professores, docentes, coordenadores pedagógicos, agentes culturais, população em geral
Tarde: professores e agentes culturais, população em geral

Logotipos: UFPB, Pamin, Prefeitura de Conde, Observatório de Políticas Culturais.

CARTAZ DO EVENTO DE 2018.
SECOND/CONDE.



CARTAZ DE LANÇAMENTO DO INVENTÁRIO. 2019. SECOND/CONDE.



CARTAZES DE DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS. SECOND/CONDE.



tão de políticas culturais. Neste sentido, um dos requisitos para realização deste formato apresentado (pesquisa e produto final) foi a organização e execução de eventos de formação e capacitação para os agentes culturais e educacionais do município.

Em novembro de 2019 ocorreu o lançamento do Inventário Cultural de Conde, que contou com a participação da comunidade local e da comunidade acadêmica da Grande João Pessoa. No momento foi apresentado o cronograma de pesquisa e metodologia que seria executada pela equipe.

A primeira Oficina de Patrimônio e Inventário Cultural realizada pela equipe do IFPB e da FUNETEC ocorreu em dezembro de 2019 e teve como temática Protagonismo Cultural e Protagonismo Social. O evento ocorreu no prédio da Secretaria de Educação de Conde e contou com a participação de 40 pessoas, incluindo professores e agentes culturais do município.

Os principais objetivos da oficina foram: apresentar aos participantes a experiência do Museu do Patrimônio Vivo de João Pessoa e provocar a participação da comunidade no Inventário Cultural de Conde. Facilitaram a oficina: Marcela Muccilo, Jonas Josué e Yara América. Nesta mesma oficina os agentes culturais tiveram oportunidade de destacar alguns bens culturais das comunidades.

Em fevereiro de 2020 foi produzido e organizado o evento II Oficina de Patrimônio e Inventário Cultural, com a temática "A pesquisa sobre folclore e cul-

turas populares como recurso da educação patrimonial”, ministrado pela pesquisadora Letícia Vianna. O objetivo principal foi provocar a comunidade para os estudos de folclore e cultura popular.

Além das duas oficinas realizadas no projeto inicial, seria realizada a III Oficina (abril) para apresentar à comunidade as bases das políticas culturais, com o objetivo de incentivar a organização dos diversos setores da cultura no município para construção do sistema municipal de cultura. O último evento ocorreria em junho com o título de II Seminário de Educação Patrimonial e Inventário Cultural de Conde com a apresentação do produto final (dossiê do ICC) e palestras relacionadas às temáticas. Contudo, a pandemia exigiu recuos necessários para o bem comum.

Diante das considerações acima, apresentamos o trabalho decorrente da pesquisa, da atuação dos bolsistas e da educação patrimonial, basilares da atuação do Inventário Cultural de Conde. Em um primeiro momento serão relatados aspectos da história, do território e de suas localidades. Logo após, serão apresentados os culturais inventariados seguidos de quadros informacionais.

Lucas Neiva Peregrino

Coordenador de Pesquisa



REGISTRO DA PALESTRA
COM LETÍCIA VIANA
NO AUDITÓRIO DO
IFPB. FOTOS: LEANDRO
PELLIZZONI.



O território e suas localidades

De Vila de Jacoca a município de Conde

O Território de Conde, correspondente às Sesmarias de Jacoca tão rememoradas nas narrativas de seus nativos e na história da formação do território, fica situado no litoral sul da Paraíba. É conhecido pela beleza fascinante de suas praias, tais como Praia do Amor, Praia de Tabatinga, Praia de Tambaba, Coqueirinho, Praia Bela. O que muita gente não sabe é que, além de belas praias, o município de Conde é um território fértil, não apenas em relação ao seu solo, onde o que se planta dá, mas também em sua diversidade cultural. Além da inegável beleza de sua paisagem, o que mais enriquece este município são as pessoas que vivem nessa terra.

A história deste município está diretamente relacionada com a luta de seu povo pela terra e pela soberania de seu território, pois, como assertivamente sugere Nego, liderança quilombola em uma de suas falas, levantar a bandeira da luta pelo terra é garantir condições para que a cultura, que durante muito tempo foi silenciada e perseguida pelos usurpadores da terra, possa ter solo fértil para construir raízes fortes e continuar existindo e resistindo. Para garantir cultura, é necessário primeiro garantir o território. A bandeira de Luta pela terra também está presente entre os Tabajaras, que desde 2006 lutam pelo reconhecimento de suas terras enquanto território indígena.



IGREJINHA DE SANTANA, QUILOMBO DO IPIRANGA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



VILA DO AMANHECER.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



O território que corresponde as Sesmarias de Jacoca foram doadas no séc. XVII, em 1614, aos índios da Aldeia da Jacoca, de acordo com documentos históricos, a exemplo da Carta Topográfica das Sesmarias de Jacoca e pareceres antropológicos, a exemplo do Relatório Tabajara. Esses documentos indicam que Índios que viviam aldeados e teriam lutado na guerra de conquista da Paraíba aliados aos portugueses contras os Potiguaras. Esses Indígenas, os Tabajaras, reivindicaram suas terras. Os documentos também trazem indícios que neste período já havia conflitos entre brancos e indígenas pelas terras das Sesmarias.

O município de Conde está localizado a uma distância aproximada de 26,5 km da capital paraibana João Pessoa, com uma população estimada 25.010 habitantes (dados: IBGE. 2020). Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Agropecuária e Pesca do Município, seus habitantes estão distribuídos entre os 12 assentamentos, 3 quilombos, 3 aldeias indígenas e loteamentos. Além das ocupações que ainda não conseguiram o título de posse, como a comunidade Capadócia, por exemplo, e uma terceira Aldeia em formação, situada próximo ao Assentamento Tambaba.

De acordo com o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), Instituto responsável pela garantia da reforma agrária no nosso país, os assentamentos são unidades agrícolas independentes entre si, conhecidas por "Parcelas", que outrora pertenceram a um único dono e que foram redistribuídas para famílias que não possuíam sua ter-

ra para viver, garantindo os direitos de um povo. Os assentamentos costumam contar com algumas áreas comunitárias onde são construídas as associações de moradores, igrejas, e espaços de sociabilidade para toda a comunidade. No município de Conde são registrados 12 assentamentos, são eles: Garapú, Rick Charles, Frei Anastácio, Guaxinduba, Barra de Gramame, Dona Antônia, Capim Açú, Mata da Chica 1 e 2, Gurugi 2, Tambaba, Paripe.

O processo de colonização brasileira foi fortemente marcado pela escravidão e exploração da mão de obra negra e indígena. Neste processo, a população negra costumava se reunir em unidades territoriais para organizar suas fugas e rebeliões contra os senhores de engenho e capitães do mato e também para manterem vivas suas crenças e tradições.

Com a constituição de 1988 e a promoção da diversidade cultural e valorização das culturas de origem afro-indígenas, surge no dia 22 de agosto de 1988 a Fundação Palmares, com a finalidade de promover e construir políticas públicas que assegurem o direito e valorização das expressões artísticas e culturais da população negra do Brasil.

No município de Conde existem três localidades, formadas majoritariamente por pessoas negras, que se auto-reconhecem enquanto comunidades quilombolas, mantendo vivas suas crenças e tradições são elas: Gurugi 1, Ipiranga e Mituaçú.

QUINTAL CULTURAL, QUILOMBO DE MITUAÇÚ.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.





A luta pela terra e a formação de um território: aldeias indígenas, quilombos e assentamentos.

O território de Conde traz em sua formação e na memória de seu povo um valioso histórico de lutas pela busca dos direitos do povo sobre a terra, que, há bastante tempo, tem sido distribuída de forma injusta. A distribuição é importante porque se trata da moradia e, na maioria dos casos, meio de subsistência, por meio da agricultura, do trabalho dos moradores locais. A luta pela terra não representa apenas a busca de um pedaço de terra para viver, plantar e colher. A posse de um território representa também a continuidade cultural de um povo, de suas crenças, tradições, de seus saberes, da celebração de suas festas, do seu lazer. Garantir o território é garantir a existência cultural de um povo, como sabiamente foi evidenciado por uma liderança local, na segunda Oficina de Educação Patrimonial, promovida pela equipe do inventário. Com a palavra, Nego:

Porque quando fala em cultura a gente fala em garantir a territorialidade, o nosso território. Garantir a terra, garantir a permanência, porque perder a permanência, perder o território é perder a cultura. Certo? Quando a gente vai perder o nosso território, a gente realmente não vai mais ter coco de roda, não vai ter mais o toré, não vai ter mais a ciranda, não vai ter mais a lapinha, não vai ter mais a capoeira, porque a gente não vai ter o território e possivelmente a gente não vai ter como expressar isso que a gente expressa através da dança, através do corpo, através da movimentação, através da música e etc., né? O artesanato... Então, se a gente perde um território, a gente vai perder tudo isso, então a gente tem que assumir a bandeira de luta de garantir o nosso território, certo? (Josinaldo Rodrigues, quilombola, Gurugi I, fevereiro de 2020).



Não podemos desvincular a relação da luta pela terra com o direito à cultura, principalmente se tratando de um contexto rural, onde, para além da garantia de moradia, é nessas terras que seu povo garante sua subsistência e constrói seus saberes e suas expressões culturais.

CASA DE MARIA DAS NEVES, PARTEIRA EM
MATA DA CHICA. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.

O Conde tem uma história de luta pela terra que se relaciona com a reforma agrária e a resistência do povo que mora no campo, com enfoque nos Quilombos, Assentamentos e Aldeias Indígenas, uma vez que houve um processo de desapropriação agrária no território.

Assentamento Tambaba

O assentamento Tambaba está localizado na APA de Tambaba; É um dos seis assentamentos rurais que existem na APA. Ele tem como particularidade a proximidade do mar. O assentamento é resultado da luta pela terra, como podemos ver adiante.

A história do Assentamento Tambaba tem seu marco na ocupação da Fazenda Tambaba, de propriedade de Henio Sá Leitão, por 62 famílias com o apoio da Pastoral da Terra em 04 de agosto de 1986. É um movimento que antecede o próprio Movimento Sem Terra.

O assentamento se estrutura por meio da Associação Sítio Tambaba, composta por 42 famílias. A área total é de 90,05 hectares, que já incluem as restrições legais da APA. Formado por 17 lotes de 03 a 07 hectares. Há um espaço destinado ao uso coletivo, espaço comum onde se localiza escola, Igreja de Santo Antônio, a Casa de Farinha e a Associação Sítio Tambaba.



SHOPPING RURAL E CASA DE TAIPA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI.

Assentamento Garapu

A região que atualmente corresponde ao assentamento Garapu antigamente pertencia a um único dono, José Santos Filho. Era conhecida por Fazenda Garapu, possuindo um terreno de 2.200 hectares de terra. Neste território, residiam várias famílias de agricultores que haviam negociado com o proprietário o direito para plantar e colher, em pequenos pedaços de terra. Em contrapartida, dariam sua força de trabalho. Os conflitos na fazenda tiveram início quando o José Santos Filho vendeu a propriedade e o “novo dono” começou a destruir as lavouras dos agricultores, para plantar bambu. Os agricultores se organizaram e enviaram uma carta ao FeTAG (Federação dos Trabalhadores e Agricultoras Familiares do Estado), em 1974, denunciando o proprietário.

Após vários conflitos, a fazenda Garapu foi desapropriada em 3 de junho de 1976. No entanto, a medida não foi suficiente para que os conflitos cessassem, pois o antigo proprietário continuou destruindo as lavouras e plantando bambu. Diante desta situação, o INCRA foi acionado, mas ainda assim não conseguiram solucionar o problema por completo.

Finalmente, já no período da Nova República, a fazenda Garapu foi integrada ao Projeto de Colonização de Mucatu e foi transformado em assentamento.

Assentamento Rick Charles

De acordo com relatos de alguns moradores e com dados encontrados em referências científicas de estudos mais aprofundados, todo o território que hoje corresponde ao assentamento pertencia a um único dono, o pernambucano Pedro Cavalcanti de Arruda Filho. Após dez anos de conflito, o Governo da Paraíba toma posse das terras, no ano de 1992 mediante o INTERPA (Instituto de Terras da Paraíba).

Segundo seu Wanderley, umas das pessoas de referência desta localidade identificadas no Inventário em novembro de 1997, saiu no Diário Oficial da União o documento que tornava a ocupação permanente. Cinquenta e uma pessoas se tornaram titulares e há um número relativamente grande de agregados.

As casas têm 20mx30m, uma área de 600m², além dos 5 hectares de terra para plantar, divididos em duas áreas – uma de 1,5 e outra de 3,5 hectares, sendo divididas entre a área para plantar sequeiros e outra próxima à água, para irrigação. As terras não foram divididas para todos porque não havia loteamentos suficientes, então, ocorreu um sorteio. Com o tempo, algumas pessoas desistiram de seus lotes e se mudaram para outros lugares. Outras, faleceram, por isso suas terras foram liberadas a outras pessoas.

Pouco tempo depois da posse, a comunidade participou de uma missa, celebrando a permanência

na terra. No entanto, nesse dia, o filho de Dona Biu, chamado Charles, sofreu um acidente de um carro que capotou, falecendo. Em sua homenagem, a comunidade passou a ser chamada Rick Charles.

Assentamento Dona Antônia

O assentamento Dona Antônia possui uma área de 1.112 hectares, dividido em 110 lotes de 5 hectares cada. Está situado entre Jacumã e Ademário Régis. Suas ruas não são calçadas, sendo bastante arborizadas. Na área comum do assentamento, encontramos a sede da associação de moradores e a capela da padroeira do assentamento, Nossa Senhora de Guadalupe.

As 115 famílias que residem neste assentamento vivem quase que exclusivamente da agricultura. É importante destacar a pouca adesão desses agricultores em feiras agrícolas, gerando uma dependência desses trabalhadores rurais dos chamados “atravessadores” para a comercialização de seus produtos.

Vários de seus moradores relatam que, antes das famílias garantirem a posse de suas terras, aconteceram muitos conflitos, destacando a figura de uma senhor. Dona Antônia foi uma grande referência no processo de ocupação e luta pela terra, mas que infelizmente faleceu antes mesmo de receber seu lote de terra. Diante disso, a comunidade batizou o assentamento com o seu nome em sua homenagem.

Assentamento Paripe

Segundo informações dos moradores locais a região que corresponde ao assentamento Paripe foi desapropriada no ano de 1982, no mesmo período em que ocorreram os conflitos agrários em Gurugi 1. Não se sabe ao certo a origem do nome, mas acredita-se que foi usado para fazer referência a antiga fazenda Paripe.

Assentamento Frei Anastácio

O assentamento Frei Anastácio surge do movimento de ocupação da antiga fazenda Boa Vista. A escolha do nome faz referência a Frei Anastácio, liderança religiosa de bastante importância na luta pela terra no município e por toda sua atuação, juntamente com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que deu apoio ao acampamento no período da ocupação. Diante disso, após o título de posse, a comunidade decidiu batizar o assentamento com o seu nome.

Mata da Chica 1 e 2

A terra em Mata da Chica passou 40 anos desabitada. Na época, a “Mata da Chica” era assim conhecida porque um trecho da mata pertencia a uma mulher chamada Francisca, mas, com o assentamento, as pessoas passaram a plantar lavoura. Ressalta-se que, em Mucatu, muitos estavam desempregados antes da mudança para Mata da Chica. Houve muita luta pela terra, mas achavam ser muito difícil vencer, uma vez que a luta se dava contra donos de terra muito ricos. Apesar disso, os agricultores conquistaram suas terras com a presença do INCRA. A partir disso, cada um teve acesso à sua terra para trabalhar e as lutas foram cessadas.

O Assentamento de Mata da Chica é bastante conhecido por ser um dos maiores produtores de inhame e macaxeira da região do município de Conde, mas, além disso, este assentamento também produz mamão, banana, acerola. Na sua área comum, encontramos igrejas, a exemplo da capela de São Benedito, padroeiro do assentamento, a sede da associação, uma escola e posto de saúde. É em Mata da Chica que está localizado uma das aldeias indígenas Tabajaras, a Aldeia Vitória.



PAISAGENS DE MATA DA CHICA. FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI.

Quilombo e Assentamento Gurugi

O território do Gurugi é dividido em duas localidades, Gurugi 1 e 2, contando com uma população de cerca de 253 famílias. A maioria dessas famílias garantem seu sustento a partir da agricultura familiar, caracterizando um modo de vida rural, ou seja, produzem suas condições materiais de existência por meio do cultivo da terra.

Vindo pela PB – 018, a 9km de distância do centro de Conde, ao nos aproximarmos do território, nos deparamos com uma paisagem pitoresca. As barraquinhas de frutas na estrada, feitas de madeira e palha de coqueiros já anunciam que estamos em solo fértil. No decorrer de toda a pista que cruza o Gurugi 1 e 2 e o quilombo do Ipiranga no outro lado da estrada (sentido Jacumã), encontramos nas barraquinhas de fruta ou tabuleiros tudo o que está sendo cultivado nas terras do Gurugi na época: manga, mangaba, mandioca, macaxeira, jaca, caju. Em poucas voltas pelo seu território, é possível identificar muitos pés de mangaba, fruta da qual os seus moradores apresentam uma relação muito forte, emocional e econômica.

Ao chegar no Gurugi 1, encontramos dos dois lados da rua algumas casas, comércios, parada de ônibus, o bar Raça Negra (importante referência cultural da região), estando ao lado esquerdo da pista próximo a Escola Municipal Albino Pimentel e ao acesso ao território do Ipiranga. A capela de São Sebastião, padroeiro da comunidade do Gurugi e Ipiranga, está situada também no território do Gurugi 1.

Mais adiante chegamos em Gurugi 2. Logo na entrada encontramos ao lado direito da pista o Cruzeiro de Lela. Ao lado, encontramos o campo de futebol Zé de Lela, onde são realizadas várias atividades desportivas. Um pouco mais a frente encontramos a sede da associação dos idosos do Gurugi. Caminhando um pouco mais, podemos avistar o cruzeiro de Zé de Lela – grande símbolo de luta pela terra – que fica situado onde antes era sua casa e onde perdeu sua vida nos



ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DO CAMPO
E CRUZEIRO DE LELA / CENAS DO COTIDIANO EM
GURUGI. FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI.

conflitos ocorridos no período de desapropriação do território. À frente do cruzeiro, encontramos o prédio que funciona tanto como Associação Comunitária, quanto como sede da Associação de Mulheres Negras do Campo, em que são confeccionados produtos naturais tais como pão de batata doce, macaxeira, inhame entre outras referências gastronômicas locais.

A história do Gurugi é fortemente marcada pelo seu processo de luta e resistência pela terra. Processos que garantiram a efetivação de políticas de reforma agrária no município, em que ocorreu a conquista de um lote de terra para cada assentado, possibilitando que a unidade agrícola familiar tivesse efetivação de direitos fundamentais como moradia e subsistência. Gurugi é uma referência para todos os assentamentos do município de Conde, diante do processo histórico e cidadão de “luta pela terra”.

Os processos de luta pela posse de terra se deram de forma muito particular em cada uma das localidades, Gurugi 1 e 2. Porém, essa luta nesse território serviu de referência para os demais processos de reforma agrária realizados no Conde. Sublinhamos a importância de alguns movimentos sociais tais a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), Movimento das Ligas Camponesas, a Federação dos Agricultores do Estado da Paraíba (Fetag), citando referências importantes neste processo como Dom José Maria Pires, Frei Anastácio, elementos importantes que contribuíram para a desapropriação e conquista de posse da terra. Outros nomes

são reverenciados pelos moradores como personagens importantes nessa história tais como Zé de Lela, Dona Lela, Dona Lenita, Dona Bila, Dona Bahia, Lenira, Rosilda entre outros.

Nos períodos de conflito e enfrentamento em prol do direito da posse da terra eram adotadas, entre as comunidades, um trabalho colaborativo por meio de “mutirões” implementados no período da luta. Todos trabalhavam juntos, na plantação, na colheita e no que fosse entendido como trabalho em prol de uma coletividade, como forma de estratégia para se manterem no território, ocupando os roçados para não serem invadidos pela expansão canavieira que havia se instaurado naquela conjuntura social.

Após muito enfrentamento e mobilização por parte das famílias negras do Gurugi, sai em 19 de junho de 1990 a imissão de posse da fazenda Gurugi 2, de acordo com o projeto de Assentamentos Rurais do INCRA, foram desapropriados 593 hectares dividido para as 78 famílias cadastradas. Em 2002 foram construídas duas agrovilas com dinheiro de crédito de habitação pelo INCRA. Na agrovila maior residem as famílias negras e em uma pequena agrovila distante da anterior, com apenas sete casas residem as antigas famílias dos rendeiros.

Em meados dos anos 2003, deu-se o início do processo de luta pela garantia do direito, previsto na Constituição no parágrafo 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que reserva à Fundação Cultural Palmares a competência pela

emissão de certidão e reconhecimento do território do Gurugi como “remanescente quilombola”. Deste modo, em 28 de julho de 2006 o território de Gurugi recebe da Fundação Palmares a certidão de comunidade Quilombola.

A liderança quilombola Josinaldo, ou Nego como é mais conhecido, conta que, apesar de Gurugi se constituir de uma comunidade negra, foi negado ao povo o direito de ser quilombola. Quando surgiu o governo Lula, foi criado o Projeto Brasil

Quilombola, que reconhecia e atribuía direitos aos quilombolas. Como já tinha posse, Gurugi 1 entrou em um processo de reconhecimento pela Fundação Palmares. No entanto, como Gurugi 2 não tinha posse, caso se assumisse como quilombola, por ser um assentamento, tornaria sua terra coletiva, não permitindo que pudessem vender, arrendar, dentre outras coisas. Dessa forma, o povo de Gurugi 2 decidiu não ser reconhecido como quilombola, embora sua cultura ainda fosse a mesma que em Gurugi I.

ENTARDECER NO GURUGI. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



Quilombo de Mituaçu

A localidade é composta, em sua maior parte, pela Comunidade Quilombola de Mituaçu, contudo já houve outras ocupações e compras de terrenos circunvizinhos à área demarcada. A localidade também é conhecida como Sítio Mituaçu. O nome da localidade é derivado da palavra indígena que significa “ave grande”: “Segundo dicionário Tibiriçá, o nome Mituaçu trata-se de uma combinação de duas palavras *mutum* que significa um tipo de pássaro e *açu* que significa grande, logo *mutum* + *açu*, significa um tipo de pássaro grande.” (PAIXÃO, 2014, p. 23). Por isso há uma relação com os povos originários da região, os Índios Tabajaras.

Existem documentos que registram o seu território há mais de 150 anos. Neste tempo antigo era conhecido por Mutuassú.

Mituaçu é uma das comunidades mais antigas de Conde, juntamente com os Quilombos de Gurugi e o de Ipiranga, além das aldeias indígenas (de Gramame e Vitória). O acesso à localidade é pelo chão de barro, possuindo três principais acessos: uma entrada próxima a BR-101, que passa por Caxitú de Baixo, uma entrada que passa por Gramame (João Pessoa) atravessando a ponte dos Arcos, ou a Estrada Municipal Rural Waldemir Braz Pereira (mais conhecido como Caminho da Santinha). As três entradas se encontram na zona oeste da comunidade, adentrando algumas plantações de abacaxi.



PONTE DOS ARCOS. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.

INTERIOR DE CASA EM MITUAÇÚ. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.





Mituaçu faz parte do Vale do Gramame. A paisagem está repleta de árvores frutíferas, com destaque para manga e coco. As árvores da mata atlântica são comuns em alguns trechos com pouca devastação, mas se percebe árvores antigas replantadas. A vegetação de mangue está presente em virtude dos rios que passam na região.

É uma comunidade simples em termos de estrutura, com uma creche, um Posto de Saúde, uma escola, uma igreja Católica (São Severino dos Ramos) e uma Igreja Evangélica (Assembleia de Deus). Ainda existe um terreiro de umbanda de angola em construção, que será chamado Terreiro de Iemanjá Sabá, próximo da Rua de Xita. Além disso, a comunidade possui uma pequena casa onde funciona a Associação de Moradores e

outra casa em que funciona a Rádio Comunitária de Mituaçu.

A comunidade fica no encontro do Rio Gramame e Rio Jacoca, localização estratégica, segundo alguns moradores, em virtude da sua proteção contra os donos de escravos fugidos. Os dois rios funcionam como muralhas, proporcionando a defesa contra ataques surpresas.

Em virtude da localização próxima aos rios, a relação com atividades pesqueiras é bastante comum, tanto em relação ao mangue como à pesca do rio (peixe, camarões, caranguejos etc.). A fonte de água corrente também possibilitou o desenvolvimento da agricultura, com destaque para macaxeira e mandioca.

FIM DE TARDE EM MITUAÇÚ. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



Quilombo Ipiranga

A admissão da escravidão no Brasil ocorreu na primeira metade do século XVI, no período colonial português. Como resistência de práticas escravocratas, historicamente presenciamos a formação de quilombos. Muitos foram preservados, mesmo após o período de escravidão formal no país. Como representação dessa resistência dos povos de origem africana, na contemporaneidade, ainda encontramos muitos territórios de origem quilombola, os reconhecidos como quilombos remanescentes.

A comunidade auto reconhecida por “Quilombo do Ipiranga” está localizada entre o Vale do Rio Gurugi e o Vale do Rio Gramame, no município de Conde. A localidade conta com uma população de 130 famílias que obtiveram a certidão de reconhecimento do Instituto Fundação Palmares no ano de 2006 de remanescente de comunidades quilombolas.

Visitantes facilmente confundem os quilombos Ipiranga e Gurugi I, uma vez que as duas localidades se encontram conurbadas. Apesar da proximidade geográfica e semelhança em sua vegetação e nas suas lutas, o Quilombo do Ipiranga também tem suas particularidades que serão evidenciadas neste processo de inventariação.

Entre o Bar Raça Negra e a Escola Municipal José Albino Pimentel podemos identificar prontamente o acesso ao quilombo Ipiranga pelas plaquinhas de madeira coloridas nos postes, feitas pelo grupo de coco de roda Novo Quilombo. As placas indicam a direção para o Quilombo Ipiranga e o acesso ao sítio dos Nascimento onde, até dezembro de 2019, era realizada a festa do coco no último sábado de cada mês.

Ao caminhar por este território, podemos observar muitas árvores nativas da região das quais seus frutos – como manga, mangaba, caju e jaca – servem como fonte de subsistência e de renda para muitas famílias que residem nesta localidade. Antigamente não haviam demarcação de limites nas propriedades, mas com o crescimento populacional, os limites foram sendo impostos por cercas.

A história da comunidade é contada destacando a forte relação ancestral, considerando uma terra de herdeiros dos primeiros moradores, em sua maioria, ex-escravizados que ocuparam aquele território e deram início aos processos de povoação, a exemplo das duas mulheres negras, Torquata e Silvéria, considerada pelas lideranças locais como as primeiras moradoras do Quilombo do Ipiranga, que significa rio de águas vermelhas. Sua história é marcada pela resistência do seu povo, sobretudo das mulheres fortes que conduziram a ocupação deste lugar há pelo menos 200 anos.



MÃOS DE DONA NEVINHA, QUILOMBO IPIRANGA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.

Território Tabajara

No Nordeste, um dos maiores desafios das ações indigenistas é restabelecer os territórios indígenas e garantir que estes povos possam perpetuar suas tradições, fortalecendo assim, suas identidades e expressões culturais. No município de Conde, o Povo Tabajara vem reivindicando sua identidade indígena e a demarcação de suas terras desde 2006.

A história do povo Tabajara vem sendo contada desde 1573 até hoje. Segundo o Cacique Ednaldo Gonçalo, é possível dividir este processo em três momentos: em um primeiro momento, compreendido como a formação etno-histórica de 1773 até 1889; o segundo momento seria caracterizado pelo silenciamento da cultura Tabajara, de 1890 até 2005; e o terceiro momento, compreendido como o período de ressurgimento, de 2006 até 2020. A luta do povo Tabajara reivindica o reconhecimento e a valorização desse povo tradicional, muito forte e guerreiro, que ainda luta pela demarcação de suas terras e por direitos humanos que atendam às necessidades específicas de seu povo.

No município de Conde existem duas aldeias consolidadas: a Aldeia Vitória e a Aldeia de Gramame. Atualmente, uma terceira Aldeia vem sendo construída, próximo ao Assentamento Tambaba, para receber os indígenas desaldeados. Esta nova Aldeia receberá o nome de Nova Conquista.

As aldeias são organizações sociais onde os indígenas vivem, plantam, confeccionam suas artes, realizam seus rituais e perpetuam seus valores e crenças.

O povo Tabajara tem o seguinte ditado popular: “arrancaram nossas folhas, quebraram nossos galhos, cortaram nossos troncos, mas não apagaram nossas raízes”. Suas raízes são suas memórias, que não lhes deixam esquecer da história de seu povo que por anos foi silenciado, mas que permaneceram existindo e resistindo e agora estão organizados e buscando restabelecer seu território.



CACIQUE EDNALDO E SEU FILHO. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.

OCA CENTRAL EM CONSTRUÇÃO, ALDEIA NOVA CONQUISTA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



CACIQUE CARLINHOS. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



Vila do Amanhecer

O Vila do Amanhecer é uma pequena localidade, localizada entre Jacumã e Village, às margens dos Rios Gurugi e Rio do Ouro. Atualmente a vila apresenta várias árvores frutíferas, tais como mangueira, cajueiro, jaqueiras, pés de acerolas, todas plantadas pelos primeiros moradores que foram ocupando este espaço. A comunidade tem cerca de 25 casas construídas, além do prédio da Associação de moradores, que funciona como escola à noite com o EJA (educação de jovens e adultos). Atualmente vem sendo desenvolvidas aulas de capoeira no prédio da associação.

A ocupação existe há mais de 15 anos com cerca de 25 casas construídas. O início do processo de regularização fundiária se deu em 2018, realizado pela prefeitura de Conde por meio da Secretaria de Planejamento. A localidade é fortemente marcada pelo protagonismo das mulheres, que ocuparam esta vila e reivindicaram por seus direitos, mobilizando pessoas a construir este lugar.

Podemos considerar que é uma localidade onde as mulheres desempenham diversos papéis importantes. São pescadoras, agricultoras, detentoras de conhecimentos de ervas e plantas. As mulheres são as grandes protagonistas nos processos de melhorias na localidade. Criaram um sistema de coleta seletiva, onde os jovens das comunidades são os responsáveis de carregar o lixo nos carros de lixo que foram elaborados pela própria comunidade, com a reutilização de geladeiras velhas.

CIDA, MORADORA DA VILA. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



Amparo

Registrado oficialmente como Loteamento Condessa do Vale, a localidade é conhecida popularmente como Amparo – nome da antiga fazenda que deu origem ao loteamento. Uma bonita, pequena e simples comunidade rural, conurbada com a comunidade de Grotta de Caxitú, com cerca de 198 habitantes. Todas as ruas são de barro, com casas bem espaçadas umas das outras. Em alguns locais existem pequenas aglomerações de casas, decorrente

da divisão para uso familiar. Ao lado norte de Amparo está a reserva legal de propriedade da CIMPOR. Esta reserva era antes utilizada pelos moradores da região para pescar, caçar e retirar lenha. Contudo, na década de 1980 a fábrica de cimento iniciou suas instalações e limitou a entrada de moradores na área. Apesar de ter poucos moradores, a localidade possui um número considerado de granjas, utilizadas para temporadas e veraneios. Ademais, a localidade possui diversas granjas hortifrutigranjeiros, com predominância da cultura do inhame.

JUAZEIRO NA ENTRADA DE AMPARO. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



Praia de Tambaba

Sendo a maior referência da Área de Proteção Ambiental, a Praia de Tambaba é reconhecida internacionalmente pela praia naturista. Apesar disso, a referida praia como localidade compreende toda a Área de Proteção Ambiental de Tambaba, criada pelo decreto 22.882 de 26 de março de 2002. Seus limites foram definidos em decreto de número 26.296 de 23 de setembro de 2005 e seu plano de manejo aprovado pela portaria estadual 24/17 de 14 de novembro de 2017. A APA de Tambaba ocupa um importante segmento geográfico do Estado da Paraíba abrangendo território dos municípios de Conde, mas também de Pitimbu e Alhandra.

Localizada na Microrregião do Litoral Sul Paraibano e na Mesorregião da Mata Paraibana, Tambaba se estende desde a zona costeira dos municípios de Conde e Pitimbu até o extremo leste do município de Alhandra e limitando-se a leste com o Oceano Atlântico. Ao longo do litoral, no sentido Norte-Sul, na condição de APA inclui também a área das Praias de Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba e Graú, no município de Conde. As principais vias de acesso a APA de Tambaba são a BR-101 e a PB-008. Os objetivos propostos quando da criação da mesma foram: garantir a integridade dos ecossistemas terrestres e aquáticos; proteger os cursos de água que integram a região; melhorar a qualidade de vida da população e disciplinar a ocupação desordenada na área.



FALÉSIAS DE COQUEIRINHO. FOTO: JACILBA MARINHO



Barra de Graú

A Barra de Graú é a última praia do litoral condense, tendo seus limites com a Praia Bela do Município de Alhandra. A Barra faz parte da APA de Tambaba, com acesso pela BR-101 e a PB-008. Tem acesso pela área de orla apenas por meio de quadrículos. A praia deserta de Barra de Graú está localizada após a praia naturista de Tambaba. Tem poucas construções e um longo trecho deserto de falésias e lagos. A divisão das praias acontece através do Rio Graú e seus manguezais e estuário. Na parte do Conde, a praia de Barra de Graú limita-se com a parte naturista da Praia de Tambaba.

Barra de Gramame

A praia Barra de Gramame, através do Rio Gramame, marca os limites entre o município de Conde e a capital Paraíba. Nessa praia ainda é comum encontrar caixas e casas de taipas de pescadores. Entre a praia e rio há um espaço de trabalho de pescadores, marisqueiras e catadores de caranguejo, em que marítimos e ribeirinhos tiram do mar e do rio as suas subsistências.

A Praia do Amor

A praia do amor tem como referência mitológica a pedra furada que une os apaixonados que a ultrapassam. Uma localidade que se insere no distrito de Jacumã. A referida praia é um espaço das comunidades pesqueiras.

Jacumã

Sendo distrito do município de Conde-PB, Jacumã ocupa o lugar de uma das praias mais bem-vistas e conhecidas do litoral sul do Nordeste. Tem início na Ponta de Jacumã, com seu arco e formações rochosas de calcários.

O Carnaval é um ponto forte de Jacumã, que atrai os turistas foliões para brincar e se divertir nessa festa. Com uma grande semelhança a todas as praias e comunidades vizinhas do Conde, a origem de Jacumã foi criada por grupos indígenas.

No início, seu nome formal era Jacoca que significava “Morada dos jacus” o dito nome foi criado pelas tribos que por lá percorreram. Depois de um bom tempo ocorreu a mudança para o nome atual, Jacumã. Hoje é a praia com o maior número de naufrágios, o que servem de atrativo para os mergulhadores.

É toda cercada por falésias e onde existe a maior concentração de residências e comércio do município.



BARCOS ANCORADOS NO MAR DE JACUMÃ. FOTO: LAÍS LUNA



CONDE-PARAÍBA-BRASIL

LETREIRO DE JACUMÃ NA PRAÇA DO MAR. FOTO: SECOND/CONDE

PAR





Bens
culturais:
lugares
e edifi-
cações

“Tem as casas de farinha
E o trabalho braçal
Tudo isso demonstrado
De forma artesanal
A farinha e o beiju
Eu posso falar pra tu
Que é resgate cultural”

– Naílde Lopes, cordelista

Casas de Farinha

As casas de farinha dizem muito da história e da cultura de Conde. A utilização da mandioca e da macaxeira como alimento é um hábito dos povos originários desde os tempos pré-coloniais. O seu consumo é percebido hoje sob a forma diversos produtos, especialmente da farinha e da tapioca.

Além disso, o cultivo e manipulação destes tubérculos têm a capacidade de movimentar diversas dimensões da cultura: economia, agro-nomia, gastronomia, sociabilidades, tecnologia, etc.

Em Conde, os indígenas Tabajara pediram a concessão da sesmaria da Jacoca com base na atividade agrícola de plantio de mandioca. Até hoje podemos ver ao longo do município diversos roçados dela, desde pequenas a grandes propriedades.

A macaxeira é a espécie que pode ser ingerida apenas com o cozimento. Já mandioca não pode ser consumida da mesma forma. É executada uma série de etapas em que se retira o veneno (ácido cianídrico) para depois ser utilizada no preparo da farinha.

Todo este preparo é desenvolvido dentro das casas de farinha. Descascar, moer, espremer o caldo, peneirar a massa e assar, são as principais atividades da farinhada.

As técnicas de manuseio de cada uma destas etapas são transmitidas no local através da prática. Ao mesmo tempo que é feito o trabalho, ocorrem sociabilidades de diversas formas.

As conversas são colocadas em dia, as lembranças são peneiradas nas falas, os problemas são resolvidos na prensa e a manipueira (líquido da mandioca) leva de volta para a terra o caldo venenoso.





“A produção de farinha era a principal atividade agrícola (desde os tempos pré-coloniais) os Tabajara pedem a concessão da sesmaria alegando justamente isso. Todo o processo da produção da farinha desde a derrubada da mata, queima, produção de carvão até o plantio da mandioca, colheita e processamento da farinha é indígena (tupi, amazônico) e sofreu poucas alterações técnicas europeias ou africanas.

Um amigo agrônomo me disse que a agricultura familiar paraibana (e eu estenderia para brasileira) é indígena. A farinhada é interação e sociabilidade, não apenas produtiva, mas também reprodutiva. Era onde aconteciam namoros e paixões, uma atividade social intensa e carregada de afetos e memórias. Mobiliza uma grande quantidade de mão-de-obra familiar e da vizinhança. Ao final da farinhada é o momento de produzir os beijos, aproveitando o calor residual do fogo, entrando pela madrugada, conversas, fofocas e a distribuição do alimento produzido entre os que participaram da farinhada. A lógica da dádiva em operação com uma retribuição imediata, mas também com a expectativa de que aqueles que receberam o auxílio nesta farinhada estão na obrigação de retribuir na farinhada dos que ajudaram. Isso vale para os Potiguara no litoral norte, mas também para os povos tradicionais no litoral sul e de outros cantos do Brasil” (Professor Doutor Estevão Palitot).

CASA DE FARINHA DE SEU ZÉ MORENO / MISTURANDO A FARINHA. FOTO: LUCAS PEREGRINO.

A Casa de Farinha de Mituaçu é o local utilizado para produção de alimentos à base da mandioca: farinha, beiju, goma, etc.

Casa de Farinha da Família de Zé Pequeno tem 38 anos e foi construída pelo Sr. Zé Moreno. Antes disso, ele tinha uma casa de farinha em Fazendinha, no município de Pedras de Fogo, e depois no município de Mata Redonda. Quando ele começou, a casa de farinha era manual, movida a tração física. Desde o rodo de mexer a farinha até o moedor da mandioca. Hoje praticamente toda produção é industrial, contando com energia elétrica, apenas o forno é a lenha. Biú, sobrinho de Seu Zé Moreno, é o gerente da produção. As atividades externas, de transporte e venda são feitas por Zé Moreno.



CASA DE FARINHA DO SÍTIO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



SEU ADALBERTO E SUA CASA DE GARRAFAS.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.

A casa de garrafas

A casa com materiais recicláveis começou a ser construída em 2010 e foi concluída em 2019. A Casa de Garrafas é lugar de referência na comunidade. As pessoas costumam visitar o local. O proprietário é conhecido pela população como “Seu Adalberto da Casa de Garrafas”.

Foram usados aproximadamente 25 mil garrafas pet para construção da casa. As garrafas foram usadas no lugar de tijolos, assim aparece a ponta e o fundo da garrafa, dependendo de qual lado da parede a pessoa olhar. Decorações artísticas: As paredes da parte externa são revestidas de pontas de garrafas PET coloridas.



INTERIOR DA CASA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.

Associação de Moradores de Pousada

A Associação de Moradores do bairro de Pousada é um local onde se desenvolve atividades, também é responsável pelo abastecimento de água e a manutenção da parte hidráulica. Tem uma pasta comunitária, que é onde ficam as correspondências dos moradores. O lugar serve para a organização e realização de eventos para a comunidade.



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE POUSADA. FOTO: LUCAS PEREGRINO.

Associação de Moradores do Gurugi 2 e Associação de Mulheres Negras

Inicialmente foram realizadas na associação dos idosos e na casa da presidente da associação da época. Com a saída da antiga presidente, as reuniões deixaram de acontecer por falta de um lugar fixo, dificultando a organização e mobilização social dos moradores. A associação foi reerguida pela comunidade por considerarem como um elemento importante para a história do Gurugi 2. As organizações comunitárias, nessa região são bastante significativas, pois foi mediante a mobilização social que seus moradores conquistaram direitos de posse da terra.

A construção da sede fixa foi construída em 2017, e representou uma grande conquista para a comunidade, sendo também uma maneira de homenagear todos os

companheiros e companheiras que deram seu sangue na luta pela terra, por isso se fazia necessário construir um lugar fixo para dar continuidade às atividades locais.

A história da Associação de moradores, em Gurugi 2, está diretamente relacionada com luta pela terra neste território. Esta organização social existe desde 1987. No entanto, o prédio da atual sede foi construído no ano de 2017. Antes disso, os encontros eram realizados em outros lugares. As reuniões eram feitas no pavilhão da casa de farinha, mas com a degradação do tempo, passou a ser necessária uma reforma que até então não foi realizada. Por esse motivo, é necessário realizar as reuniões em outros lugares.

...UMA MANEIRA DE
HOMENAGEAR TODOS OS
COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS
QUE DERAM SEU SANGUE
NA LUTA PELA TERRA.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO GURUGI 2 E
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS. FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



Cidade Sagrada da Jurema

As cidades da Jurema são lugares sagrados e, como tais, constituem uma ruptura na homogeneidade do espaço, demarcando, assim, uma geografia sagrada. As cidades são um elo entre o mundo dos vivos e dos 'encantados', simbolizando, ao mesmo tempo, morte e renascimento de um mestre falecido. O mestre planta e consagra a jurema a um mestre 'invisível', com o qual trabalha. Só após o seu falecimento, no entanto, a cidade passará a ter força. É, portanto, necessário morrer para dar vida à cidade. É um espaço físico aberto, entre falésias e o mar. As falésias coloridas são denominadas falésias das encantarias e o ao mar várias pedras simbólicas como a pedra de xangô, pedra do despacho. Para chegar na Cidade Sagrada, pode ser via a praia de coqueirinho ou por trilha da praia turística de Tambaba.

FALÉSIAS DAS ENCANTARIAS.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.



Centro de Criatividades Professor Iveraldo Lucena – Núcleo de Cultura



Um prédio de patrimônio da Prefeitura Municipal que simboliza no Centro da Cidade a centralidade da cultura como força motriz desse município. No local funciona a Coordenação de Cultura, setor da Secretaria de Educação Cultura e Esportes. No local acontecem diversos eventos, aulas, oficinas de criatividade e reuniões vinculadas a diversas pautas institucionais e da própria comunidade local.

Esse espaço, que simboliza a importância da cultura para o município, leva o nome do Professor Iveraldo Lucena, que esteve à frente da coordenação na gestão do prefeito Temístocles de Almeida Ribeiro (2001 em 2004), e é referência para ações da coordenação de cultura em gestões municipais anteriores. É um símbolo personificado das lutas culturais no Conde.

O núcleo de cultura era localizado antes em um casarão que ficou deteriorado, localizado na rua da Secretaria de Educação. No período da gestão do prefeito Themístocles, junto com o professor Iveraldo Lucena, na época secretário da educação, esse espaço foi comprado, reformado e começou a desenvolver a cultura do município com algumas oficinas. Hoje é um espaço com o nome de Centro de Criatividade Professor Iveraldo Lucena. O núcleo de cultura é, portanto, vinculado à prefeitura através da Secretaria de Educação. O local é utilizado para qualquer atividade que requer certa quantidade de pessoas, ações sociais, reuniões e eventos diversos. As atividades, principalmente as oficinas, foram expandidas para as outras comunidades do município. O Quintal Cultural é um desses espaços, em Mituaçu, criado para desenvolver a cultura da comunidade local, além de várias festividades que o Núcleo proporciona para as demais regiões.

NÚCLEO DE CULTURA PROF. IVERALDO LUCENA. FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI

Quintal Cultural

Há 5 anos que o Quintal Cultural existe no espaço atual. Antes funcionava em uma casa alugada na esquina da rua principal. A ideia do Quintal Cultural surgiu a partir de um Coletivo de pessoas da comunidade de Mituaçu. A maior parte dos integrantes do coletivo eram da Igreja Católica e criaram o espaço para trabalhar a questão cultural, fortalecer a identidade negra da comunidade quilombola. Apesar da associação e a escola terem um espaço para que ocorram atividades dessa natureza, o coletivo sentiu a necessidade de um espaço para o Quintal Cultural, que está próximo da casa de uma pessoa de referência da comunidade, Marcos Mituaçu. A casa fica no final da Rua de Chita. Essa rua tem esse nome por causa de Chita, um morador antigo, um dos primeiros vereadores da comunidade.

No Quintal ocorre ensaios do grupo de dança, das rodas de capoeira e as crianças usam o espaço para brincadeiras tradicionais. O Coletivo Raízes Negras que desenvolve as principais atividades no lugar é liderado por Irenilze (Leninha), Marquinhos Mituaçu e Sandra (Agente de Saúde). Ainda, conta com o apoio de diversos segmentos da comunidade, tanto da igreja católica, como da igreja evangélica.

"O espaço foi criado para fortalecer a identidade negra da comunidade quilombola".



QUINTAL CULTURAL DE MITUAÇÚ.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Ruínas da Igreja de Caxitú

Conforme a narrativa da comunidade de Caxitú, a dona da antiga Fábrica Santa Aliança, onde está localizada a ruína, construiu o lugar para pagar uma promessa feita a Nossa Senhora da Conceição. A promessa foi feita para curar seu filho.

Segundo os moradores, ela se ajoelhou no local e pediu a cura dele, jurando construir uma igreja caso alcançasse-o a graça. Pouco tempo depois seu filho ficou curado e ela construiu a pequena igreja com o nome de Capela N. Sra da Conceição. Moradores de Caxitú (Penha e Maria Saturnino) contam que se fazia missa de 8 em 8 dias ou de 15 em 15 dias, mas a falta de segurança no local modificou essa realidade. Atualmente, com outros proprietários, a fábrica também está em ruínas.



RUÍNAS DA IGREJA DE CAXITÚ, CAXITÚ DE BAIXO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Shopping Rural Doces Tambaba

O shopping rural nasceu de uma casa de doces embaixo de um cajueiro. Da casa de doces, surge uma pitoresca vila com pequenas casas de taipa com vendas diversas de artesanatos, sucos, tapiocas, sorveteria, castanha e cachaçaria. O shopping rural é um empreendimento familiar gerenciado por Maria das Neves, a Nevinha dos doces Tambaba. O primeiro doce feito para o empreendimento foi o doce de goiaba cremoso. Hoje a casa de doces tem seus próprios doces e cocadas autorais. Nevinha e sua mãe Dona Luiza, empreenderam um negócio do zero voltado ao turismo local.

Sem nenhum grau de escolaridade ou capital financeiro para investir, as duas mulheres utilizaram de suas habilidades de cozinheira para criar o empreendimento Doces Tambaba. De 50 reais, que tomaram emprestado embaixo do cajueiro para assim, iniciar a produção dos doces. Hoje Nevinha e suas quatro irmãs possuem seus próprios negócios em torno do mesmo pé de caju onde tomou o dinheiro emprestado, no Assentamento Rural Tambaba, onde ainda residem. O lugar tornou-se um importante ponto turístico do Litoral Sul da Paraíba, o que estimula outros exemplos de empreendedorismo de base local na região.

Atualmente, são nove lojas que compõem o Shopping Rural no Sítio Tambaba, situado no litoral sul da Paraíba. Maria das Neves da Silva Pereira, a Nevinha, 41, chegou à terra junto com 260 famílias, aos oito anos de idade. "A gente plantava para comer, mas não dava para se manter, e com o tempo começamos a trabalhar nas cozinhas dos outros". Depois surgiu o sonho de uma fábrica de doces, junto com a mãe, Luzia.

SHOPPING RURAL, ASSENTAMENTO TAMBABA.
FOTO: FERNANDO LUIZ.



Caminho da Santinha/Santinho

A estrada (de barro e areia) é mais conhecida pelo nome de Caminho da Santinha ou Caminho do Santinho. Contudo, o nome oficial é Estrada Rural Waldemar Braz Pereira. Recebe esse nome por causa de um granjeiro que morou na região. O nome popular existe em virtude do Santuário do Santinho. Este representa a invocação feita a um quadro da Via Sacra, que retrata o caminho da paixão de Jesus Cristo para o calvário e de sua morte de cruz. O Frei José Maria teria posto esse quadro de gesso no ano de 1947. Ali era o acesso para Jacumã de São João Batista e para Jacoca ou Mauriceia, hoje Conde. Foram os frades franciscanos que cuidavam da região, isto é, da evangelização. Pouco a pouco se iniciou a devoção ao Santinho, por ser uma estrutura simples de madeira que sustentava o quadro de gesso e o protegia. Ali se colocavam as fitas das promessas e votos, também havia pequenas procissões na Semana Santa. No século 17, existiu ali perto a igreja católica de N. S. dos Prazeres de propriedade dos monges beneditinos e seu engenho.



SANTUÁRIO DO SANTINHO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



CAMINHO DA SANTINHA, PITUAÇÚ / MITUAÇÚ.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI.

Território Macuxi

Júlio Lisboa de Magalhães é o Júlio Macuxi. O Macuxi ele resgatou de sua bisavó. Júlio tem uma proposta de vida criativa em harmonia com a terra e o mato. Postulando criar um ambiente favorável à sua estética da existência multicultural. Ele é o idealizador e proprietário do Território Macuxi, um espaço baseado na filosofia de vida naturista e que abre suas portas para a diversidade cultural do município de Conde com exposições, feiras de artesanato e ecoturismo. O território Macuxi também é um meio de hospedagem que tem como base a educação ambiental, o turismo de experiência e a valorização das diversidades culturais. Por isso, desenvolve experiências com yoga, bio-dança, xamanismo, terapias holísticas e rituais indígenas amazônicos.

Júlio mora em Conde há 18 anos, mas a criação de seu projeto de moradia e hospedagem ético-estética existe apenas há seis anos. Ele é do Belém do Pará, mas é um condense de coração, apaixonado pelo município, principalmente pela Área de Proteção Ambiental de Tambaba. Ele já foi vice-presidente da Sociedade Naturista de Tambaba – SONATA, se autodeclara um protetor da APA, reverente das culturas indígenas, dos rituais sagrados da juremas, adepto do surf nu, fotógrafo e um artesão de objetos simbólicos da natureza.

O território Macuxi está situado próximo à praia de Carapibus e do Rio Guruji com trilhas pela mata e muitas frutas que podem ser tiradas do pé. Nele a família Macuxi, Júlio, sua esposa Elaine – descendente de índio Cariri – e os seus curumins representam a diversidade cultural do nosso país expressa na dança, nos chás e nas comidas que servem, na alegria irradiante do espaço que é um lugar perfeito para quem deseja se conectar com as forças da natureza.

TERRITÓRIO MACUXI.
FOTO: ANDREZA FERREIRA.



Museu Quilombola

A vontade de construir um Museu onde a história e a memória do povo quilombola pudesse ser sempre lembrada e revisitada surge quando a mestra Ana Rodrigues visita o Quilombo dos quarentas, em Triunfo, Paraíba, e se depara com o museu quilombola. O lugar a desperta para importância de preservar alguns saberes, utensílios e objetos que trazem à tona toda uma vivência quilombola, possibilitando que as gerações mais jovens possam experienciar um pouco de como era a vida desses antepassados, dando visibilidade e reconhecimento para a cultura quilombola.

MUSEU QUILOMBOLA, QUILOMBO DO IPIRANGA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI.



No ano de 2008, começaram a demolição das casas de taipas para a construção das casas de alvenaria. No entanto, Ana Rodrigues e dona Lenita decidiram que preservariam a casa de dona Lenita para a criação de um espaço em que a memória e a história do povo quilombola pudesse permanecer vivaz. Diante disto, Ana e Lenita iniciaram a busca por objetos que contasse essa história. Toda a comunidade participou, doando objetos e utensílios para o espaço. A casa de taipa é original de construção arquitetônica quilombola do século XIX.

Foi inaugurada enquanto museu no dia 13 de maio de 2015. Ana Rodrigues e Dona Lenita convidaram as crianças e jovens da comunidade para atuarem no museu como guias-mirins, pois seria uma forma de inserir as novas gerações no processo de ensino e aprendizagem que este equipamento cultural promoveria e os tornar parte integrante dessa construção.

No final de 2017 a casa original caiu devido a degradação do tempo. Em 2018, em parceria com a prefeitura e com o grupo TRAMA (Engenharia/ UFPB), foi construída uma réplica da casa de taipa quilombola onde, desde então, vêm sendo retomadas as ações do museu de salvaguarda e difusão da identidade quilombola.

O museu quilombola tem um valor simbólico muito forte por representar um mergulho na história da comunidade, a partir de uma imersão no passado, por retratar as vivências do povo quilombola. A casa de taipa e cada objeto presente no museu remetem ao passado daquelas pessoas, se constituindo em um importante símbolo cultural e identitário.

Diante deste relato, podemos concluir, que o museu quilombola tem uma importante representação social, por se constituir em um lugar de memória, que reconstrói a história da comunidade, representando um espaço de resistência, conhecimento ancestral e identidade.

O Museu Quilombola é uma casa de taipa similar às antigas casas quilombolas que busca retratar como eram a vida dessas pessoas, que foram escravizadas no período colonial. A casa é dividida em sala, cozinha, quartos e sala. Ao entrar no museu, o visitante assina o livro de visitas e tem acesso a certidão de reconhecimento do grupo enquanto comunidade quilombola. Logo na entrada nos deparamos com um oratório com santinhos e uma imagem de uma preta velha. Em seguida, encontramos outros objetos que faziam parte do cotidiano quilombola tais como o ferro de passar roupas, máquina de costura. Ao entrar no quarto, encontramos uma cama de taipa, colchão de palha, uma mala antiga feita de uma caixa de madeira. Para pendurar as roupas, era usado uma vara de madeira encaixada na parede. Na cozinha encontramos pote de barro, onde colocavam a água para o consumo e cozimento de alimentos, fogão de barro, cesta de palha para guardar frutas e verduras, utensílios de cozinha feitos de barro, pilão de madeira para pilar café e temperos, facho de palha usado para abanar o fogo do fogão de barro. Os instrumentos usados para a pesca também estão presentes no museu, tais como o gererê, cangaia e covo. Em cada cômodo da casa podemos encontrar as lamparinas, instrumentos usados para iluminar a casa.



Igreja Anglicana

A igreja Anglicana tem uma divisão por dioceses, a de Conde faz parte da diocese de João Pessoa. Desde os anos 2000, a Igreja está sediada em Pousada como projeto social, que tinha como prioridade a educação. Foi construído uma escola que tem atualmente 165 crianças matriculadas, há 6 anos desenvolveram uma parceria com a prefeitura. Atualmente a igreja tem em torno de 70 membros, todos da região de Pousada. O pastor Souza chegou na comunidade em 1999, nessa época existia a distribuição de um sopão semanal na beira da pista da BR 101.

A capela que organizava esse sopão e foi destruída durante a duplicação da pista da BR 101. A diocese recebeu indenização e com esse dinheiro foi comprado 3 terrenos e foi construído um galpão. A partir disso, a igreja começou a receber doações para a construção da escola. Um grupo de missionários americanos fizeram uma doação em dinheiro que foi usado para a construção da quadra esportiva.

IGREJA ANGLICANA, POUSADA DE CONDE.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Rio Gramame

O Gramame é responsável por banhar 7 cidades da Paraíba e garante a sobrevivência de mais de 700 mil pessoas. O Rio compreende os municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e parte de Santa Rita e, ainda, das cidades de Pedras de Fogo e Conde. O rio atravessa as comunidades de Conde, sendo assim, para ir de uma comunidade para outra é necessário atravessar o rio. Além disso, o Gramame proporciona uma complexa rede de economia e sociabilidade entre os pescadores e a população. A cultura ribeirinha possibilita referências de localização entre a comunidade através das camboas – braços do rio. Moradores se localizam pelo rio através dos portos: Porto Dedinho, Porto dos Coqueiros, Porto da Mangueira, Porto dos Quartéis, etc

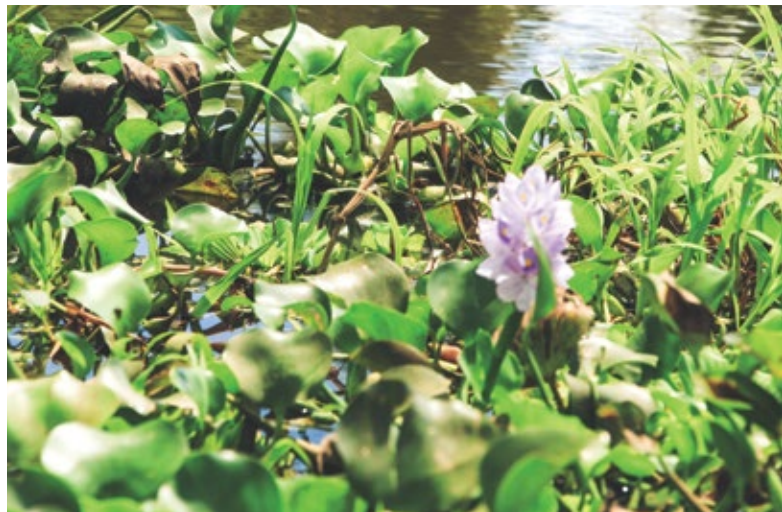
Pessoas envolvidas com o local é População ribeirinha, pescadores, coletores de materiais do Mangue, construtores de canoas. A vegetação flutuante que aparece na superfície do rio é conhecida pela população ribeirinha como pastas. Além de fazer parte da paisagem visual do Gramame, ela também é parte da paisagem cultural deste rio. Uma das técnicas de pescar camarão, por exemplo, é executada tendo essa vegetação como referência: com o jererê – instrumento de pesca formado pela rede em cone presa a um aro.

É nela que os pescadores a amarram os seus covos – armadilhas em formato cônico para pegar camarão e pequenos peixes. De acordo com os pescadores do Rio Gramame, as cordas (grossas, finas, de plás-

tico, de agave) vão identificar quem é o pescador ou pescadora que colocou o covo. As plantas aquáticas conhecidas como pastas, apesar de proporcionar benefícios, funcionam como um bioindicador de poluição. Em ambientes aquáticos com excesso de nutrientes orgânicos, ela se multiplica impossibilitando a navegação no rio por completo.

O pescador aproxima-se das pastas para pescar o camarão que se esconde abaixo dela, assim como outros animais que utilizam desta vegetação para se abrigar da luz. Outra vegetação comum do Rio Gramame e que aparece em boa parte de sua margem são as aningas. Estas costumam crescer e se proliferar nos terrenos alagadiços, muitas vezes estão com seus caules submersos pela água do rio.

FLORES DA PASTA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





RIO GRAMAME.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Rio Jacoca

A história do rio é a história da ocupação do território. Essa ocupação do litoral sul do território que chamamos hoje de Paraíba já acontece com os povos originários antes da chegada dos portugueses. Por outro lado, documentos após a conquista da região pelos portugueses, como os escritos de Elias Herckmans, destacam a existência de duas aldeias, a Pindaúna e a Jacoca. A região antes habitada pelos índios potiguara foi disputada com os colonizadores com ajuda dos tabajara, que passaram a reivindicar a posse de uma parte da Sesmaria da Jacoca.

A origem da palavra Jacoca já foi destacado em outras fichas do Inventário Cultural de Conde. Há nessa questão três possíveis origens que variam. A primeira de Elias Herckmans (1982, p. 23 apud CAVALCANTI, 1996, p.23) diz que a palavra brasileira Jacoca significa: abraça-me, pois nesse lugar os índios surpreenderam uma mulher brasileira potiguar que se achava a sombra com uma tapuia e lhe dizia – “t’cheakoka” abraça-me). Horácio de Almeida (1966 apud CAVALCANTI, 1996, p. 23) traz outras duas versões. Diz que o significado do nome Jacoca pode ser “a colheita dos juás” em homenagem aos juazeiros na época existente na área ou significava “a morada do jacu” (jacu= ave; oca= casa) lugar onde moram as aves. Aproximadamente a 15km, o rio nasce em Alhandra, próximo da divisa com Conde e deságua no Rio Gramame.

RIO JACOCA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



Aldeia Vitória

A Aldeia Vitória está localizada em Mata da Chica I, segundo o Cacique Ednaldo, ela foi reerguida no dia 5 de maio de 2012, em um território tradicional onde viviam seus ancestrais. A Aldeia contava inicialmente com 4 famílias, atualmente já somam cerca de 27 famílias residindo nesta localidade.

Ao entrar na Aldeia já podemos perceber a riqueza de seu povo com as barriquinhas feitas de madeira e palha, expondo as artes que são confeccionadas no local. Utensílios de cerâmica, cocares, adereços de miçangas.

A Oca fica no centro da Aldeia e é nela onde são realizadas as reuniões, celebrados seus rituais, a exemplo do Toré, e eventos tais como os jogos indígenas, semana dos povos indígenas, o aniversário de retorno dos povos Tabajaras para suas terras e o Grito dos Tabajaras. Este local tem um importante valor para as Aldeias indígenas, constituindo-se como um importante símbolo da identidade dos povos tradicionais.



CURUMIM GUERREIRO / OCA DA ALDEIA VITÓRIA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Aldeia Barra de Gramame

A Aldeia Barra de Gramame é uma organização social dos indígenas da nação Tabajara, reerguida em um território tradicional, onde viviam seus ancestrais. Está localizada em Gramame, Conde-PB.

Atualmente são 17 famílias aldeadas e muitas outras que moram em outras localidades, devido à falta de demarcação da terra indígena. O Cacique Carlinhos conta que Frei Anastácio, um dos líderes da CPT, foi crucial no processo de desapropriação da terra onde hoje se encontra a Aldeia Gramame.

A Aldeia Barra de Gramame é um pouco menor do que a Aldeia Vitória em extensão, no entanto, é igualmente rica em história. Sua oca foi construída no ano de 2005 e nela são realizadas várias atividades tais como as reuniões mensais, no último domingo de cada mês, com a prática do Toré; a reunião das mulheres indígenas; e a celebração do dia 19 de abril.





FACHADA DA IGREJA DE SÃO BENEDITO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



OCA DA ALDEIA GRAMAME.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Igreja de São Benedito

A igreja de São Benedito é uma igreja católica presente em Mata da Chica e construída pelos agricultores locais.

Depois de receberem ajuda de membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – como frei Anas-tácio, frei Zé Hermano, Dom José Maria Pires, dentre outros – Seu Pedro, agricultor de Mata da Chica, junto com outros agricultores, constroem a igreja de São Benedito. A escolha de São Benedito para ser o padroeiro da igreja se deu por uma ideia do próprio seu Pedro em representar o povo, uma vez que ele é o santo dos pobres, negro e trabalhador – cozinheiro.

A festa do padroeiro ocorre todos os anos desde a fundação da igreja. Contudo, foi com a chegada do padre Severino no ano de 2000 que a festa ganhou um incentivo e cresceu. A festa de São João também é celebrada com forró pé-de-serra, baile, comidas típicas de milho e fogueira. Outra festa que reuniu a comunidade para homenagear os agricultores foi a da agricultura, tendo esta acontecido apenas duas vezes.

A igreja ainda está presente em Mata da Chica. É frequentada por moradores locais e, enquanto, houver fiéis católicos na região, a igreja deve continuar sendo um lugar de referência para a comunidade.

Igreja Ortodoxa Santa Catarina

Localizada em Pousada de Conde, a Igreja foi construída em 29 de julho de 1991. Sagrada pela Igreja Católica de Portugal e atualmente pela Igreja da Polônia. A Igreja Ortodoxa segue o calendário juliano, em que se comemora o Natal 13 dias após o dia 25 de Dezembro. As comemorações da Igreja Ortodoxa são chamadas de Doze Grandes Festas. O Natal é a primeira delas, que acontece em Janeiro. No dia 19 é a Teofania, batismo do Senhor Jesus Cristo. Tem ainda Pentecostes, a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos; a Comemoração da Dormição da Virgem Maria; Apresentação do Senhor no templo; Apresentação da Virgem no Templo; Exaltação da Cruz. Ao todo são doze grandes festas, mais a Páscoa. A Páscoa não é uma das Doze, porque ela está acima de todas as outras festas. A Páscoa é chamada de Festa das Festas, porque comemora a ressurreição de Jesus Cristo.

IMAGENS INTERNAS E EXTERNAS DA IGREJA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI



Estádio de Futebol

O campo já existe há algumas décadas. Sr. Zé Piaba, que mora ao lado do campo há 35 anos, fala que ele sempre existiu, contudo “era só de barro”, diz. Após a entrada de Temístocles de Almeida Ribeiro, em 1993, na prefeitura de Conde foram feitas reformas que estabeleceram o campo como um estádio de futebol.

Inclusive, o nome do estádio é Sebastião Ribeiro. Nesta época o prefeito “fez esse muro, plantou essa grama, essa grama é grama oficial que aguenta sol, aguenta tudo” (Sr. Marivaldo Suzano Mendes, 7 de janeiro de 2020). Foi inaugurado em 5 de Março de 1994.

Durante o ano de produção deste Inventário Cultural, o Estádio Sebastião Ribeiro passava por reformas.

ESTÁDIO DE FUTEBOL.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



Passarela da BR-101

Com duplicação da BR-101 em 2009, foi construída a passarela. O fluxo de carros aumentou e com isso a comunidade estava em risco ao fazer a travessia da rodovia. Ônibus e transportes alternativos não entram na comunidade por causa da distância de um retorno. Assim, o ponto de ônibus de quem vem de João Pessoa fica no lado oposto da comunidade. Em 2012 um acidente com aconteceu e um caminhão que destruiu a passarela. Passaram-se cerca de 2 anos sem uma passarela, o que deixou o local arriscado para os pedestres. A comunidade que é bastante diversificada, uniu-se e organizou um protesto para a reforma da passarela. Apenas no final de 2013 a passarela foi reconstruída.

PASSARELA NA BR-101.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



Associação de Melhor Idade Novo Horizonte

A associação é um grupo de idosas que buscam ter um espaço adequado às suas idades, para a realização de atividades físicas, dinâmicas, brincadeiras, conversas e outros tipos de interações. O grupo surgiu em 2001 pela necessidade que os idosos tinham de ter um espaço próprio de lazer e interação, em que pudessem conversar, brincar, rir e socializar entre si. O grupo foi, então, convidando idosos que moravam nas redondezas, em Gurugi 1, Gurugi 2, Barra de Gramame e Ipiranga. A primeira reunião ocorreu na casa da mãe de uma das integrantes, embaixo do pé de castanhola, com cerca de 20 pessoas. Com o passar do tempo, o grupo foi crescendo e chegou a 59 pessoas.

O grupo, então, passou a sentir a necessidade de um espaço maior para abarcar as mais de 50 pessoas. Com isso, surgiu a ideia de pedir a Associação de Moradores de Gurugi por uma sede, onde pudessem ter encontros fixos, e a associação autorizou. A partir disso, foi feita uma cotinha com todos os membros do grupo para construir o ambiente. Uma das integrantes do grupo, Eudézia, era pedreira e foi ela que construiu a sede. Com esse valor, foi possível comprar todo o material e ainda pagar parte da mão de obra.



Casa de Taipa

O lugar tem três nomes: “Restaurante Rural”, “Casa de Isaías” e o mais conhecido, “Casa de Taipa”.

O ambiente é um restaurante rural que produz comida regional e tradicional e busca passar a ideia de que não é necessário “ter muito” – bens materiais – para viver. É possível conciliar dignidade e um estilo de vida saudável com a sustentabilidade. Além do restaurante, há uma casa propriamente de taipa com os produtos locais.

A Casa de Taipa é localizada no assentamento de Tambaba, próxima à rodovia PB-018, entre a praia de Coqueirinho e a praia de Tambaba. O restaurante foi pensado, inicialmente, para um ambiente turístico. O projeto foi incentivado por dona Fiinha, atualmente falecida, que era dona do terreno e avó da esposa do fundador da Casa, em 2015. Ela dizia que o espaço daria um bom restaurante, que geraria certo lucro e que o que ela produzisse poderia ser vendido no local.

Primeiro, Isaías construiu sua casa no sítio, em 2016. Em 2017, iniciou o trabalho relacionado à Casa de Taipa. O ambiente começou com a venda de plantas e logo o quintal foi sendo organizado. O processo inicial foi acompanhado por dona Fiinha, mas, em setembro de 2017, ela faleceu. Em dezembro, o local foi aberto para visitação, também em sua homenagem.

Com as visões de dona Fiinha e Isaías muito parecidas acerca do restaurante, ela o ajudou bastante, afirmando que já tinha conquistado a terra e queria que a família também tivesse esses conhecimentos para viver a partir da terra.

RESTAURANTE CASA DE TAIPA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Campo de Futebol de Pousada

Espaço de lazer, esporte e socialidades da comunidade de Pousada. Local onde são realizados campeonatos, torneios e a Copa de Futebol Amador da Pousada do Conde, realizada pelas lideranças da comunidade. Nessa Copa são reunidos times de várias regiões, como Gurugi, Mituaçú, Jacumã, Cabedelo, João Pessoa, etc. O pessoal da comunidade também usa o espaço para fazer caminhadas ao redor.



CAMPO DE FUTEBOL DE POUSADA.
FOTO: LUCAS PEREGRINO

Associação de Moradores de Mituaçú

Associação foi fundada em 1988. Teve em 2004 a primeira mulher como liderança comunitária, Geilza Paixão, que permanece atualmente como presidente. A associação dos moradores foi essencial no processo de auto-identificação da comunidade como remanescente Quilombola.

A Associação tem um papel de organização fundamental na construção de políticas, principalmente no âmbito comunitário e na luta por direitos. Através da associação foi possível viabilizar o abastecimento de água e a construção de moradias e estradas, bem como a criação de um centro de inclusão digital e de uma Rádio Comunitária na Comunidade.

PRÉDIO DA ASSOCIAÇÃO.
FOTO: LUCAS PEREGRINO



Terreiro Kwê Asé Oyá Onyra

O terreiro ou a casa do santo se chama Kwê Asé Oyá Onyra, que significa Casa de Axé Oyá Onira. É a casa de Oyá, a casa dos ventos. Terreiro de Candomblé da nação Jeje: foi construído e é dirigido por Doné (Mãe) Gisélia há 10 anos, quando sua mãe de santo faleceu e ela recebeu o ofício de sacerdotisa para continuar o legado cultural a partir da construção do terreiro. Além dos seus filhos de santo, Doné Gisélia não recebe pessoas que vêm buscar apoio espiritual, receber banhos de ervas. De 15 a 30 pessoas que acompanham a religião assiduamente, muitas delas de Bayeux, onde Mãe Gisélia iniciou sua vida religiosa.

No mesmo terreno do Terreiro há diversas construções, como a residência de Mãe Gisélia e os dois templos (principais edificações): de Candomblé e o da Jurema. O Candomblé tem relação direta com elementos naturais, as plantas e tudo que envolve o meio ambiente, pois é através dele que os orixás se manifestam. O santo da casa, Oyá, que é a mesma lansã, se manifesta através do vento, por exemplo. No local existem muitas plantas e árvores, a maior parte delas plantada por Doné Gisélia.

Vale ressaltar que no terreiro também é realizado trabalho de Jurema. Portanto, há alguns árvores dessa espécie plantada, além da diversidade de plantas que estão ligadas a essa linha de trabalho, como o manacá e liamba.



IMAGENS DO TERREIRO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Bens
culturais:
cele-
brações,
festas e
eventos.

“As festas dessa cidade
Muito tradicional
Tudo isso já faz parte
Do calendário cultural
O famoso São João
E também o Carnaval”

– Naílde Lopes, cordelista

Procissão e Festa de São Sebastião

É uma celebração que envolve devoção e identidade. A tão esperada procissão do “Bastião”, percorre, além do Quilombo Gurugi I, o Assentamento Gurugi II, o Quilombo de Ipiranga e a Agrovila. No entanto, sua festa acontece no pátio da Capela de São Sebastião e no seu entorno, localizada no Gurugi I.

A devoção à São Sebastião está presente na história e na memória afetiva do povo há pelo menos 70 anos. Sula, uma das organizadoras da festa, nos conta que esta tradição teve início no ano de 1948. “A devoção ao mártir São Sebastião é muito antiga em nosso meio, pois é invocado contra peste, fome e guerra, quando nos idos do século XIX, a Paraíba foi castigada pela peste da cólera, aumentando mais ainda a devoção ao santo”, nos relatou o Padre Severino de Melo, que já foi pároco de Conde entre 2000 e 2008.

A Festa e Procissão de Bastião - forma carinhosa de chamar São Sebastião - é uma das celebrações mais esperadas na região que comporta os territórios de Gurugi I, Gurugi II e Ipiranga. Atual-



IMAGENS DA PROCISSÃO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



mente, a festa profana e as celebrações religiosas ocorrem na capela de São Sebastião, localizada no Quilombo de Gurugi I, no entanto, os seus devotos nos contam que a celebração nem sempre ocorreu ali. Antigamente, quando a capela ainda não existia, a festa de São Sebastião e as práticas religiosas tradicionais eram realizadas na Igreja-nha de Taipa que ficava embaixo de uma jaqueira. Lá eram realizadas as missas, os terços, os batizados e os festejos do santo.

Essa devoção ao santo é um dos fatores que contribui para a continuação da procissão de São Sebastião, na Comunidade Quilombola de Gurugi. Há uma forte identificação da comunidade com o santo, por este ser considerado, na tradição católica, um santo guerreiro e de luta, como o povo de Gurugi. Além disso, as expressões de pertencimento à comunidade são reafirmadas com os pagadores de promessas e as visitas do imagem do Santo às casas daqueles que alcançaram a graça.



Gira de Jurema

Acontece na Cidade Sagrada da Jurema em Tambaba. Em frente as falésias das encantarias, na parte que é conhecida popularmente como Praia de Arapuca. A jurema Sagrada é uma religião afro-indígena que representa o sincretismo religioso através de um culto cheio de encantamentos com símbolos de pajelança, catolicismo, candomblé e feitiçaria de forma mágica. Sua história no Brasil tem início marcado no século XVI, de forma clandestina, sendo característica peculiar do Nordeste Brasileiro. Característica da diversidade cultural nordestina, os cultos da jurema sobrevivem até os nossos dias e representa muito o povo nordestino. Esses cultos são denominados Jurema de chão, Toque de Jurema e Toré de Jurema. Representada pela planta jurema, esse simbolismo ultrapassa o plano físico, pois a jurema é um plano espiritual metafísico de um sagrado feminino florestal. A jurema é a árvore do mundo. Dentre o simbolismo das Cidades Sagradas da religiosidade da Jurema no Litoral Sul paraibano, podemos destacar a Cidade Sagrada de Tambaba. Um lugar de encantarias da Jurema Sagrada. Para o Pai Beto, essa cidade é

povoada pelos espíritos encantados dos juremeiros após a morte. É um lugar de reencontro destes espíritos para buscarem outros caminhos espirituais. “Quando morre um catimbozeiro, o mar de Tambaba dá um estrondo”. A cidade encantada é um lugar de limpeza.

Os símbolos nas vestimentas, nos ritos, nas músicas, nos toques da percussão, nas frutas, na jurema em forma de bebida inebriaram a todos os presentes. Mesmo aqueles que estavam na condição de pesquisadores não conseguiam resistir aos encantos. No dia 8 de dezembro de 2019, a equipe do Inventário Cultural de Conde visitou a Praia de Tambaba, às 6 horas da manhã, na parte conhecida como a Praia da Arapuca. Aos poucos, começaram a chegar juremeiros e juremeiras, de várias cidades do entorno. Eram crianças, jovens e adultos que trouxeram frutas, organizaram um altar e, em sua volta, fizeram um círculo sob a orientação do Pai Beto, sacerdote e presidente da Federação Cultural de umbanda, candomblé e jurema do Estado da Paraíba.

CENA DO RITUAL SAGRADO DA
JUREMA ENCANTADA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





INTERIOR DA CAPELA.
FOTO: KEITIANA DE SOUZA

Procissão de Nossa Senhora de Guadalupe

A procissão é uma romaria que ocorre todo primeiro domingo de dezembro, levando a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe até a capela de mesmo nome, em Dona Antônia. Os mais velhos se reuniam, alguns anos atrás, para realizar as atividades da igreja católica, como missas e terços, mas não tinham um lugar apropriado. Em uma reunião, Padre Severino sugeriu a construção de uma capela e pediu que a comunidade escolhesse uma padroeira. Inicialmente, escolheram Nossa Senhora da Conceição, no entanto, como ela já era padroeira do Conde, outra teve que ser escolhida. Ao saber dos milagres feitos por Nossa Senhora de Guadalupe a comunidade, ela foi escolhida como padroeira. Quando a imagem chegou, o padre deu a sugestão de ser levada em romaria, saindo de Jacumã até a capela. Desde então, todos os anos, a procissão ocorre no mesmo dia que ocorreu a primeira, no primeiro domingo de dezembro. O significado da procissão se dá pela fé, já que apenas os fiéis se dispõem a sair tão cedo, antes das 4 horas da madrugada, indo do assentamento até Jacumã e voltando a pé. Muitos integrantes da comunidade acreditam em Nossa Senhora, mesmo aqueles que não são mais católicos, devido à crença em milagres e graças.

Antes da procissão, começam a soltar fogos por volta das 2 horas da manhã. A romaria sai às 4 horas e chega a Dona Antônia por volta das 5 horas da manhã. Ocorre, então, a missa e depois um café da manhã compartilhado, com doações da própria comunidade. Um grupo de pessoas já começa a organizar o café da manhã no dia anterior e volta para terminar de organizar antes da procissão começar, de madrugada. No início, ocorria também uma festa, mas, pela dificuldade de encontrar pessoas que pudessem ajudar na realização do evento e pela segurança, deixou de acontecer. Também, pessoas que exageravam na bebida alcoólica contribuíram para que a festa deixasse de ocorrer, já que se tratava de um evento religioso. A última festa ocorrida fora em 2012. Quando acontecia, atraía bastante gente, inclusive pessoas de fora de Dona Antônia. Comidas e bebidas recebidas por meio de doações eram vendidas em prol de arrecadação de recursos para a igreja.

O Toré

O Toré é, simultaneamente, uma expressão de fé e uma marca da identidade étnica dos povos indígenas do nordeste. Desde 2005, com a retomada do povo Tabajara no território e com o fortalecimento da Identidade desta nação indígena, o Toré vem sendo realizado como forma de culto aos seus ancestrais, buscando força do pai Tupã para que eles consigam resolver positivamente todas as questões internas e externas ao povo.

Na Aldeia Gramame, o Toré ocorre todo último domingo do mês, na reunião da comunidade, onde são discutidas questões internas e questões relacionadas aos direitos indígenas. Podendo também ser realizado em momentos que necessitam de uma tomada de decisão com urgência, então, realizam o Toré buscando respostas dos seus ancestrais, invocando os encantados em busca de sabedoria.

Houve um período em que a prática do Toré era proibida no nordeste. Os usurpadores da terra perseguiam os indígenas, proibindo a perpetuação de suas tradições. Nesse período o Toré, como as demais expressões culturais, foi silenciado, não sendo realizado em forma de celebração. Por ser um forte marcador da identidade étnica dos povos

indígenas do nordeste, Juscelino, um dos indígenas da Aldeia Gramame, nos contou que os mais antigos sempre cantavam pontos de Toré no seu cotidiano, nos afazeres diários, enquanto cozinhavam, pescavam, caçavam, plantavam, mas não realizavam a celebração do Toré devido à perseguição dos povos indígenas.

Quando os mais velhos eram questionados sobre esses cânticos eles diziam que eram as “músicas que os ancestrais cantavam, mas que não podia ser cantados porque era proibido, por serem índio, de caboclos”, conta Juscelino. Segundo ele, o Toré simboliza a unidade de um povo, exercendo esse elo de ligação entre os ancestrais, os encantados e a natureza.

Segundo o Cacique Ednaldo, da Aldeia Vitória, o Toré também exerce um importante papel político para os povos indígenas do nordeste, “é uma maneira de dizer ao Estado e à sociedade brasileira que os índios estão vivos, com uma cultura forte e que necessita de uma preservação desse povo” (EDNALDO, 2020). Nesse sentido, o Toré funciona como um importante sinal diacrítico, caracterizando essa coletividade enquanto identidade étnica, frente ao Estado brasileiro.



TABAJARAS DANÇANDO
O TORÉ. FOTO: LEANDRO
PELLIZZONI

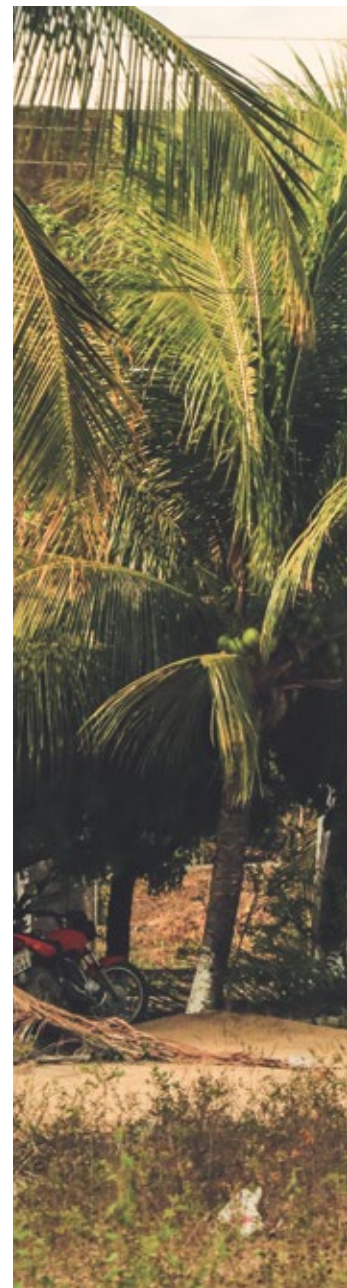
Missa em Homenagem ao Zé de Lela e Dona Bila

A missa de Zé de Lela e Dona Bila é uma celebração em homenagem a duas grandes lideranças do Gurugi 2, referências na luta pela terra, que foram assassinados nos conflitos agrários que ocorreram na década de 80.

Naquela época, diante do cenário hostil que a comunidade do Gurugi vivia, uma série de conflitos foram intensificando a mobilização da comunidade que não aceitavam mais tanta violência contra seu povo. O crime máximo, que se tornou o estopim da revolta, deu-se após o cruel assassinato de Zé de Lela, em 28 de dezembro de 1988. José Avelino, um dos principais nomes na organização do movimento de luta pela terra, foi brutalmente assassinado na frente de sua casa, deixando esposa, Dona Lela e 10 filhos.

Após este fatídico episódio da história do Gurugi, os moradores se mobilizaram ainda mais, organizando mutirões e protestos para denunciar o caso e clamar por justiça. Em uma dessas mobilizações, 3 meses após o assassinato de Zé de Lela, no dia 30 de março de 1989, os agricultores se juntaram e foram protestar em frente ao Fórum de Alhandra, para participar do julgamento do assassino de Zé de Lela. No entanto, foram surpreendidos por um atentado, onde um dos capangas da fazenda, Severino Mariano, atropelou 28 agricultores, deixando-os feridos, e uma vítima fatal, dona Severina Rodrigues, conhecida por Dona Bila.

Após essas inestimáveis perdas de duas grandes referências no processo de luta pela terra em Gurugi, a comunidade resolveu realizar duas missas, uma em homenagem a Zé de Lela e outra em Homenagem a dona Bila, para rememorar a importância desses companheiros de luta que perderam suas vidas em prol de uma causa maior.



CRUZEIRO DE ZÉ DE
LELA. FOTO: LEANDRO
PELLIZZONI





CENA DO CARNAVAL DE CONDE.
FOTO: RAFAEL PASSOS

Carnaval de Conde

Festa brasileira de forte aderência popular, constituindo-se como um importante símbolo da nossa identidade nacional. A festa se expressa em diversas localidades do município, legitimada como uma importante celebração no calendário festivo de Conde, atraindo diversos foliões de outros municípios da Paraíba e de outros estados brasileiros. O carnaval oficial de Conde deste ano foi de 22 a 25 de fevereiro e teve início com o desfile do Bloco das Calungas, grupo de maracatu formado apenas por mulheres. Altamente contagiante, o desfile percorreu a Avenida Ilza Ribeiro, em Jacumã, e não deixou ninguém ficar parado, agitando as pessoas com o som envolvente do maracatu. Logo em seguida, a festa continuou no palco da Praça do Mar, com as apresentações das bandas Caburé, Bateria da Escola de samba Malandros do morro e Alberto Bakana, grupos de diferentes estilos musicais, para todos os gostos dos foliões.

A festa do carnaval em Jacumã aconteceu em, pelo menos, quatro espaços bem definidos: na praia, na Praça do Mar, na Av. Ilza Ribeiro e na Rua do Sol. É importante ressaltar que estes espaços não se excluem. Pelo contrário, eles comportam diferentes práticas e modos de se brincar este carnaval e, somados, compõem a festa tão esperada ano após ano. Cada ambiente carrega um perfil, agregando frequentadores distintos, de faixas etárias, classes sociais e outros marcadores sociais que lhes orientam a lugares e modos de vivenciar uma das festas mais democráticas do país, aquela que se

faz na rua. É por isso também que podemos destacar a diversidade cultural como uma marca forte do carnaval do município de Conde, onde os diferentes se encontram e coexistem, brincam a festa com toda a sua multiplicidade de ritmos, sons, brincadeiras e preferências.

A festa já começa na praia! Foliões, turistas, moradores das redondezas e grupos de amigos se organizam, cada um com sua caixa de som – numa polifonia musical – e fazem suas festas, com comidas, bebidas e muita música. Várias famílias começam seu dia nas areias de Jacumã e é muito comum encontrar churrasqueiras nos momentos de divertimento na praia. No final do dia, os banhistas voltam para suas casas ou onde estão hospedados e se preparam para os shows na Praça do Mar. Outros saem da praia direto para os blocos, que se concentram no início da Av. Ilza Ribeiro. Já outros, preferem fazer a festa na frente de suas casas, com aparelhos de som, bebidas, churrascos e agregando outras pessoas.

A Av. Ilza Ribeiro, principal via de Jacumã e onde está concentrada a maioria dos comércios, vira passarela para os vários blocos que desfilam nos quatro dias do reinado de Momo. A concentração dos desfiles acontece na altura da colônia dos pescadores, logo na entrada de Jacumã. Este ano, passaram pela avenida o Bloco das calungas, Bloco das Oliveiras, Bloco Virgens de Jacumã, Bloco O Caderudo, Bloco da Burrinha, Bloco Boca de Litro

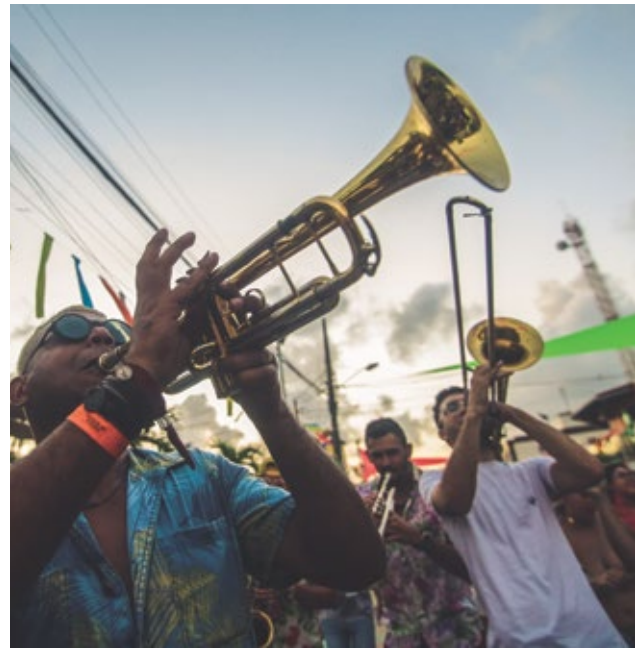
e o Bloco Bug Folia. Houve ainda o desfile da Escola de Samba Império do Samba, que encerrou as comemorações ocorridas na avenida, na terça-feira de carnaval. No entanto, é importante ressaltar, que além dos blocos que desfilam nesta avenida, existem muitos outros que abrilhantam e encantam o carnaval de Conde, distribuídos por todo seu litoral e centro, a exemplo dos Blocos: Virgens da Pousada (Pousada – bairro), Bloco do Nandão (Tabatinga II), Marujos do Amor (Village), Curicas e Curicos (Carapibus) e o Bloco Descabaçadas (Centro de Conde).

Na Praça do Mar, podemos evidenciar uma diversidade de público ainda maior. Muitas famílias presentes e várias gerações usufruindo do mesmo espaço, com caixas de som, cadeiras, bebidas e comidas, aproveitando as atrações do palco, mas também fazendo sua própria festa. Quem estava com criança ficava mais próximo do brinquedo. Enquanto isso, no palco, vários artistas se apresentaram e animaram as noites de Jacumã: Alberto Bakana, Luka Bass, Caburé, Dj Brasinha, Val Donato, Beto Movimento, Yuri Carvalho, Parahyba Ska Jazz e Sin-ta liga Crew, entre outros, agitaram e emocionaram o público, que acompanhou os quatro dias de festa. Foi uma festa linda e diversa, com forte presença dos moradores de Conde e muita gente de fora, atendendo às expectativas e gostos de todos os foliões.

Na Rua do Sol, uma outra festa estava sendo feita e vivenciada pelos foliões do carnaval de Jacumã. A Rua do Sol é um dos principais pontos de fluxo do carnaval, fazendo a ligação entre a Av. Ilza Ribeiro e a Praça do Mar e onde se concentra o comércio de artesanato local e o Beco da Boemia, com algumas opções de bares, restaurantes e outros serviços. À noite, ela se transforma num grande palco ao ar livre, onde a juventude se encontra para dançar o “passinho”, fenômeno da dança e da música que tem conquistado um vasto público no Brasil e que se fez bastante presente neste carnaval, não apenas em Jacumã, mas em vários outros do país.

CENAS DO CARNAVAL DE CONDE.
FOTOS: RAFAEL PASSOS





Barqueata

A Barqueata é uma Celebração que acontece em dias anteriores ao Dia de Reis (06 de janeiro), onde a imagem de Nosso Senhor do Bonfim é levada à Igreja de São João Batista, em Jacumã. A procissão é feita na água, com barcos dos pescadores, por isso se chama “barqueata”. Há relatos de que o festejo acontece desde meados do século XX. A Igreja de Nosso Senhor do Bonfim está localizada no município de Pitimbu, vizinho à Conde. Já a Igreja de São João Batista está em Jacumã (Conde).

A tradição da Barqueata, que antecede os festejos do Dia de Reis. É uma celebração bastante antiga, há décadas vem sendo realizada pelos seus fiéis. No entanto, a mesma sofreu, ao longo dos anos, várias modificações.

O padre Josivaldo da paróquia São João Batista, em Jacumã, nos conta que segundo a religião católica, o significado desse festejo se dá em virtude da crença bíblica de que Jesus era primo de São João Batista, assim, pela celebração há uma visita destes dois familiares, tendo em vista que, para esta tradição religiosa, Nosso Senhor do Bonfim é Jesus crucificado.

Diante disto, os pescadores saem de Jacumã em direção a Pitimbu para buscar Nosso Senhor do Bonfim na paróquia de Pitimbu, levando a imagem do santo para visitar seu primo, São João Batista, em Jacumã. Após quinze dias, ocorre outra barqueata, desta vez de Pitimbu para Jacumã, para buscar a imagem do Nosso Senhor do Bonfim e a levar para

a paróquia, integrando aos festejos relacionados a festa do padroeiro, em Pitimbu.

Os pescadores contam que nos últimos anos, a tradição perdeu um pouco de sua força e, com isso, poucos barcos saem em direção a Pitimbu para buscar o santo. Eles nos contaram que em alguns anos chegaram a sair cerca de 35 barcos. Os pescadores relatam, com muita nostalgia, os tempos de outrora, em que a Barqueata fazia parte dos festejos do Dia de Reis, lembrando das Touradas dos leilões, dos shows.

Os pescadores relatam também que a Barqueata costumava atrair um público bastante diversificado, contemplando todas as gerações. Era realizada a missa logo cedo e todos saíam em direção a Pitimbu para buscar o santo. Havia uma maior participação das mulheres e da igreja. Após a volta de Pitimbu, sempre havia muita animação com coco de roda, ciranda. Atualmente é uma celebração majoritariamente masculina, onde o sagrado e profano andam juntos; a festa e a devoção acontecem em alto mar

Neste ano, 17 barcos saíram de Jacumã, repletos de alegria e fé, para celebrar a busca do Nosso Senhor do Bonfim. Apesar de alguns participantes relatarem este eventual “enfraquecimento” da tradição, o que observamos no dia 4 de janeiro foi uma celebração vivíssima e potente, mas que, como toda tradição, sofreu algumas transformações com o passar do tempo.



CENAS DA BARQUEATA.
FOTOS: LAÍS LUNA

A IMAGEM
DE SÃO JOÃO
BATISTA
SEGUE EM
BARQUEATA
PARA VISITAR
SEU PRIMO,
O NOSSO
SENHOR DO
BONFIM, PELOS
MARES DE
JACUMÃ.



Festa da Consciência Negra

Festa anual em celebração ao dia da consciência negra que reúne os quilombos das comunidades de Conde. A festa acontece no Quintal Cultural, local onde são realizados os eventos culturais de Mituaçu. O evento celebra o reconhecimento das comunidades quilombolas. Essa celebração já foi chamada de festa do preto e branco, pois é um dia de festa que tem como proposta reunir todas as pessoas a reconhecer e celebrar a cultura do povo negro. Na festa é representado o orgulho da beleza e da cultura, através de apresentações do grupo de dança afro Raízes Negras. São feitas apresentações de bandas e desfiles da beleza negra, com pessoas de todas as idades; crianças, adultos e idosos. Também são feitas exposições e vendas de produtos artesanais resultantes do conhecimento herdado do povo negro ancestral. Além de barracas com comidas e bebidas. A festa é organizada pelo coletivo Raízes Negras (grupo que produz eventos culturais na comunidade) junto com a coordenação das escolas, unidades de saúde e creches da comunidade. Participam grupos de outras comunidades do Quilombo do Ipiranga, Quilombo de Gurugi, membros da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos e outros convidados.



FESTA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO QUINTAL CULTURAL, MITUAÇÚ.
FOTOS: LUCAS PEREGRINO



Festa do Coco de Roda

Há 10 anos vem sendo realizado no Ipiranga a “Festa do coco”, sendo organizada pela comunidade. A festa teve início em um pequeno pavilhão, na casa do pai da mestra Ana Lúcia, após o recebimento de um prêmio, no ano de 2010, no valor de \$10.000 (10 mil reais), pelo Cultura Viva. O grupo conseguiu se organizar e comprar equipamentos como roupas, instrumentos. Isso possibilitou dar início à construção de um pavilhão maior, para a realização da festa do coco dentro do sítio dos Nascimento. No entanto o valor não foi suficiente, então foi necessário fazer uma parceria com a prefeitura de Conde para conseguir concluir a obra. Após a conclusão da obra, a Festa do Coco começou a ser realizada neste novo local, no último sábado de cada mês.

A organização da Festa do Coco vem passando por algumas mudanças decorrentes da pandemia e de demandas internas da própria comunidade. A Mestra Ana Lúcia conseguiu um terreno mais próximo da pista que dá acesso à praia de Jacumã. No entanto, o novo espaço ainda precisa ser construído para que a tradicional festa do coco volte a ser realizada.

As celebrações costumam ser aqueles eventos que despertam vários significados e são sentidas de diferentes maneiras, alcançando um público variado. A festa do coco é uma dessas celebrações que podem ser sentida e vivenciada de diferentes maneiras.

A festa suscita funciona como sala de aula, espaço para brincar, se divertir, celebrar a riqueza da cultura quilombola, conhecer pessoas, trocar experiências. Contudo, o aspecto mais importante para a comunidade é a possibilidade de manter viva a cultura do coco, preservando a memórias ancestrais, sendo reinventada e ressignificada a cada novo encontro.

COQUISTAS ANIMANDO A FESTA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Andada do Carangueijo

A “andada” do caranguejo acontece todos os anos no período de janeiro até abril. Os manguezais permanecem como fonte indispensável de recursos de subsistência a partir da pesca artesanal e da coleta de recursos naturais. Os caranguejos são animais semi-terrestres e vivem unicamente nos manguezais. Quando ainda novo, eles vivem apenas dentro da água e se alimentam de folhas do mangue que caem na lama e se decompõem por fungos.

Diversas comunidades tradicionais de pescadores e outro ribeirinhos vivem da caça desses animais e são chamados de caranguejeiros e caranguejeiras.

O ciclo de vida dos caranguejos se repete todos os anos. De janeiro a abril é o período de defeso ou reprodução, popularmente conhecido como “andada”. O ritmo da cata desses crustáceos realizada pelos caranguejeiros está diretamente ligado a esses ciclos biológicos. Muitos caranguejeiros passaram a usar essa técnica de armadilha por uma questão de sobrevivência. O uso das armadilhas e da cata irregular passou a ser proibido em várias regiões do Brasil. Também é proibida a captura, industrialização, transporte e comercialização do crustáceo durante o período de “andada”.

As técnicas tradicionais são menos produtivas, mas proporcionam um processo sustentável. É necessário que autoridades ambientais e comunidades tradicionais desenvolvam estratégias para preservação desses recursos naturais.



ZÉ DO BALAIÓ DEMONSTRA COMO IMOBILIZAR O CARANGUEJO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





CENAS DA FESTA DE SÃO PEDRO.
FOTO: SECOND/CONDE



Festa de São Pedro

É uma celebração marítima em homenagem ao São Pedro, considerado como o padroeiro dos pescadores. A festa de São Pedro é uma celebração bastante antiga. Há relatos de que a festa seja celebrada há pelo menos 40 anos. Seu Ari, presidente da Colônia de Pescadores, nos conta que esta festa surgiu com a iniciativa de alguns pescadores que sentiam a necessidade de comemorar o dia do São Pedro, santo protetor dos pescadores. Na tradição católica, é celebrado no dia 29 de junho, fazendo parte dos festejos juninos, na região Nordeste do país.

Durante todos esses anos, a celebração passou por algumas transformações. Inicialmente a festa era realizada por um pequeno grupo de pescadores, que se encontravam logo cedo na praia de Carapibus para celebrar o dia do padroeiro e para agradecer a proteção e as graças alcançadas.

Ao final do dia, os pescadores saíam em uma procissão marítima em direção à praia de Jacumã, finalizando a celebração com muito coco e ciranda na beira do mar. A festa em comemoração ao padroeiro dos pescadores é em forma de agradecimento pela proteção dos pescadores no mar e pelas pescas bem sucedidas.

Foi relatado que, no dia oficial da festa, os pescadores vão para a praia de Carapibus por volta das 10h da manhã. Os pescadores vão chegando e encostando suas embarcações. Cada participante leva uma contribuição para a festa, seja comida ou bebida. Os pescadores passam o dia na praia de Carapibus, dançando, brincando e comemorando, ao som de um trio pé de serra. Por volta das 15h da tarde, os pescadores se organizam e saem em procissão marítima ou barqueata (como costumam chamar os pescadores) até a praia de Jacumã.

Festa de Santo Antônio

É uma celebração realizada na capela Santo Antônio, padroeiro do Assentamento Tambaba, em comemoração ao seu dia. A capela foi inaugurada no dia 13 de junho de 2003. Na tradição católica o dia de Santo Antônio é celebrado no dia 13 de junho. Neste dia, a comunidade realiza novenas, procissão e missas para a grande conquista que foi a construção da capela onde os fiéis pudessem realizar suas missas, terços, novenários e a procissão do padroeiro. Após esta inauguração, todo dia 13 de junho é realizada a festa do padroeiro do assentamento.

Além das celebrações religiosas, também é organizada uma festa conhecida por “festa social”, onde são realizadas apresentações de trio pé de serra, de quadrilhas juninas, capoeira, bandas de forró local como a banda Forró do Nosso Jeito, Grupo Tambores do Tempo, comercialização de bebidas e comidas típicas, som eletrônico, entre outras, animando os moradores do assentamento e das localidades vizinhas.

As celebrações podem despertar diferentes vivências e significados num grupo social. Luciene nos conta que a motivação principal para a realização da festividade se deu a partir da construção da capela, tendo em vista que não havia nem uma celebração no assentamento, apenas eram realizados os terços na casa de uma senhora chamada Dionísia.



CENAS DA FESTA DE SANTO ANTÔNIO.
FOTO: SECOND/CONDE



São João Tradicional

Durante os 3 primeiros anos de gestão da professora Márcia Lucena, “o São João foi devolvido ao São João”, conforme se referiu o escritor e poeta Bráulio Tavares, em artigo veiculado nas redes sociais, sobre a estética musical, vigente nas festividades Juninas da contemporaneidade, que deram lugar à músicas de apelo da indústria cultural movida pelos interesses do capitalismo neoliberal.

Em Conde, elegemos uma programação voltada para o São João Tradicional, com relevância e respeito às tradições do Forró e suas matrizes e toda a estética correspondente. As festividades juninas fazem parte da tradição do município e tem a perspectiva de promover, além da manutenção da tradição, o entretenimento necessário para a população, tão carente de atividades culturais que proporcionem bem-estar; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção e incentivo à cultura, ao turismo e à economia criativa local.

A prefeitura municipal procurou realizar sempre a cada ano, uma programação de palco, com inclusão dos grupos locais de forró e das culturas tradicionais, como o coco, a ciranda, os grupos folclóricos e parafolclóricos. Também realizou com os alunos das escolas públicas, pesquisa sobre os temas do São João Tradicional: os alunos da rede pesquisaram e apresentaram sobre culinária tradicional das festas Juninas, indumentárias, as danças e a música.

O São João de Conde desde 2017 aconteceu de forma descentralizada com programação no centro de Conde e comunidades, que tiveram fomento e apoio logístico da prefeitura. Esse ano de 2020, como todas as festividades, foram impedidas em respeito às medidas sanitárias impostas pela pandemia causada pela COVID-19.



SÃO JOÃO CULTURAL
DE CONDE.
FOTO: SECOND/CONDE

Bens
culturais:
formas
de ex-
pressão.

“Gostaria de agradecer a todas as pessoas que estão contribuindo para o acontecimento do inventário cultural aqui no Conde. Porque é uma oportunidade que é um marco para todos aqui no Conde. Porque desde sempre nos foi negado o direito de fato. Desde sempre, desde as primeiras casas aqui do conde. Quando Conde era ‘aldeia mito’ jesuíta da Jacoca, em 1914, iniciou o processo de negar, através do branco colonizador Jesuíta, de negar a nossa cultura, a nossa história. Agora imagine, mais de 400 anos, de história sendo negada dentro do Conde?(...)

A gente tem uma diversidade cultural muito grande. Então, cada grupo, cada espaço, cada ambiente deve ser respeitado a partir da sua diversidade, a partir da sua visão de mundo, da sua visão de universo, e é para isso que o inventário serve”.

— Juscelino Tabajara, fevereiro 2020

Ciranda da Alegria

Ciranda é uma forma de expressão de origem afro-indígena bastante presente na região Nordeste do Brasil, que envolve dança e música. Seus participantes dançam em movimento circular, formando uma roda, que pode ser grande ou pequena dependendo do número de participantes e do espaço onde a expressão está sendo realizada, com movimentos que seguem o ritmo lento e repetitivo da zabumba, caixa e ganzá. Os participantes unem os braços e se movimentam em passos lentos, para frente e para trás. Dona Rosilda, mestra da Ciranda da Alegria, nos conta que esta tradição faz parte da ancestralidade presente nos quilombos e assentamentos.

Rosilda nos contou que inicialmente foi formado um grupo de idosos na comunidade, que se reuniam para socializar, passar o tempo, pensar em melhorias para o assentamento. Ao sentirem a necessidade da prática de alguma atividade onde eles pudessem movimentar o corpo e explorar a criatividade da mente, decidiram, a partir de uma votação entre todos os integrantes, fundar um grupo de ciranda. Rosilda revela que a predileção pela ciranda se manifestou devido à presença de integrantes oriundos de outras localidades, tais como Pernambuco e Gurugi, onde esta expressão cultural se torna mais presente, segundo Rosilda.

A partir deste momento, as reuniões dos idosos tornaram-se ainda mais alegres, agregando nesses encontros outros moradores do assentamento de diferentes faixas etárias que se sentiram atraídos



AS CIRANDEIRAS E SEU ARCELINO.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI



pela ciranda, seja para dançar ou admirar.. A ciranda foi atingindo outras dimensões na comunidade, extrapolando as fronteiras do assentamento Dona Antônia, proporcionando um intercâmbio com outros grupos de cultura e admiradores de outras localidades. Isso possibilitou a participação do grupo em eventos de valorização da cultura popular. Diante de tamanha felicidade, que a expressão cultural lhes proporcionou, decidiram batizar o grupo por “Ciranda da Alegria”, tendo em vista que o objetivo principal era promover o bem-estar social de seus integrantes, destacando a alegria como fator fundamental.

As formas de expressão são aquelas referências culturais que despertam, em seus detentores, um conjunto de valores e significados, podendo atingir diversas dimensões sociais, desde situações presentes no cotidiano, até celebrações que expressam a cosmovisão dessas pessoas. Para dona Rosilda e os demais integrantes, a ciranda significa a alegria, diversão e o ponto de encontro, dentro da comunidade. O lazer é uma dimensão importante na vida das pessoas em sociedade e a forma como estes indivíduos selecionam seus momentos de lazer também diz muito sobre este grupo social.

A ciranda começa com a entrada dos tocadores. Na sequência, forma-se a roda em torno deles. A música de abertura inicia a brincadeira, seguida de outras músicas. As cirandeiras começam a movimentar a roda, de mãos dadas com passos lentos e contínuos, com movimentos de vai e vem, marcando o passo no ritmo da zabumba, caixa e ganzá. Os movimentos da ciranda se assemelham aos movimentos das ondas do mar, indo ao centro da roda e recuando, como o fluxo e refluxo do mar. A mestra da ciranda conduz a cantoria, puxando as músicas, enquanto que as cirandeiras acompanham e cantam na sequência, um formato que se assemelha a um jogo de pergunta e respostas, onde a mestra faz a parte solo, e as cirandeiras acompanham, respondendo em coro, acompanhando o ritmo dos instrumentos. Da metade para o fim, é liberada a participação do público na roda, finalizando com a música de despedida.

Lapinha

A Lapinha é uma celebração que integra os festejos natalinos e simboliza a manjedoura em que Jesus nasceu o menino Jesus. Em Conde existem dois grupos, a Lapinha do Ipiranga e a Lapinha de Mituaçu. É uma expressão cultural popular brasileira, bastante presente na região Nordeste. Inspirada na tradição católica e relacionada aos festejos natalinos, celebra o nascimento do menino Jesus. A Lapinha tem seu início no último sábado de setembro, encerrando um sábado antes do carnaval, com a “queima da lapinha”. A característica mais forte dessa expressão cultural, é a separação entre dois grupos de pastoras, vestidas de azul e vermelho, denominadas de cordão azul e encarnado.

Cada região do Nordeste possui particularidades e nuances, em virtude das influências locais. Uma característica comum é que o grupo é formado apenas por mulheres que dançam, encenam e entoam os cânticos populares, como o clássico que ficou marcado também nos carnavais: “Boa noite meus senhores todos/ Boa noite senhoras também/ Somos pastoras/ Pastorinhas belas/ Que alegremos vamos à Belém”. Por outro lado, ressaltamos que os músicos instrumentistas que acompanham os cânticos podem ser homens.

Leninha (Irenilze Roberto da Paixão), que é uma das cantoras da Lapinha de Mituaçu, afirma que a forma de expressão existe no quilombo há mais de 200

anos. Os avós dela aprenderam com os mais velhos que também moravam na comunidade. A família Paixão foi uma das precursoras da Lapinha em Mituaçu.

A expressão cultural é constituída por diversos elementos simbólicos. Destacamos as personagens que participam da dança: Mestra, Contramestra, Diana, Camponesa, Belo Anjo, Borboleta, o Pastor, o Velho e as Pastoras. Outro elemento importante e que dá o nome da dança é a Lapinha. Lapa é uma cavidade em uma pedra, uma gruta. Segundo a tradição, foi em uma gruta que aconteceu o nascimento de Jesus, na manjedoura.

A partir do dia 8 de dezembro, as pastoras deixam de usar o vestido azul e vermelho e passam a usar o vestido branco. Na véspera de natal (madrugada do dia 25 de dezembro) deitam o menino Jesus, depois da meia noite, até o dia 1 de janeiro, onde todas as pastoras voltam a dançar, às 5h da manhã, levantando o menino Jesus da manjedoura. Como foi dito, antes do carnaval acontece a queima da lapinha, finalizando a celebração.

A Lapinha é composta por 11 pastoras, os anjos (crianças pequenas de 3 a 6 anos), mestra (que comanda o cordão vermelho), contra-mestra (que comanda o cordão azul), Adriana, Libertina, Camponesa (com uma dança exclusiva dela), duas pastorinhas (que ficam atrás, uma do azul e outra do vermelho), cigana (dança dos dois lados).



CENAS DA LAPINHA, MITUAÇÚ.
FOTOS: THIAGO NOZI

Arte Tabajara

São formas de arte e artesanato produzidas pelo povo Tabajara, com sementes, penas, cerâmicas, entre outros. Juscelino Tabajara foi um dos primeiros indígenas a produzir obras de arte na Aldeia Gramame. A partir da reivindicação pela identidade indígena e seu reconhecimento, que passou a existir na comunidade entre 2005 e 2006 em forma de luta frente ao Estado, alguns aspectos da cultura indígena se evidenciaram. Dentre eles temos o artesanato, que passou a ser praticado por vários indígenas. No entanto, outras formas de arte já eram feitas muito antes, na época da construção de João Pessoa. Os Tabajaras fizeram parte de várias construções arquitetônicas em João Pessoa e em Cabedelo. O contato com os Potiguaras também foi importante para o fortalecimento da arte, ajudando, por exemplo, a produzir a tinta que seria utilizada para a representação de traços no corpo.

A arte Tabajara é muito importante porque serve como sustento financeiro. Além disso, é fundamental para o reconhecimento da identidade do povo Tabajara e de sua cultura, uma vez que cada arte carrega consigo a sua ancestralidade e a busca por reconhecimento étnico. As caricaturas es-

culpadas em coco seco ou em tronco de madeira, feitas por Juscelino, traz à tona uma reflexão sobre os processos de miscigenação do povo. Por exemplo, retrata-se esses indígenas atuais com traços que os diferem de nações indígenas de outras regiões do país, tais como os amazônicos, evidenciando traços particulares do povo Tabajara.

A arte Tabajara carrega a identidade deste povo. Para eles, o principal papel desempenhado por esta prática não está direcionado ao valor monetário adquirido com a venda das peças, tais como os cocares, utensílios feitos em cerâmica, adereços com penas e sementes. Está, sim, no reconhecimento de sua arte e valorização da sua cosmologia. Os artistas se inspiram no seu cotidiano, observando a natureza, retratando o comportamento dos animais ou expressando traços da sua identidade que desejam evidenciar.

É importante ressaltar que para o povo indígena Tabajara, a confecção desses objetos é essencial para o fortalecimento e reestruturação da identidade do próprio povo e de sua história. Quem aprende sobre a arte Tabajara também aprende sua história.

ARTE TABAJARA DA ALDEIA VITÓRIA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI





GRUPO BERIMBAU VIOLA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Capoeira

A capoeira é uma forma de expressão que tem sua tradição fundada na cultura afro-brasileira. A sua origem está ligada à resistência cultural das populações africanas trazidas como escravos para o Brasil colonial. Difundiu-se pelo mundo demonstrando a riqueza que o caldeirão cultural brasileiro é capaz de produzir.

“A capoeira em si é uma prática de luta, que foi criada no Brasil, não se sabe ao certo se foi na Bahia, Maranhão, Pernambuco ou Rio de Janeiro (lugares onde há maior concentração de negros no Brasil). Mas que surgiu como uma manifestação cultural dos negros escravizados, que viviam em senzalas, e muitas vezes nos quilombos”, nos relatou Josinaldo, mais conhecido como Nego, contra-mestre do Grupo Berimbau Viola.

A capoeira é forma de expressão de um povo! É cantoria, dança, luta, trabalho, lazer, diversão, seriedade. Por meio das cantigas e ladainhas, por exemplo, que vemos os Mestres e Mestras transmitirem memórias de resistência do passado e códigos de conduta moral para o presente. Na roda de capoeira também percebemos aquela oposição harmônica da cultura brasileira: a seriedade e a brincadeira. É jogo sério e lúdico. É lazer, mas é também trabalho.

A Roda de Capoeira, como forma de expressão e o ofício de mestre de Capoeira e saberes, são registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como um bem imaterial do Brasil. Apesar de bem cultural registrado que reflete

a identidade dos brasileiros, ela já foi bastante discriminada, como pode ser percebido pela fala de Nego: “No Brasil, a capoeira já chegou a ser proibida, sendo motivo de prisão para quem estivesse praticando a vadiagem ou malandragem. A prática da capoeira só deixou de ser crime e passou a ser liberada no período de Getúlio Vargas. Anterior a isso, a capoeira era praticada clandestinamente, nas casas de religião de matrizes africanas”.

No município de Conde, a capoeira começou a ser praticada em 1994, no Gurugi, sendo trazida para este território pelo instrutor Bitá, na modalidade Regional. No ano de 1996, passou a ser praticada em Jacumã. Foi trazida pelo mestre Chico Viola (que na época ainda era instrutor), introduzindo a modalidade Angola no município. Em 1998, a capoeira regional deixou de ser praticada no Gurugi. Em 2001, houve um projeto de capoeira para o Centro de Conde impulsionado por Ana, Lenita, Lucilene (vereadora do PT na época). Nele a capoeira na modalidade Angola ganhou visibilidade no município. Isso fortaleceu o envolvimento dos seus praticantes, já iniciados em outras localidades, chegando a uma marca de mais de 300 iniciantes na capoeira.

Um dos grupos inventariados é o Grupo Berimbau Viola, com sede no Ademário Régis, que tem à frente Mestre Chico Viola, exemplo de agente cultural que vem transmitindo seus saberes para os participantes do Grupo e para a população de Conde, contribuindo para o fortalecimento dessa expressão cultural.

Hip Hop

O Hip Hop é um movimento cultural diverso, composto por diferentes linguagens artísticas, tais como o Break (dança), o Rap (estilo musical característico) e o Grafite (inscrição em paredes). Até o momento, foram identificados dois grupos que compõem a cena cultural do Hip Hop no município, são eles: Grupo Conexão Style Dance, localizado no Loteamento Carnaúbas e o Grupo de Rap Sinceridade na Veia, localizado no Assentamento Dona Antônia.

O grupo de dança Conexão Style Dance começou em 2013. Os integrantes contaram que se sentiram interessados através de vídeos que assistiram pela internet. A partir disso, tiveram grande apoio de alguns professores do Núcleo de Cultura. Participaram de eventos com transmissão ao vivo realizados pela prefeitura. Fizeram apresentações nos distritos vizinhos. Também levam a dança e a cultura hip hop gospel para as igrejas. Contudo, a necessidade de trabalhar, além de falta de investimentos, levou à diminuição das apresentações por bastante tempo. Depois voltaram, e o período em que mais cresceu foi no ano de 2019, no qual chegaram a ter 10 participantes envolvidos, que firmemente participavam dos ensaios. Atualmente permanecem 3. O grupo divulga suas apresentações pelas redes sociais, onde registram vídeos das danças. Relatam não conhecer nenhum outro grupo de breakdance na comunidade, mas conhecem grupos de Rap.

O grupo Sinceridade na Veia surgiu no dia 23 de janeiro de 2019, no Assentamento Dona Antônia,

após perceberem que não existia nenhum grupo de Rap naquela região. O grupo é formado por Mateus Vieira, Odielson de Araújo e Mateus Henrique. Eles pensaram em vários nomes para “batizar” o grupo, tais como “Poetas do Campo”, “No Topo”, mas o escolhido foi “Sinceridade na Veia”, porque queriam transmitir sinceridade e verdade nas músicas, retratando suas vivências cotidianas.

O grupo, em um ano de existência, produziu diversas músicas, são elas: “Até o amanhã”, “Nessa estrada” e “Love song”, entre outras. As músicas são gravadas e produzidas sem o auxílio de ferramentas adequadas para a produção qualificada desse material musical, contando com a criatividade e tutoriais no YouTube. Suas músicas são gravadas manualmente, com materiais presentes no cotidiano. A gravação da sua primeira música “Até o amanhã” foi realizada utilizando um cano de PVC, onde colocaram o microfone adaptado de um caixinha de som JBL. Usaram também caixas de ovo para fazer o isolamento acústico. No início, tentaram gravar em uma única linha de áudio na Base (melodia musical, batida onde são inseridas as letras de rap). Recentemente aprenderam, com tutoriais no YouTube, a gravar mais de uma linha, cada um com sua parte da música, para depois editar o vídeo. O grupo nos revelou que suas produções musicais são influenciadas por vários nomes do rap nacional, tais como o grupo Racionais, Sabotage, Família RZO, entre outros nomes do rap internacional. Outra atividade produzida pelo grupo são as chamadas “Reações”, onde eles gravam um vídeo tecendo comentários sobre videoclipes de outros artistas de rap.



GRUPO SINCERIDADE NA VEIA.
FOTO: LUCAS PEREGRINO

Poesia Popular

Encontramos em Conde duas formas artísticas de uma lírica do povo. Poesia popular, as rimas são expressadas de forma improvisada a partir da literatura de cordel. A poesia improvisada é referenciada por suas batalhas, em que o artista cria seus poemas de acordo com as sugestões de temáticas do seu público. Na literatura de cordel se encontra uma das maiores expressões literárias do Nordeste Brasileiro.

Dona Ivanilda de Mituaçu e Náilde Lopes, do Ademário Régis, são as representantes da dessa literatura em Conde. A primeira já na adolescência adorava poesia, igual a sua mãe. Era muito comum na sua infância as pessoas comprarem os folhetos de cordel na Feira de Oitizeiro e lerem para a comunidade, principalmente à noite, como forma de entretenimento. A sua mãe, D. Severina, fazia essas leituras para ela.

Dona Ivanilda teve que largar os estudos muito cedo para poder trabalhar. Voltou para terminar os estudos depois de 40 anos fora da escola. Lá recebeu uma atividade, como da professora de português, fazer poesias. Começou a escrever os cordéis há pouco mais de um ano. Hoje, ela com 60 anos de idade continua se dedicando a literatura popular. O primeiro cordel feito por ela conta um pouco da história de seu lugar no mundo: Mituaçu.

Náilde relatou que desde criança já se encantava com o cordel, pois sua mãe lia muitos cordéis em forma de canto e ela achava muito bonito. Então,



DONA IVANILDA.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



NELSON BARBEIRO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



NAÍLDE LOPES.
FOTO: NAÍLDE LOPES.

desde muito jovem, Nailde começou a escrever e fazer suas poesias em forma de cordel, mas até então não divulgava para ninguém este saber. Nailde produziu um cordel em homenagem ao Shopping Rural denominado de “Doces Tambaba: cultura e poesia”. Ela destaca que é necessário que se desenvolva primeiro o tema, uma estória ou uma situação vivida. Após isso, vem a inspiração. Ela ressalta a importância de tentar se posicionar no contexto do cordel que está sendo escrito. Para fazer poesias e cordéis é necessário ter o dom ou ser estimulada; e praticar bastante. Nailde também é conhecida pelo delicioso caldo de macaxeira que faz para vender e garantir seu sustento.

Como grande improvisador, encontramos no Centro de Conde o senhor Nelson Barbeiro. Ele também é barbeiro e possui um box no Mercado do Conde. Conta que quando mais novo se inspirou nas músicas de Amazan para criar suas rimas. Ele tem bastante facilidade para se comunicar e as expressões poéticas permeiam sua apresentação. O artista não teve a oportunidade de concluir todo o estudo, parou de estudar aos 11 anos para ajudar o pai na lavoura. Hoje está estudando no Colégio João Ribeiro, o que vem ajudando a aprimorar a sua técnica. Senhor Nelson nasceu em Pituacú, mas com 10 anos se mudou para o Ipiranga. Com a idade de 12 anos, viu dois violeiros chegarem em Ipiranga. Nesse acontecimento ele mostrou seu talento e o violeiro gostou do que ouviu e desde então ele é conhecido pelas poesias. Atualmente, muitas pessoas param ele na rua e pedem um verso.

Coco de Roda

O Coco de Roda na Comunidade do Ipiranga em Conde é uma referência na região Nordeste. O Quilombo do Ipiranga está localizado entre o Vale do Rio Gurugi e o Rio Gramame. Em cada último sábado de todos os meses, a comunidade organiza uma animada festa de Coco de Roda. Pessoas de diversas localidades se reúnem. Entre eles, brincantes e simpatizantes fazem no Ipiranga uma grande festa da história, da cultura e da educação popular. Referenciando essa cultura viva, destacamos a Mestra Dona Lenita (1940 - 2015) e sua filha, Ana Lúcia do Nascimento, conhecida como a Mestra Ana do Coco.

O coco de roda denominado Novo Quilombo, além de grupo cultural, é uma associação que desenvolve atividades socioculturais a partir da educação e expressões artísticas na música, no artesanato, no teatro, na literatura e na dança popular. Existe um fortalecimento identitário da comunidade através do Coco de Roda. Além disso, no seio da comunidade, além do pavilhão do coco, encontramos o museu quilombola.

A cultura do Coco de Roda se caracteriza como uma dança tradicional. Segundo a mestra Ana do Coco, “acredita-se que veio dos navios negreiros” quando muitos africanos vieram escravizados para o Brasil. No Quilombo Ipiranga, o coco de roda é brincado já há trinta anos na forma de grupo, mas também como expressão cultural. Ele tem a idade do referido quilombo: 200 anos. É uma dança colorida, circular e símbolo de resistência. O grupo é composto por 25 componentes, de crianças a partir de 10 anos até

adultos e idosos, a exemplo de Dona Zefinha, com 80 anos. Para Ana, o nome Novo Quilombo simboliza a miscigenação e as representações de várias etnias na formação do atual Quilombo do Ipiranga. Os instrumentos utilizados pelo grupo são: o bombo, a caixa e o ganzá tocados pelos mestres mais velhos da comunidade. Segundo a mestra, mulheres e crianças têm sido iniciadas a tocar os instrumentos como reconfiguração deste novo quilombo e dinâmica da cultura. Como exemplo, podemos citar Ismael, um menino de 10 anos já considerado mestre de coco por dançar, cantar e tocar no grupo. Considerando que, para Ana, mestre é aquele que já tem condições de ensinar e manter viva a cultura da referida expressão cultural. O coco tem dos significados e referências: a primeira, referente à sua história na colheita dos cocos na praia; e a segunda, refere-se também ao coco como cabeça. O uso da cabeça para o improviso das músicas.

A expressão cultural se manifesta através de um dança em roda, tendo em seu centros as disputas ou batalhas entre os seus dançantes, denominadas de umbigadas. A tradição mensal da festa na comunidade, originou-se há 10 anos, através da necessidade de ensinar a dança e a brincadeira as crianças da comunidade. O grupo, que se apresenta em vários lugares, resgata, a partir da festa do coco, a tradição dançante, educativa e identitária dentro do Quilombo do Ipiranga. A festa recebe mensalmente uma média de 400 pessoas. As letras das músicas de coco retrata o cotidiano, as dores e as alegrias das comunidades que representam a luta e a resistência do povo negro em um país marcado pela negação de direitos humanos às comunidades tradicionais.



DANÇA E CANTORIA DO COCO DE RODA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI E SECOND/CONDE

Levante do Menino Jesus

O levante é uma das etapas da Celebração da Lapinha de Mituaçu. Primeira festa do ano, ela simboliza a renovação católica representada pela imagem do menino Jesus. Comemoração importante da comunidade, o levante é uma celebração religiosa que acontecia nos dois quilombos, Mituaçu e Gurugi. No momento permanece apenas em Mituaçu. A celebração é feita para agradecer ao menino Jesus o ano que passou e pedir as bênçãos para o novo que chegou. Por isso, é realizada sempre no dia 1 de Janeiro, às 5h da manhã, levantando o menino Jesus da manjedoura.

A imagem do menino Jesus pertence a uma determinada família e é repassada por herança ou doação. Atualmente pertence à família do falecido seu Marizon. A escultura é deitada na manjedoura no período natalino com um roupa de tecido da cor do ano litúrgico da religião católica. No primeiro dia do próximo ano, ela é posta de pé e se realiza a troca de roupa, num ato simbólico de renovação. A celebração é feita com as pastoras da lapinha no Quintal Cultural ou na casa da família que possui o santo.

A celebração é feita só com mulheres, que cantam e dançam os cânticos da Lapinha. A função dos homens é tocar os hinos e soltar fogos em local separado. Se for feita na casa da família, as mulheres ficam dentro da casa com o a imagem do menino Jesus e os homens ficam fora. Eles não se misturam durante a celebração. É entoado um cântico final. Uma pessoa fica responsável pelo levante do santo e a roupa do menino Jesus é trocada. O Santo permanece o ano inteiro com essa roupa que só será trocada na próxima celebração.



Forró

O forró como uma expressão cultural já é conhecida por seus ritmos musicais variados, as diversas danças e os seus instrumentos típicos. Apesar de percebermos as variações regionais e de estilo, há no forró uma essência que é fácil de ser distinguida pelo brasileiro – e por que não pelo estrangeiro?

Ressaltamos, que no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional já existe um processo de patrimonialização das Matrizes do Forró desde 2011. O forró constitui-se como uma expressão que contribui para a construção da identidade nordestina e nacional, há mais de um século. Ele marca o ciclo anual junino e contribui significativamente para as vivências coletivas das diversas regiões do Brasil. Em Conde não é diferente. As farinhadas e as famosas festas juninas sempre foram regadas ao forró raiz. Hoje três grupos de forró se profissionalizaram no município: Forró Nosso Jeito, Boikarar e Forró Chibata.

O Forró Nosso Jeito teve suas origens no ano de 2013 quando amigos e familiares tiveram a ideia de formar um conjunto. Seu intuito era de preparar um repertório de músicas juninas que serviriam, então, para fazer o acompanhamento musical da quadrilha junina do Município de Conde: Quadrilha Girassol. Por reconhecimento de terceiros, houve a proposta de fazer shows independentes e, assim, no dia 13 de Junho de 2013, deu-se início à formação do conjunto musical, que a partir de então, passou a chamar Forró do Nosso Jeito, Forró Chibata e Forró Boikarar. Nesta caminhada, houve mudanças em sua formação e, por questões legais na mudança no nome, o conjunto é atualmente denominado “Forró Nosso Jeito”.



BANDA FORRÓ NOSSO JEITO.
FOTOS: LUCAS PEREGRINO



Grupos Parafolclóricos

De acordo com a Carta do Folclore Brasileiro (1995) escrita pela Comissão Nacional de Folclore, os Grupos Parafolclóricos:

São assim chamados os grupos que apresentam folguedos e danças folclóricas, cujos integrantes, em sua maioria, não são portadores das tradições representadas, se organizam formalmente, e aprendem as danças e os folguedos através do estudo regular, em alguns casos, exclusivamente bibliográfico e de modo não espontâneo. (...)

Os grupos parafolclóricos constituem uma alternativa para a prática de ensino e para a divulgação das tradições folclóricas, tanto para fins educativos como para atendimento a eventos turísticos e culturais. (COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE, 1995, p. 4)

Percebendo o potencial turístico e cultural de Conde, alguns agentes culturais da cidade resolveram se unir para trabalhar e atuar nesse campo, mesclando as tradições da localidade com danças, figurinos e músicas populares contemporâneas. Em Conde dois principais grupos parafolclóricos são conhecido, o Grupo Jacoca e o Grupo Fulô de Araçá. O primeiro foi desativado e o segundo continua o trabalho iniciado na cidade.

Grupo Fulô de Araçá – O objetivo do grupo é promover, por meio da dança, a cultura popular, com pesquisa e responsabilidade. Busca expressar o que os antepassados deixaram como riqueza e que foram esquecidas pela contemporaneidade.



APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE FULÔ DE ARAÇÁ.
FOTO: ACERVO FULÔ DE ARAÇÁ.

Artes Circenses

China, conhecido nas artes circenses como palhaço Figurinha, conta um pouco do significado do circo para a sociedade. Segundo ele, nas décadas de 70 e 80, o circo era melhor recebido nas cidades onde não havia televisão. Antes de chegarem, o secretário do circo inspecionava a cidade e avaliava quantas “espinhas de peixe” (antenas de TV) existiam nos telhados das casas. Quando havia poucas antenas, os circenses já se animavam para levar as brincadeiras para o local, pois sabiam que seriam bem recebidos. Os espetáculos à noite eram direcionados aos adultos, mas durante o dia eles se apresentavam e apresentavam às crianças. Não havia carro de som, portanto os palhaços passeavam pela cidade divulgando o circo. Quando a cidade não tinha carro motorizado para alugar, eles faziam um passeio no carro de boi com curtas apresentações, chamando as pessoas para o espetáculo.

Hoje em Conde vemos a atuação de algumas pessoas nas artes circenses, como os palhaços China e Michel, mas também de pessoas que aportaram mais recentemente como é o caso da Família Los Iranzi.



PEDRO, VICKY, MANÚ,
LUANA E JÚNIOR –
FAMÍLIA LOS IRANZI
NO ESPAÇO ESTAÇÃO
ESPERANÇA, CARA-
PIBUS. FOTO: LUCAS
PEREGRINO



PALHAÇO FIGURINHA,
CHINA. FOTO: LUCAS
PEREGRINO

Bens
culturais:
pessoas
de refe-
rência

“(...) Vocês já viram uma criança sem registro? O nosso registro é esse, que estamos construindo juntos agora. Eu estou muito feliz de está participando, junto com equipe lá em Mituaçú, apontando as pessoas que tem história na comunidade, como Maria Aparecida que está ali, e a gente tá fazendo esse trabalho muito bonito em todas as regiões. O nosso Conde é rico, em cultura, e essa riqueza, a gente tá construindo juntos com esse inventário cultural.”

– Marquinhos Mituaçú, fevereiro 2020

Luiza Bento dos Santos

Luiza Bento dos Santos, a matriarca da família, relembra a luta pela conquista daquela terra e como aprendeu com sua filha Maria das Neves, famosa Nevinha, a acreditar na possibilidade de viver da gastronomia e da cultura tradicional no assentamento. O maior destaque na história desta família é o lugar das mulheres. Todas as cinco filhas e as netas de Dona Luiza ostentam o orgulho da história familiar e a crença no sonho de fazer daquele espaço um lugar de referência turística e cultural em nosso país. É um exemplo de empreendedora e de protagonismo feminino na sua família e na sua comunidade. Temos aqui o simbolismo da mulher negra que luta pela conquista de sua terra. Assentada da Reforma Agrária. Trabalha no Shopping Rural, empreendimento familiar, na fabricação do doce. Saímos com a doçura e o empoderamento das palavras de Luiza Santos (60 anos), uma sábia que se esconde por trás de um caldeirão de doces, mas que é a grande coluna daquela família de empreendedoras assentadas, simbolizando a força das mulheres de Conde.

FOTO: FERNANDO LUIZ





Dona Maria Parteira

Maria José da Silva, parteira do Conde, como ela mesma se apresenta. Ela é Auxiliar em enfermagem e artesã para ocupar o tempo. É conhecida e se identifica como parteira, pois passou muito tempo trabalhando como auxiliar de enfermagem em Conde, “pegando” muitos filhos e filhas da cidade. Mãe de sangue de 18 crianças, é nascida em São Miguel de Taipu (no Engenho Corredor), na Paraíba, chegou em Conde no ano de 1958. Destes 62 anos morando na cidade, trabalhou 40 “pegando” crianças. Hoje está aposentada, mas afirma que está pronta caso alguém precise do seus serviços de parteira. Trabalhou 30 anos no hospital maternidade de Marluce no Centro, onde hoje é a Policlínica. Depois, mais 10 anos no hospital de Arari (em Jacumã).

Ainda nova, saiu de São Miguel de Taipu e foi morar em Bayeux. Chegou no Conde em 1958 já casada, onde teve seus 18 filhos. Trabalhou primeiro como merendeira na cidade, como lavadeira de roupa na maternidade, depois como serviços gerais na mesma maternidade. Fez um treinamento de “mãe crecheira” e foi trabalhar na creche de Marluce (mesma dona do hospital maternidade de Conde). Passou um tempo trabalhando na cozinha do hospital, mas não durou muito.

O primeiro parto fez quando tinha apenas 20 anos. Foi em Mata da Chica (antigamente era mata). Ela estava grávida e acompanhava com uma amiga grávida, quando esta começou o trabalho. A parteira mais perto morava em Boa Vista (Maria Zumba) e não teve tempo de chegar. Segundo Dona Maria, ela pegou essa primeira criança que já veio com a placenta e fez todo o processo de amarrar o cordão e limpar o recém-nascido, que recebeu o nome de Maria da Penha. Foi a partir dessa experiência prática que depois de algumas décadas, quando fez o curso de técnica em enfermagem em João Pessoa, se interessou pela área de parto e trabalhou os quarenta anos.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Rosemir Pereira de Lacerda, Seu Burino

Seu Burino nasceu em Caxitú. Tem 78 anos e teve dez filhos. O seu pai, Antônio Pereira de Lacerda, teve treze filhos. Conta que já viajou o Brasil inteiro quando era mais novo. Era muito ativo e aventureiro, mas a idade e debilidade da saúde deixou tudo mais parado. Disse que no seu tempo não tinha doutor. Os remédios eram matos, raízes de pau, chás e garrafadas. O pai saía no cavalo pra vender palha e ele ficava trabalhando na fazenda, cortando cana no engenho. Alega que muita coisa mudou na região. O que antes era só mata, agora é estrada. Por ser um dos moradores mais antigos, conhece bastante a localidade e as atividades realizadas no passado. Hoje, depois de uma vida de muito trabalho para a subsistência, ele diz que a sua ocupação é fazer o que quer. Por isso, atualmente, ele se dedica ao trabalho com madeiras, prioritariamente, a produção de carroças.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





Maria das Neves Pereira, Nevinha

Dona Nevinha é uma empreendedora que administra o Shopping Rural de Tambaba e produz os doces Tambaba. Conta que começou sua história exitosa de empreendedora com 50 reais emprestado embaixo de um pé de caju. Já viajou muitos lugares no Brasil contanto sua história como caso de sucesso do Sebrae. É um exemplo de empreendedora e de protagonismo feminino na sua família e na sua comunidade. É comerciante, empreendedora, palestrante e chefe de cozinha popular. Trabalha no Shopping Rural, empreendimento familiar, como administradora. Toda a família tem ela como referência e trabalha com ela. Dona Nevinha sonha em construir um cineclube na comunidade e reativar a casa de farinha, pois segundo ela, simboliza sua infância.

FOTO: FERNANDO LUIZ

Carlos Batista de Souza, Cacique Carlinhos, também reconhecido pelo nome indígena Arapuã

Carlos Batista de Souza ou Cacique Carlinhos, como é conhecido, é a liderança Tabajara da Aldeia Gramame. O termo “Cacique” é usado nas tradições ameríndias, para denominar o chefe de uma aldeia. É quem mobiliza a comunidade politicamente. Pessoa detentora de um grande conhecimento sobre a história de seu povo, tais como os processos de perseguição e silenciamento do povo Tabajara no período de ocupação da terra. Ademais, domina os conhecimentos a respeito das matas, dos mangues, dos animais, das plantas que servem de matéria prima para a produção de remédios naturais e alimentação do seu povo.

Quando ele nasceu, o seu povo já havia perdido os 35 mil hectares da concessão das sesmarias de Jacoca, que foram doadas aos Tabajaras em 1914. Cacique Carlinhos nos relatou que quando seus antepassados perderam suas terras, eram obrigados a pagar a “Ticuca” para poder permanecer morando e plantando.

Até meados da década de 50, boa parte das famílias Tabajaras viviam nas terras que eram denominadas por “Sítio dos Cabocos”, que corresponde a uma região que abrangia uma parte do território que hoje é o Gurugi, Dona Antônia, Mata da Chica.

A família do Cacique Carlinhos foi uma das últimas a serem expulsas dessa localidade, passando a morar, desde essa época, em Gramame. Por volta dos anos de 2004 e 2005, a identidade Tabajara foi se fortalecendo, recebendo apoio do movimento indígena nacional e dos parentes Potiguaras (Litoral Norte), dando início às reivindicações para a demarcação de suas terras. Nesse período, resolveram construir uma oca em que pudessem se reunir, rezar o Toré, fazer suas preces para a mãe natureza e assim perpetuar suas tradições.

Por volta do ano de 2011-2012, com a venda do terreno do João Gomes, onde até a década de 70 era conhecido como grande Mucatu, os Tabajaras de Gramame passaram 4 meses na luta com os assentados para a reintegração da posse. Após alguns conflitos internos, houve uma separação do povo Tabajara em duas aldeias, Gramame e Vitória (em Mata da Chica). Em 2012, Carlos Batista de Souza é escolhido, por seu povo, para assumir o papel de Cacique da Aldeia Gramame.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



Rosilda Soares

Dona Rosilda é uma mulher que, desde seus doze anos de idade, participa ativamente das lutas pela terra no Conde. Quando adolescente, participava principalmente das lutas no Gurugi, onde morava. Atualmente mora no assentamento Dona Antônia, onde também precisou conquistar a terra. É uma pessoa de referência na comunidade também devido às diversas atividades que participou e participa, seja na igreja católica local, seja entre os agricultores ou relacionada à associação da comunidade. Participa, ainda de atividades culturais locais, como o grupo de ciranda que fundou há dois anos, entre outras atividades.

Para ela, a luta pela terra nunca acaba. Sempre está engajada em diversas atividades e lutando para estimular o desenvolvimento da comunidade. Ela faz parte da história de Dona Antônia, principalmente na luta pela ocupação do local. Ela permanece como uma referência devido a suas várias participações nos diversos setores do assentamento, incluindo a associação local.

Dona Rosilda viveu sua infância e juventude no quilombo do Gurugi. Iniciou seu trabalho como catequista da igreja católica. Participou de formações sobre a igreja e reuniu jovens, formando um grupo de oração chamado “Semente do Amor”, em Gurugi 2. Além disso, criou uma quadrilha junina para os jovens do grupo, a “Mocidade na Roça”. Na época, devido à dedicação de dona Rosilda e dos jovens, foi considerada a melhor quadrilha tradicional do Conde. Participava das festas da igreja, como a festa do padroeiro. Formou também um grupo de lapinha, que se apresentava em tal festa. Envolveu-se com futebol e se tornou madrinha do São Sebastião Futebol Clube, seu time favorito no município, ajudando a realizar festas e comemorações na época. Também, juntamente aos agricultores, participou da fundação do PT no Conde. Em outro momento, os agricultores se reuniram, formando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Conde, em que dona Rosilda foi secretária.





Desde os 12 anos, dona Rosilda acompanhou sua mãe na luta pela terra. No Gurugi, essa luta se fez ainda mais presente, visto que a região é marcada por diversas lutas pela terra ao longo dos anos. Aos 16 anos, sua mãe arranhou um casamento com um rapaz mais velho. O casamento durou apenas um ano, visto que dona Rosilda fugiu do marido, mudando-se para Brasília, onde conheceu uma família para quem trabalhou como empregada doméstica durante dois anos. Em Brasília, ela pôde estudar e também voltou a se envolver com a igreja católica da cidade, participando de um coral e tendo a oportunidade de cantar para o papa João Paulo II em sua última visita ao Brasil.

Após dois anos, frei Anastácio ficou sabendo onde dona Rosilda estava e mandou que ela voltasse ao Conde e a seu povo. Ao voltar, ela continuou na luta pela reforma agrária no Conde. Em certo momento, foi vítima de uma chacina que quase a matou, deixando-a de cama por alguns meses, sem andar. Isso gerou sequelas até os dias atuais. Além disso, foi ameaçada de morte na época pelos capatazes e fazendeiros, dentre eles o ex-prefeito do Conde, Alúcio Régis, por denunciar irregularidades.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

João Honório de Brito

Na noite de São João, em 23 de junho de 1919 nascia na Fazenda das Antas, em Sapé, João Honório de Brito, um personagem que será registrado e eternizado no Inventário Cultural de Conde. Essa referência Cultural do município, no próximo São João, completará 101 anos de uma vida cheia de luta, beleza, histórias para contar com muita lucidez e graça. Apesar de ter nascido nas Antas dos sonhos, como ele denomina, ele se autodeclara condense, inclusive nos documentos de identidade.

João Honório é uma referência na História do Conde. Nasceu em Sapé. Contudo, em seus documentos pessoais de registro tardio consta o Conde como lugar de origem, pois quando chegou em nossa cidade em 1942 segundo ele, não tinha documento algum. Nesse ano, João Honório foi morar na Praia de Tambaba, como caseiro, pescador, agricultor e vigilante na Fazenda de Samir Correia. Segundo ele, na década de 60, plantou um coqueiro anão em cima de uma das pedras da praia de Tambaba, hoje um símbolo da Área de Proteção Ambiental e da praia naturista de nosso município.

Em 1970, Sr. João Honório e a família mudaram-se da Praia de Tambaba para o distrito de Jacumã, também no Conde.

Depois da mudança plantou um roçadinho, trabalhou na limpeza urbana para prefeitura por 19 anos e depois se aposentou compulsoriamente.

Há aproximadamente 20 anos, final dos anos 90, começou a desenvolver artesanato com Cipó. Com 80 anos, já aposentado, segundo ele, era necessário buscar algo para fazer; ele queria trabalhar; então, foi na mata apanhou uns cipós e iniciou um novo ofício com o artesanato, atividade que ele desenvolve até hoje. Com um trabalho delicado, caprichoso, ao mesmo tempo, rústico, com cipós, João Honório ainda comercializa suas peças: luminárias, mandalas, balaies, cestas e objetos de decoração.

Encontramos o Sr. João Honório após um diálogo com os pescadores. Quando indagamos sobre uma referência no Conde, precisamente em Jacumã, um dos pescadores afirmou: Seu João Honório que tem mais de 90 anos! Ao chegarmos em sua residência, ele se encontrava na porta olhando o mundo e vendo a vida passar. Ainda de longe, ao procurarmos a casa, todos da vizinhança o referenciava. Acharmos um exagero ele já ter mais de 90 anos, pois a aparência e diálogo jovial não condiz com a idade. Deste modo, tivemos um susto ao descobrir que ele já é centenário.

O lugar que colocamos Sr João Honório no Inventário Cultural de Conde é o lugar do ofício de artesão, mas também é o lugar de uma pessoa de referência. O espaço de alguém que faz parte da história de Tambaba, da história da Colônia dos pescadores, da história de Conde. É um sábio que tem muito a nos ensinar sobre a vida, sobre o tempo, sobre a possibilidade de recomeçar aos 80 anos, de ser economicamente ativo aos 100 anos, cumprindo os compromissos e prazos das encomendas no dia combinado.

FOTO: LUCAS PEREGRINO



Flaviano Ribeiro da Silva

Mestre Chico é mestre de capoeira. Para se tornar mestre, é necessário, no mínimo, 25 anos de participação na capoeira e mestre Chico está prestes a completar 30. Para ele, a capoeira serve como cultura, como lazer, como luta, como esporte, como jogo, como brincadeira. A capoeira tem diversos valores e é muito importante para a comunidade. Por isso, ele dedica muito de sua vida à capoeira.

Começou a praticar a capoeira em 1990, no bairro de Novais, em João Pessoa. Foi formado como mestre de capoeira em 2008. Mestre Chico se formou pelo Mestre Nelson, de Salvador. Para se tornar mestre, é necessário viajar, participar de oficinas e cursos, de modo que possa aprender e ir passando conhecimentos.

Embora a capoeira no Conde não tenha mais tantos participantes quanto antes, Mestre Chico é mestre do grupo Berimbau Viola, que, atualmente, é o único do município. Ele incentiva que na roda sejam ensinados valores como respeito, humildade, simplicidade e que sempre haja alegria, para que a capoeira sirva não apenas como forma de resistência e luta, mas também como diversão para todos que participarem, seja homem ou mulher, seja adulto ou criança.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





Nelson da Silva Lima

Atualmente seu Nelson tem 47 anos. É natural de Pituaçu. Com 10 anos se mudou para Ipiranga. Sua mãe, Maria José, era lavadeira de roupa e dona de casa. Seu pai, Pedro Alves, cortador de lenha, machadeiro, lavrador e agricultor. Recorda que os pais sempre pescavam no rio Pituaçu e que sempre foi amante da cultura da sua terra. Se inspirou artisticamente nas músicas do cantor Amazan. Aos 12 anos conheceu dois violeiros que gostavam de improvisar as rimas e a partir disso ele passou a se aventurar na arte da poesia improvisada. Seu Nelson teve que parar de estudar para trabalhar. Com 14/15 anos descobriu o talento de barbeiro e tornou isso sua principal fonte de renda. Depois de 31 anos, voltou a estudar no colégio João Ribeiro à noite. Agora está lendo e escrevendo melhor, consequentemente os improvisos estão melhorando, graças à educação. Estuda para se aprofundar mais nos versos e nas expressões culturais e disse que tem vontade de escrever um livro para divulgar a cultura da cidade.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Marcos Antônio de Souza, mais conhecido como Marcos Mituaçú

Mestre Griô Quadrilheiro, Agente cultural e Coordenador do Quintal Cultural (Espaço Cultura em Mituaçú). Ele é difusor de tradições, nascido e criado na comunidade, 53 anos, filho de pais pescadores e agricultores. Marcos trabalhou na roça e na pesca. Passou um período da juventude em João Pessoa, estudando, morando com tias e a irmã. Fez curso de administrador mecânico no SENAI. Nos finais de semana estava sempre em Mituaçú. Marcos conta que seus pais sempre se sacrificaram muito para que os filhos estudassem. Hoje mora em Mituaçú, pai de três filhos e dois netos. Fala com bastante nostalgia sobre a época de seus mais velhos em que os rios eram limpos, fartos de peixes e todos viviam do que plantavam e pescavam.

Sempre foi muito engajado com a cultura de Mituaçú, está há 40 anos se dedicando à área da cultura. É, portanto, responsável pela organização de todas as festas que acontecem na comunidade.

É conhecido no mundo da quadrilha junina como Coronel Rabichola. Foi a quadrilha junina que o levou a se interessar pela cultura, quando era criança. Começou a dançar na quadrilha Fazenda do Coro-

nel Buxo D'água, a quadrilha de um senhor chamado Seu Barbeiro. Aí de lá foi que trouxe a quadrilha para Mituaçú e passou seus conhecimentos para outras pessoas, que também estão passando a iniciativa adiante em outras comunidades.

Marcos dedica grande parte do seu tempo buscando melhorias e realizando as atividades culturais da comunidade. Sempre se refere ao seu trabalho como um trabalho coletivo, pois para ele todas as conquistas e realizações que são feitas pela cultura em Conde são frutos de esforços conjuntos com a comunidade.

Para ele, nada funcionaria sem essa mobilização coletiva, da qual se orgulha bastante. "Por esse motivo é sempre a gente, nunca eu. É a gente ou nós. Tá entendendo? Porque desse jeito a gente vai longe, sozinho ninguém vai a lugar nenhum. Dando as mãos ao outro, né? Todo mundo quer que a sua comunidade seja reconhecida, né? Que a sua comunidade seja até um diferencial, e que a gente possa contribuir até com esse jeito de trabalhar pra outras comunidades." (Marcos, 29 de Janeiro de 2020, 08'35").

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



Severino Salvino da Silva, Seu Biu

Seu Biu tem 82 anos e é o Pajé da Aldeia Gramame. O pajé tem conhecimento dos antepassados e da história de seu povo; de ervas medicinais, de rios, de nascentes e da região em que vivem como um todo. Severino nasceu em Mata Redonda. Desde sua infância, andava pela região pescando e caçando. Os indígenas da Aldeia Gramame tiveram muitos problemas com disputa de terra durante sua história. Em Tambaba, lutaram bastante pela terra e pela reforma agrária. A polícia os expulsava, mas sempre voltavam para lutar e continuam até os dias atuais. O pajé e os indígenas moradores de Tambaba viveram seis despejos. Venceram e continuam no local até hoje. Toda a sua família é indígena e viveu e morreu em Tambaba.

Ele acredita que se tornou Pajé devido a sua idade e, portanto, seu acúmulo de conhecimentos. É Pajé há apenas dois anos. Aprendeu seu conhecimento sobre plantas com sua mãe, uma cabocla que trabalhava com agricultura. Esse conhecimento também foi passado a seus filhos e eles passam aos seus netos. Dessa forma, conseguem manter a tradição.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





Seu Dedinho

José Pereira da Silva, mais conhecido como seu Dedinho, 67 anos. Garrafeiro/raizeiro, pescador e construtor de canoas de madeira. Natural de Santo Antônio, Santa Mônica, Rio Grande do Norte. Trabalhou por 10 anos na Compel, com atividade de reciclagem de papel e tratamento de água, no Rio Grande do Norte e em Fortaleza. Lá sofreu um acidente que o deixou com uma deformidade na mão direita, assim ganhou o apelido de Dedinho. Trabalhou em usinas de Santa Rita, Santa Helena, Santa Maria, em Brejo de Areia, em Mamanguape (na Usina Monte Alegre) e na Bahia. Conheceu outros trabalhadores que o trouxeram para Mituaçu. Um dos principais Portos do Rio Gramame, na Comunidade de Mituaçu, é chamado de Porto de Dedinho. Ele foi a pessoa responsável por dar um cuidado ao porto. Vez por outra faz a podagem da área, onde tem alguns barcos atracados. O Porto de Dedinho é também um local de lazer para as pessoas da região e de fora, que muitas vezes deixam lixos. Ele ajuda a preservar a área, muitas vezes recolhendo o lixo.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

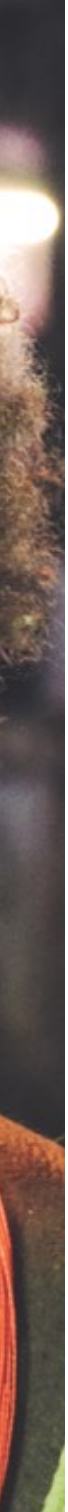
Ana Lúcia Rodrigues do Nascimento

Ana Rodrigues exerce um importante papel no Quilombo do Ipiranga, sendo reconhecida pela comunidade como uma pessoa de referência. Ana é Mestra de Coco de roda, artesã, presidente da associação das idosas, liderança comunitária, teimosa e sonhadora, como a mesma elencou. Ana Rodrigues nos relata uma história de luta e superação, desde quando ainda estava no ventre de sua mãe, dona Lenita Lima do Nascimento. Aos 25 anos de idade, Lenita encarou a difícil situação de levar adiante uma gestação sozinha, sem o apoio do genitor nem de sua família. Seu pai, seu José Inácio Rodrigues, a expulsou de casa ao saber que sua filha estava grávida.

Após o nascimento de Ana, seu José Inácio permitiu que Lenita voltasse para casa no período do resguardo, mas que ela deveria doar a criança se quisesse permanecer morando em sua casa. No entanto, Lenita decidiu que não doaria sua filha. Porém, o tempo foi passando e seu José Inácio foi “amolecendo” e permitindo a permanência de sua filha e de sua neta na casa.

Ana nos conta que quando começou a falar, por volta dos 3 anos, ficava na porta de casa. Quando seu avô saía para caçar ela dizia “bença vô, boa sorte, visse?”. Com o tempo, essa frase foi virando o amuleto de seu José Inácio, pois, segundo relatos da família, dava sorte e ele conseguia trazer comida para dentro de casa.





Dona Lina Rodrigues, avó de Ana, era a única professora da comunidade na época; Ela ensinou a Ana até seus 7 anos de idade, quando passou a estudar em João Pessoa, tendo em vista que na época ainda não existia escola na região. Preocupada com os estudos de Ana, sua avó decidiu que ela deveria passar um tempo com seu tio no Rio de Janeiro para estudar, vivendo dos 11 aos 18 anos longe da sua terra. Aos 16 anos começou a trabalhar numa fábrica de vinis no Rio de Janeiro. Aos 18 resolveu voltar para a Paraíba no período em que havia iniciado a luta em Gurugi.

Em 1983, Ana foi convidada para ser professora do município. Em 1985 foi feita a primeira greve do município. Ana esteve presente com uma destacada atuação, lutando por melhorias na condição de trabalho e reajuste salarial, que na época estava bem abaixo do valor de um salário mínimo. Após 52 dias de greve, as trabalhadoras e os trabalhadores, conseguiram aumentar os seus salários, mas mesmo assim, não chegou a se igualar ao valor do salário mínimo vigente naquela época.

Ana trabalhou como secretária da pastoral da terra e sempre esteve muito atuante nas questões referentes a luta agrária. Fez parte da fundação do

Partido dos Trabalhadores (PT) no Conde, sendo candidata por duas vezes. No entanto ela não conseguiu se eleger em nenhuma das vezes. Sua mãe, dona Lenita foi eleita vereadora pelo PT em Conde no ano 2000.

Ana nos conta que aprendeu a fazer coco desde criança com sua mãe, dona Lenita. observando os mais velhos cantar, como o mestre Luiz de França, mestre Zé Maria, mestre Zé Popô, mestra Jana Calista, entre tantos outros. Juntos, os mestres dos quilombos do Gurugi e Ipiranga já contabilizam cerca de 140 cocos. Em meados de 1990, Ana iniciou o grupo de coco Novo Quilombo, que tinha por finalidade reacender a cultura do coco de roda que estava adormecida no quilombo. Além disso, exercia um importante papel sócio-educativo com as crianças e jovens da comunidade que participam do grupo.

Nos últimos 10 anos, Ana vem organizando, juntamente com o grupo Novo Quilombo, a Festa do Coco, sendo realizada no último sábado de cada mês no pavilhão do coco, atraindo vários brincantes, simpatizantes e a comunidade que valoriza e reconhece a importância dessa expressão cultural para o fortalecimento da identidade quilombola.

Mãe Gisélia

Gisélia Maria Ribeiro da Cunha. Nome religioso Doné Gisélia Dioni-ra, ou Mãe Gisélia. Doné significa mãe, zeladora, mentora espiritual. Neta de uma cabocla, portanto, já possui uma ascendência indígena. Nasceu e cresceu no bairro do Roger em João Pessoa e desde jovem o ritmo do tambor sempre mexeu com a sua curiosidade.

Conheceu uma casa de santo no Município de Bayeux onde ficou mais de 30 anos acompanhando seus primeiros zeladores de santo. Recebeu o espírito de uma cabocla quando era adolescente, o que abriu seus caminhos para a vida religiosa. A partir daí, acompanhou a sua mãe de santo. Chegou o dia em que seu orixá pediu que ela se tornasse sacerdotisa e construisse uma casa de santo. Sua mãe de santo envelheceu e faleceu, ela então iniciou a casa de santo no Conde há 10 anos.

Na sua vida pessoal casou e teve três filhas. Na vida religiosa, possui dezenas de filhas e filhos de santo, alguns também filhos de sangue.

Conta que o papel de Mãe de Santo envolve muitos ofícios, como fazer apoio psicológico e cuidar de muitas pessoas, o que acaba afetando muito sua própria vida física e mental, além das discriminações religiosas que sofre.

Para Mãe Gisélia, religião não se compra, não se vende, não é casa de negócio. O seu ofício, na sua opinião, é necessário para nos levar a entender a amarmos uns aos outros. A palavra de Deus é pregada na sua religião e tem significado de incentivo à união. Quando ela faz uma reza pedindo o que é bom, faz o bem, ajuda a alguém que precisa. Segundo ela, isso é necessário para tornar o espírito mais leve. Isso se expressa no interesse pela manutenção da tradição e dos saberes.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





Seu Adalberto

Seu Adalberto é aposentado. Disse que a sua vida sempre foi em contato com a natureza. Nos anos 70 entrou para o serviço público na Bica em João Pessoa. Lá teve contato com um professor da UFPB e trabalhou como seu auxiliar e orientando alunos. Contou que frequentava o laboratório no período que trabalhou em canteiros de obras e tinha curiosidade em aprender sobre plantas. Trabalhou por mais de 40 anos com reciclagem e mais de 30 com plantas medicinais. O conhecimento da reciclagem o levou a construir a sua casa com garrafas PET. Começou a construir a casa com material reciclável em 2010 e só terminou em 2019. Teve muitas dificuldades neste processo de construção, pois tinha medo que sua casa não aguentasse o peso do cimento. Hoje não faz mais reciclagem por causa das limitações de saúde. Vale ressaltar que a sua casa o coloca como uma referência. Quando o fomos procurar, caminhando pelas ruas do Loteamento Carnaúbas, foi fácil encontrá-lo por causa da referência: “Seu Adalberto da Casa de Garrafas”. Só ao entrevistá-lo que ficamos sabendo do seu conhecimento das plantas medicinais.

Seu Adalberto se orgulha muito do seu conhecimento com as ervas e da construção da sua casa com objetos reciclados. Ele alega que tem muita vontade, se tivesse condições, de fazer um Centro de Pesquisa com o espaço que possui. Diz que no Conde não tem um centro de pesquisa, com engenheiros, para entender melhor sobre a região. “A ciência não se pega feito, tem que se encontrar” (S. Adalberto, 3 de Janeiro de 2020, 19’51”). Comenta que tem vontade de participar de melhorias para a região, mas que tudo precisa de um projeto e de participação ativa dos moradores. Ressalta a importância do trabalho coletivo, da estabilidade e da troca de tarefas entre os membros. “Quem tem gente, tem estrutura. Tudo na vida é iniciativa. Você dê seus pulos pra ser feliz” (S. Adalberto, 3 de Janeiro de 2020, 29’38”).

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Zé Piaba

Marival Suzano Mendes nasceu no Conde há 61 anos. É conhecido por Zé Piaba por causa do avô que se chamava Artur Piaba por pescar o peixe piaba. Quando o seu avô faleceu, a sua mãe ficou conhecida por Maria Piaba e ela também vendia o peixe. Após a sua morte, o “Piaba” passou para ele. Mora há 35 anos na casa que fica em frente ao campo de Carnaúbas. É gari há 16 anos, mas há alguns anos que ele é o responsável pela manutenção e administração do campo de futebol do bairro dos bairros de Conde.

FOTO: LAÍS LUNA





Dona Marlene

Marlene Soares de Santos, 67 anos, chegou para pousar definitivamente em Pousada, bairro do Município de Conde na sua adolescência. Casou, teve filhos e construiu toda uma história comunitária. Hoje, Dona Marlene tem uma bela horta medicinal em que produz uma diversidade de chás e garrafadas usados para tratamentos de diversos males corporais. Sua trajetória de trabalho com as ervas é reconhecida por toda a comunidade. Seus chás e infusões são considerados milagrosos. Uma verdadeira alquimia. Sua especialidade é o suco de babosa, a tão conhecida *aloe vera*. Além disso, ela elabora garrafadas com suas receita particulares. Ela deseja repassar seus conhecimentos para gerações futuras, pois reconhece na natureza a cura para doenças e para o bem estar comunitário.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Dona Zefinha

Dona Josefa Maria dos Mártires, conhecida no quilombo do Ipiranga por Dona Zefinha, agricultora, Mestra da Lapinha e uma senhora encantadora, que nos surpreende com sua doçura e simpatia. Devota de Santana e de São Sebastião, que por coincidência, nasceu no mesmo dia do santo, dia 20 de janeiro. Teve 11 filhos, mas apenas 5 sobreviveram.

Dona Zefinha nos conta que quando começou a brincar a Lapinha ela tinha por volta de 6 a 7 anos. Nessa época, ela dançava com as pastorinhas da frente. Sua mãe era uma das cantoras e seu tio era quem organizava a Lapinha na época.

Nasceu em Prazeres, abaixo do Conde, no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião padroeiro do Gurugi. Quando tinha 17 anos de idade, trabalhou durante um ano em uma casa de família, em João Pessoa. Após esse trabalho, passou a ajudar sua família da agricultura e foi graças ao roçado que sustentou seus 5 filhos.

Dona Zefinha morou durante muitos anos no quilombo do Gurugi. Após se casar, passou a morar no Ipiranga onde reside até hoje. Perdeu seu companheiro prematuramente em um acidente na estrada. Ele foi atropelado enquanto caminhavam em direção a João Pessoa.

Zefinha nos conta que a Lapinha representa a manjedoura do Menino Jesus e participou dos 7 aos 19 anos de idade, quando casou e não pôde mais participar como pastora. Atualmente ela participa da Lapinha como mestra e cantora.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





Seu Zé do Balaio

José Maria Vicente da Cunha, 56 anos, mais conhecido como Zé do Balaio. Morador de Mituaçu. É um mestre de saber, detentor de conhecimento complexo que é composto por todas as etapas do modo de fazer utensílios e artesanato do cipó. Aprendeu com seu pai a produzir os balaio e cestas, apenas observando e praticando. Desde os 7 anos de idade acompanha o pai na colheita do cipó. Deu aula em oficinas voltadas para o incentivo e transmissão dos seus saberes. Seus produtos estão à venda em mercados de Conde e João Pessoa. Eles carregam um significado de valorização da tradição e do saber ancestral. A matéria prima ele consegue na natureza, principalmente no mangue do rio Gramame. Aprendeu com os mais velhos que é a lua quem dita quando pode colher o material, já que as fases interferem diretamente na qualidade da fibra vegetal.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Josinaldo Rodrigues de Sena, Nego

Josinaldo Rodrigues de Sena nasceu no dia 5 de dezembro de 1982, justamente no período em que a comunidade do Gurugi entra em conflito pela terra, em que ocorreu a desapropriação agrária. Nos conta que este período da história foi bastante difícil, tendo em vista a conjuntura político-social existente no município na época.

Nego nos conta que seu interesse pela cultura de seu povo se deu quando ele ainda era criança, ao observar o seu avô, o mestre de coco Chico Pinote, fazer letras de coco, tocando no tambor. Ficava encantado com aquele universo, marcando aí o seu primeiro envolvimento com as referências culturais do povo quilombola. Desde então, passou a se envolver em grupos culturais, trabalhando e fomentando a cultura local, levando em consideração a sua importância para a comunidade e para a valorização da identidade quilombola e da história daquele lugar.

No ano de 1994 o grupo de capoeira regional Farol da Barra inicia ações educativas no Gurugi e em Jacumã, difundindo esta expressão cultural no município de Conde. Nesse movimento cultural, surge o grupo de jovens Renascer no Gurugi. O grupo objetivava manter viva a cultura local, buscando sempre inserir elementos da identidade quilombola para que esta ganhasse reconhecimento e valorização.

Em 1998, o grupo Farol da Barra encerra suas atividades no município. Com isto as atividades relacionadas a capoeira ficam suspensas até a chegada do Mestre Chico no ano de 2000, colocando em prática a modalidade da capoeira de Angola nas localidades de Gurugi e Jacumã.

Nego também nos conta que foram realizadas peças de teatro que tinha por finalidade representar a luta do povo negro, a exemplo da peça “Navio Negreiro”, que buscava retratar a vinda dos africanos para o Brasil, para serem escravizados, contextualizando com a condição atual do povo negro.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





Nega da Vila

A Vila do Amanhecer foi se tornando o que é hoje, graças a atuação da Nega da Vila e de outras mulheres que se uniram e mobilizaram para conquistar a sua moradia. Ela nos contou que quando chegaram nesta localidade, não havia ainda árvores frutíferas. Foram todas plantadas por elas. A divisão dos terrenos também se deu mediante constantes reuniões coletivas, conduzidas por essas mulheres, nas quais a Nega ocupa um papel primordial. Por isso, ela ocupa um lugar de referência, na comunidade.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

José Maria da Silva, Seu Calango

Nascido em Pernambuco, no ano de 1940, seu Calango se mudou para o Conde aos 33 anos de idade. Quando chegou em Jacumã, a área onde passou a morar ainda era cercada por mata e era beira-mar. Os pescadores foram conduzidos, então, para morar perto de seu Calango, formando a atual rua onde vive.

Seu Calango, juntamente aos pescadores, começou a praticar um curral – formado por uma sala e um chiqueiro –, onde mantinham muitos peixes. Como simpatizou com o local e a atividade, decidiu permanecer. Ele aprendeu a pescar sozinho e, embora um grupo de pessoas não quisesse que ele continuasse na pescaria por acreditar que ele fosse exigente, seu Calango persistiu. Seu Calango já trabalhou como coveiro e pescador de rede de arrasta, até que se aposentou. Todos os pescadores tinham apelidos e o seu se deu por sua magreza. Já que andava bastante, diziam que era parecido com um calango. Também ensinou a seus filhos a pescaria. Atualmente, um deles trabalha com a pesca e, o outro, com construção.

Seu Calango é conhecido principalmente por sua atividade como pescador na Vila dos Pescadores, em Jacumã, apesar de ter tido outros ofícios. Os resultados da pesca são vendidos a consumidores locais, na Colônia de Pescadores. Possui conhecimentos relacionados à pesca e ao trabalho em currais. Além de suas atividades rotineiras, participava da procissão de Jacumã, da Barqueata e da festa de São Pedro, feita na Colônia de Pescadores. Em sua família, há uma receita bastante praticada: a do peixe de coco.

FOTO: JESSYCA MARINS



Pedro Vieira da Silva, Seu Pedro

Seu Pedro é um agricultor morador de Mata da Chica, que trabalhou com agricultura familiar e ajudou a criar a igreja de São Benedito. Nascido em 17 de dezembro de 1932, em Pernambuco, seu Pedro passou sua infância até o início da vida adulta no município de Vitória, onde se casou em 1964. Em 1971, mudou-se para Alhandra, na Paraíba. Após Alhandra, passou a morar no Conde, lugar em que vive há mais de 40 anos. Seu Pedro saiu de Pernambuco para encontrar uma condição de vida melhor para si, para sua esposa e para seus cinco filhos, visto que na cidade onde morava, trabalhava excessivamente enquanto ganhava um salário baixíssimo. Ele procurava encontrar uma terra em que trabalhasse para si e não tivesse alguém que o explorasse.

Atualmente, tem doze filhos e, apesar de ser analfabeto, ensinou a cada um sobre agricultura. No Conde, após participar de uma reunião, resolveu trabalhar com líderes religiosos, como com o frei Anastácio, frei Zé Mito, com o frei Zé Hermano, Dom José Maria Pires, dentre outros integrantes da Comissão Pastoral da Terra.

As reuniões eram feitas para decidir quem poderia comprar as terras desocupadas pelo INCRA, porque os donos que não pagavam os impostos relacionados à terra passavam a dever dinheiro. Então era comum que o INCRA realizasse leilões. O INCRA, então, uniu-se à igreja decidindo que as três fazendas desapropriadas seriam vendidas aos trabalhadores. Assim, seu Pedro conseguiu um pedaço de 27,5 hectares de terra. A área desapropriada ficou conhecida como a Grande Mucatu, que continha 10224 hectares de terra, chegando a assentar 185 pessoas.

É importante pontuar que o nome de Mata da Chica se deu pelas três fazendas, a Fazenda Garapú, a fazenda Andreza e a Fazenda Mucatu. Na





fazenda Mucatu, havia um pedaço de mata, que ficou conhecido como Mata da Chica por ser pertencente a uma mulher chamada Chica. Pela qualidade de madeira da mata, as três fazendas buscavam lá madeira para realizar o trabalho de agricultura.

Quando chegou à Mata da Chica, seu Pedro percebeu que o lugar não era preservado. Algumas pessoas se utilizavam da madeira do local de forma descuidada. Não havia estradas na área rural, apenas muita mata, embora uma parte estivesse sendo devastada. Seu Pedro, então, começou um processo de plantio na terra, de cuidados, mas a terra já estava infértil, devido à má utilização do solo. Por isso, precisava de cerca de três anos cuidando dela para torná-la produtiva. Ele tocava fogo nos entulhos numa tentativa de limpá-la. Posteriormente, a área passou a ser fértil e, portanto, passou a ser de interesse de outros, que também queriam espaço para utilizá-la. Apenas após a visibilidade dos resultados, a prefeitura se interessou e permitiu financiamentos que ajudassem os agricultores.

Seu Pedro utilizou de financiamentos do banco. Embora tenha pagado uma alta quantia de dinheiro, em 1996, sua dívida permaneceu e ele não conseguiu fazer outros empréstimos, porque o banco não contabilizou seus pagamentos. Dessa forma, seu Pedro não conseguiu dinheiro para continuar investindo na agricultura e parou de trabalhar em sua terra. Depois disso, passou a fazer trabalhos no roçado com seus filhos. Atualmente, vive de aposentadoria.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Luís Carlos Pereira da Silva

Luís Carlos nasceu em 16 de novembro de 1973, em Natal (RN) e se mudou para a Paraíba ainda criança, 40 anos atrás. Começou a trabalhar como técnico no time de futebol feminino em Mituaçu há um ano e cinco meses; enquanto no Gurugi passou a atuar como técnico de futebol masculino há 8 meses. Os times são parte de um mesmo projeto chamado de “A ponte preta”. O time de Mituaçu já existia antes de ter Luís como técnico, mas algumas jogadoras deixaram de participar devido à vida pessoal, uma vez que algumas começaram a namorar ou se casaram, o time parou de jogar.

Ele tinha a escolinha da Ponte Preta em Mituaçu. Beto, ex-jogador do Fluminense, procurou alguma escolinha de futebol no Conde quando encontrou a Ponte Preta. Conversando com Luís, soube que ainda faltavam bastantes recursos e materiais. Com a ajuda de Marcos Vinícius, professor de educação física, achou outros voluntários que pudessem ajudar na escolinha. Assim, junto a quatro pessoas, Luís formou uma escolinha de times masculinos e amadores, “Futuros do Amanhã”. Nela, há também times masculinos de crianças jogando. A escolinha conta com apoio da prefeitura e leva os jogadores a diversos campeonatos. Como houve uma nova procura, em que as jogadoras quiseram voltar, o time voltou com Luís Carlos como técnico.

Luís atua não apenas instruindo no jogo, mas instigando valores como o respeito. Sua fonte de renda se dá por seu trabalho em uma escolinha da prefeitura, onde atua como inspetor.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI



Laércio Bernadino da Silva, China

Laércio Bernardino da Silva, mais conhecido como China, é nascido em Goianinha, Rio Grande Norte. Saiu de casa aos 12 anos de idade e se juntou a um circo mambembe, Circo Palácio do Riso, onde trabalhou por 26 anos como locutor, palhaço e baterista. Hoje com 60 anos de idade, trabalha como vigilante concursado na Prefeitura de Conde, mas nunca deixou as atividades circenses. Até hoje, quando chamado, atua como palhaço, com muita alegria e descontração.

China chegou no Conde na década de 1970 para se apresentar com o Circo Palácio do Riso em um dia de apresentação. O circo ficou montado ao lado do Ginásio do Centro. Nesse dia conheceu a sua futura esposa. Seguiu com o circo para Pedras de Fogo, mas depois de uns meses retornou para se casar com Maria José de Lima (*in memoriam*) em Conde, onde construiu sua família. Hoje, viúvo, ele tem orgulho de dizer que formou a sua família na cidade e que seus dois filhos também atuam na área cultural: Michel (palhaço) e Tardelys (músico).

FOTO: LUCAS PEREGRINO

Severino Pereira da Silva, Seu Manteiga

Seu Severino é um agricultor que lutou por muito tempo pela terra em Mucatu. Quando Mucatu foi desapropriada, ele foi morar em Mata da Chica, que, na época, ainda era repleta de mata, sem estradas, onde conseguiu um pedaço de terra e pôde fazer seu roçado. Atualmente, está aposentado.

Nascido em Volta Redonda, no município de Alhandra, seu Severino se mudou para Mucatu ainda criança. Na época, a “Mata da Chica”. como dito anteriormente, remete à antiga dona de um trecho da mata, chamada Francisca. Depois, passou a morar e trabalhar em João Gomes. Nesse período, começaram as disputas pela terra na região. Um coronel rico começou comprar grandes lotes de terra entre dois rios, o rio Gramame e o rio Goiana. Ao mesmo tempo, alguns usineiros queriam fazer plantações de cana-de-açúcar. Os pequenos agricultores não conseguiam ter espaço para plantar. Inclusive, chegaram a receber dinheiro para não plantar. Em meio aos conflitos de terra, um dos agricultores chegou a ser morto, “Zé da Jaca”. Após esse acontecimento, os outros agricultores procuraram a federação, a engenharia e procuraram Frei Anastácio, considerado uma grande figura na defesa da luta pela terra. Depois desse período de luta, os agricultores foram avisados que ganharam a terra para trabalhar. Ao saberem da notícia, fizeram uma grande festa, que tinha a presença de generais e do coronel Clodoaldo. Com a chegada do INCRA, a terra em Mucatu foi desapropriada e os agricultores puderam escolher outros pedaços para se instalar. A região de Mucatu, então, passou a fazer parte do Conde. Aí surgiu a oportunidade de trabalho para seu Severino, que, apesar de não querer, ganharia 70 cruzeiros, muito mais do que ganhava anteriormente. Quando chegou ao novo trabalho, a região era só mata. Aos poucos, foram se abrindo os caminhos e sendo construídos os roçados.

Então, chegou uma pessoa do INCRA perguntando se ele tinha dinheiro. Ofereceram a abertura de uma conta para realizar um empréstimo e Seu





Severino aceitou. Fez o empréstimo e, posteriormente, pagou sua dívida. A terra em Mata da Chica passou 40 anos desabitada, mas, com o assentamento, as pessoas passaram a plantar lavoura. Ressalta-se que, em Muçatu, muitos estavam desempregados antes da mudança para Mata da Chica. Houve muita luta pela terra, mas achavam ser muito difícil vencer, uma vez que a luta se dava contra donos de terra muito ricos. Apesar disso, os agricultores conquistaram suas terras com a presença do INCRA. A partir disso, cada um teve acesso à sua terra para trabalhar e as lutas foram cessadas.

Então, as pessoas conseguiram título de posse provisório e, a partir do trabalho na terra, conseguiam um título definitivo. Seu Severino pagou pela terra, inicialmente, durante dois anos. Depois, com apenas uma ida ao banco, conseguiu quitar as demais parcelas da terra, que durariam anteriormente 19 anos. Algumas pessoas moradoras de Mata da Chica chegaram a vender suas terras, principalmente devido à dificuldade de pagar a terra. Assim, surgiram algumas fazendas nesses locais, mas seu Severino nunca quis vendê-la. Ele mora há mais de 40 anos na Mata da Chica. Apesar dessas vendas, com o passar dos anos, houve pouca mudança no local. Aqueles que permaneceram continuaram trabalhando. Nos anos 80, após a plantação do roçado, houve uma grande seca que prejudicou a plantação de 18 mil pés de cará, deixando seu Severino com dívidas. Ao ficar sabendo de um fundo perdido do governo, ele foi até o Banco do Nordeste. No entanto, havia um processo contra ele no Fórum. O oficial de justiça, então, mandou procurar um advogado para resolver o caso.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Dona Rosa

Rosinete Nascimento da Cunha Rosene Ferreira, mais conhecida como Dona Rosa, é raizeira (conhecidora de remédios feitos de plantas e ervas) e uma das moradoras mais antigas e conhecidas de Caxitú de Alto. O filho dela era presidente da Associação de Moradores.

Nascida no município de Santa Rita, após o Rabo do Pavão (Trecho do Rio Gramame), em Serrota, localidade bem próxima da divisa com Conde. Antes de morar em Caxitú de Alto, vivia na Favela da Marcha que existia na BR 230, nas proximidades da Caixa D'Água da CA-GEPA, logo após a subida da Cidade Viva.

Há 28 anos que mora em Caxitú. Quando chegou, vivia do que plantava (feijão, milho, macaxeira etc.), juntamente com seu marido, Seu Gago. Neste tempo, não existia distribuição de água. Quando precisavam, tinham que ir à cacimba que ficava próxima do rio para encher os baldes e levar para as residências.

Além de ser liderança conhecida, é esposa de Seu Gago, um dos responsáveis por administrar a caixa d'água, uma das principais referências de lugar para a comunidade, além da Igreja e da Escola Municipal.

É conhecedora de rezas e modos de fazer garrafadas e lambedores. Relaciona seu conhecimento sobre as ervas e plantas medicinais a sua fé. Faz Lambedor de jenipapo.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





Seu Ramos

Severino Ramos Firmino da Silva, conhecido por seu Ramos, é um agricultor, morador da Agrovila, em Gurugi II, bastante conhecido na região pelo seu dom de curar algumas enfermidades e pelo seu conhecimento de ervas e plantas medicinais.

Seu Ramos nos conta que desde muito pequeno observava a sua avó a rezar e curar pessoas que sofriam com algumas doenças. Aos 7 anos de idade, seu Ramos disse para a sua avó que queria aprender a rezar. Ela lhe transmitiu alguns conhecimentos sobre as plantas e ervas, mas o que lhe tornou rezador, foi seu dom, concedido por Deus. Sua avó também lhe ensinou a fazer remédios, tais como lambedor e garrafadas.

FOTO: LUCAS PEREGRINO

Dona Terezinha

D. Terezinha foi professora por 32 anos. Quando chegou em Conde, ensinava aos adultos durante à noite e às crianças durante o dia. Engajada com as atividades religiosas de Conde, trabalhou por bastante tempo como voluntária em igrejas. Passou 5 anos no loteamento Nossa Senhora das Neves, na escola Abelardo Alves, como catequista das crianças de primeira comunhão, e depois como catequista de jovens para crisma. Conta que ao chegar no Município, se encantou com a cultura, principalmente as cirandas.

D. Terezinha gostaria que fosse desenvolvido maior incentivo ao estudo da cultura da cidade para as crianças de Conde, para que elas aprendam desde sempre a defender e a cuidar da cidade. É uma grande incentivadora das ações educacionais envolvendo a cultura local.

D. Terezinha passou a morar em Conde no ano de 1972. Conhecedora da região e das pessoas que fazem a cultura local, ela pôde nos relatar as mudanças ocorridas na cidade desde a década 1970.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





Ednaldo Gonçalves, Cacique Ednaldo

Ednaldo Gonçalves nos conta que nasceu em Pitimbu, município de Conde e, aos 7 anos de idade, seu pai o levou para Maceió/AL, para ser criado por outra família. Lá em Maceió, Ednaldo teve a oportunidade de estudar e de participar de um clube de futebol e tornar-se jogador profissional aos 19 anos de idade. No período em que estava atuando como jogador profissional, Ednaldo havia sido selecionado para dar início à sua carreira internacional. Antes de assinar o contrato milionário com um clube português, ele retorna para a Paraíba, para se despedir de seus familiares e encontra com o parente João Gringo, que lhe falou sobre toda a história de luta do povo Tabajara, no território de Conde. Sensibilizado com o reencontro com suas origens e com a história de seu povo, Ednaldo decide desistir da sua carreira internacional e retornar para a Paraíba em busca do reconhecimento étnico do povo Tabajara e a retomada do território de seu povo, lutando pelo processo de demarcação de suas terras.

Os seus avós maternos são nascidos no Sítio dos Caboclos e seus avós paternos são nascidos no Acás de Alhandra. Vários documentos históricos comprovam essa memória ancestral de que o Sítio do Caboclos era o território tradicional dos Tabajaras.

Junho de 2006 representa um grande marco referencial na história do povo Tabajara, marcando a retomada do povo Tabajara do seu território. Desde o início do processo de retomada e a busca pelo reconhecimento étnico, o Ednaldo assumia a função de Cacique Geral dos Tabajaras, até que, em 2015, após uma cisão interna, o grupo acordou com a sua divisão em duas aldeias. Ednaldo assumiu a liderança da Aldeia Vitória e, o Cacique Carlinhos, a liderança da Aldeia Gramame.

FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Bens
Culturais:
saberes,
ofícios e
técnicas

“Está sendo muito rica essa experiência, de estar trabalhando junto com as colegas no inventário cultural de Conde. Sou nascida no Conde, sou quilombola e nunca, nesses meus 54 anos de vida, eu vi a valorização da nossa cultura como vem acontecendo agora. Pelo contrário, a gente tinha visto a desvalorização, o desrespeito, o desvalor, dos nossos quilombos e dos nossos povos indígenas e da negritude. Essa é uma riqueza muito grande e esse momento que a gente tem que aproveitar e se inserir de corpo e alma dentro dele.”

— Leninha, Coletivo Raízes Negras

Modo de Fazer Pães e Massa de Raízes

A Associação Mulheres Negras do Campo do Gurugi 2 desenvolve uma atividade gastronômica produzindo massas a partir das raízes, tais como a macaxeira, batata doce e inhame. A partir desse saber, elas garantem parte de seu sustento. Dentre seus principais produtos estão pães, pastéis, empadas e coxinhas.

O grupo teve início em 25 de julho de 2015, visando o aproveitamento da macaxeira, da batata doce e do inhame, com o acompanhamento e assistência técnica do INCRA. Começaram, então, algumas reuniões, mesmo sem material e sem um espaço adequado. Cada participante que recebia Bolsa Família doava 10 reais mensalmente para manter o grupo e comprar os utensílios. Alguns sorteios foram feitos para conseguir os utensílios necessários em uma cozinha. Em outubro, conseguiram comprar o primeiro fogão e forno.

As mulheres se reuniam para produzir seus produtos na casa da mãe de Claudete, uma das integrantes da associação. Depois, ficaram sem uma cozinha, porque a mãe de Claudete saiu do grupo e pediu que sua cozinha fosse desocupada. Já em 2016, o esposo de uma integrante conseguiu uma cozinha e elas foram trabalhar lá, do outro lado do Gurugi, no Ipiranga.

Ao longo do tempo foram juntando dinheiro e utensílios, sempre que possível, para a construção da cozinha. Passou a surgir, então, ajuda de projetos, como o Baobá – uma fundação que trabalha com apoio a quilombolas e negros; a Associação de Mulheres e o projeto Pequeno Davi, de João Pessoa, doaram vários utensílios.

As mulheres conseguiram, com o tempo, a construção da cozinha. Foi feito um empréstimo com o Baobá e vendiam seus produtos por-



PREPARO DE PÃES E MASSA NA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO CAMPO. FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI



ta-a-porta em Jacumã. Começaram vendendo a coxinha de macaxeira e empada. Depois vieram os pastéis e os pães. Atualmente, já conseguiram pagar a dívida ao Baobá, mas ainda estão pagando dívidas internas.

O grupo logo se tornou uma associação formalizada, com estatuto e CNPJ. Elas não pretendem se tornar empresa, visto que teriam que pagar mais impostos e ter mais gastos que não estão em condição financeira de arcar. As receitas foram criadas a partir da assistência técnica do INCRA. Uma mulher que trabalhava como assistente técnica incentivou uma das fundadoras do grupo se a formar esse grupo de mulheres. Como essa fundadora do grupo já participava da Comissão Pastoral da Terra e de outros grupos de mulheres, interessou-se bastante na ideia de criar um grupo de mulheres negras. Então, foi proposto que a assistente conseguisse juntar outras mulheres também interessadas para formar tal grupo.

Quando o grupo se formou, ganhou uma despoldadeira. Entretanto, ela só poderia funcionar em uma cozinha forrada e com cerâmica e grupo ainda não tinha uma cozinha. Então, a assistente técnica incentivou que as mulheres comessem a usar os produtos que já tinham – o inhame, a batata doce e a macaxeira – para criar os salgados, utilizando receitas dadas pelo INCRA. Com o tempo e a experiência, as mulheres já modificaram e aperfeiçoaram a receita, a partir de testes, retirando e substituindo ingredientes.

Azeite de Batibutá

O azeite de Batibutá é um importante produto quilombola e indígena, que agrega propriedades medicinais, nutritivas e gastronômicas, além do seu importante valor cultural. Atualmente ele vem sendo produzido no quilombo do Ipiranga pela mestra Ana Rodrigues. No entanto, a mesma nos revelou que este azeite era produzido em toda a região do Gurugi 1 e 2, Ipiranga, Barra de Gramame e Aldeia Vitória.

A mestra nos conta não saber exatamente quando e como iniciou a prática da extração do azeite de Batibutá, porque, até então, ninguém havia se interessado em contar e registrar essa história. O que se sabe é que esta prática tem uma forte relação com a construção cultural e da memória social dessas comunidades. Em toda casa quilombola encontrava-se uma garrafa desse azeite, devido seu grande valor nutritivo, medicinal e gastronômico.

Existem pouquíssimos relatos sobre como e porque iniciaram o uso desta semente para extrair o azeite. No entanto, sabe-se que seu uso se faz presente na cultura quilombola, como também na Nação indígena Tabajara, há várias gerações, sendo usado para os mais diferentes fins.

O azeite de Batibutá é bastante nutritivo e, segundo a mestra Ana Rodrigues, era fonte de alimento para muitas famílias. Ana nos relatou que enquanto as mulheres iam pescar amoré, siri, caranguejo e

marisco no mangue, as crianças e os jovens, que ficavam em casa esperando suas mães, para saciar a fome até a volta de suas mães com os peixes que seriam preparados no almoço, misturavam farinha de mandioca no azeite e tomavam com café.

O azeite também era utilizado para frituras, para a moqueca de peixe, para cozinhar o arroz.

Para além das suas qualidades gastronômicas e nutritivas, o Batibutá também apresenta propriedades medicinais riquíssimas. Excelente cicatrizante, é usado para reconstituir a pele com queimaduras e eficaz no tratamento de úlceras. No entanto, apesar do seu importante valor cultural, a prática de extração do azeite do Batibutá vem sendo reduzida consideravelmente na região, devido à grande dificuldade de produção do mesmo. “É preciso ter muita força e coragem!”, conta Ana.

O azeite de Batibutá tem um valor imensurável para a comunidade. O seu potencial nutritivo, gastronômico e medicinal, agregado ao saber tradicional de extração, garantiram um significado muito importante para a comunidade, ocupando um lugar bastante significativo na memória social deste território.



**PREPARO DO AZEITE DE BATIBUTÁ. FRUTA TÍPICA
DA REGIÃO. IPIRANGA. FOTOS: ANA RODRIGUES**



Agricultura Orgânica

Trata-se de uma agricultura orgânica familiar, em que a plantação é feita de modo totalmente natural, sem venenos; com vermicidas naturais. Dessa forma, são produzidos produtos como macaxeira, milho, coentro, alface, etc., que são consumidos pela própria família de Baiano e são vendidos diretamente a consumidores em feiras.

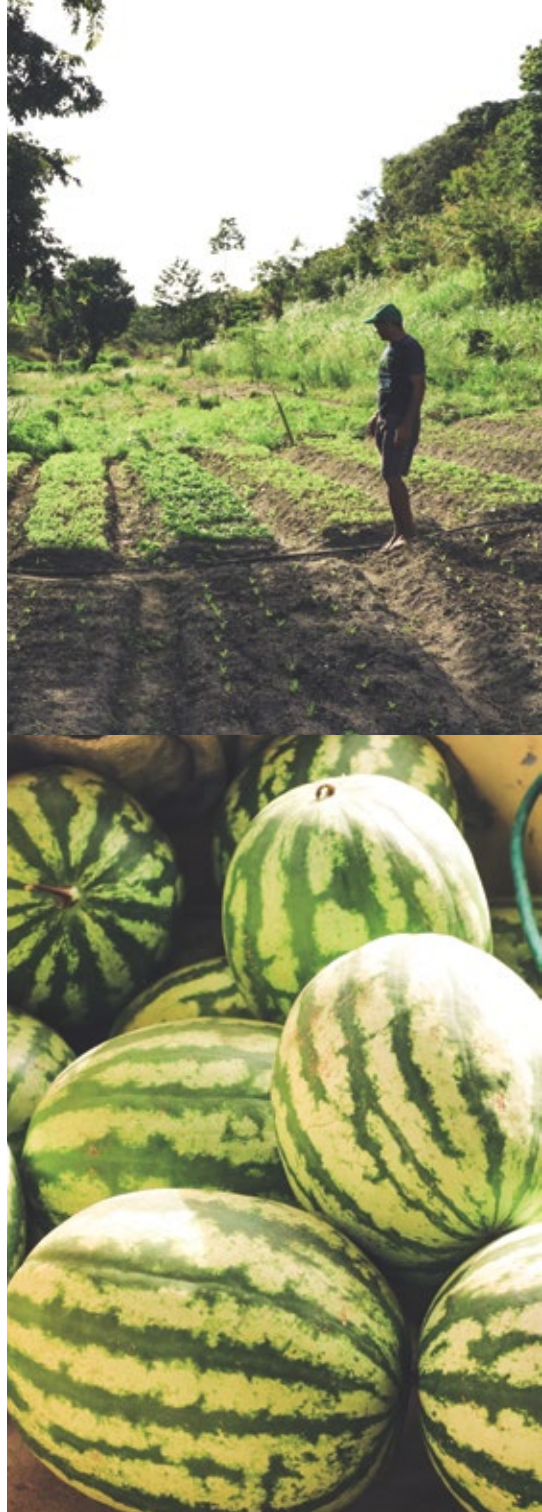
Ernande, o Baiano, nasceu em Alagoas. Mudou-se para a Bahia e, há vinte anos, mora no Conde (PB). Seus pais eram agricultores e ele também tem trabalhado com a agricultura orgânica por sua vida inteira. Na época de seus pais, quase não se utilizava herbicidas. Os vermicidas só se popularizaram nos últimos 15 anos. Seu pai chegou a utilizar de herbicidas por um breve momento, mas desistiu. Desde então, o processo tem sido natural.

Para Baiano, a utilização dos venenos em massa tem ocorrido devido à aceleração da produção, que permite que os agricultores vendam mais e ganhem mais dinheiro, visto que a produção orgânica é mais lenta e mais trabalhosa.

Apesar disso, ele escolheu continuar com a agricultura orgânica, pois acredita que a produção com veneno pode ser bastante prejudicial à saúde e os únicos vermicidas utilizados são naturais. Ernande e sua família sempre viveram da agricultura. Eles a utilizam tanto para consumo próprio, quanto como forma de trabalho: criando gado, plantando e vendendo seus produtos.

Baiano trabalha da forma atual com a agricultura no Conde há cerca de 15 anos, mas já está familiarizado, por meio do contato com a agricultura praticada por sua família a vida inteira. Antes disso, morou no loteamento do Conde por 6 anos e também trabalhou com agricultura, de maneira natural. Tem participação em feiras orgânicas, o que lhe rendeu certificado. Na feira orgânica de Jacumã, promovida pela Prefeitura de Conde, participa entregando cestas.

AGRICULTURA ORGÂNICA EM CONDE.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI





NINHA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI

Conhecimentos sobre Plantas Medicinais

As práticas relacionadas a esses saberes estão em todo território do município. É muito comum nas comunidades as pessoas receitar chás, banhos, e outros tratamentos para curar enfermidades.

Quando os saberes foram identificados, percebemos que dizem respeito a conhecimentos passados dos mais velhos – que costumam possuir um conhecimento mais amplo dessas técnicas – para os mais novos. Por outro lado, Sr. Adalberto, um dos raizeiros, diz que aprendeu sozinho e/ou com Deus a fazer os chás.

Nas comunidades rurais – maior parte do município do Conde – o conhecimento das plantas medicinais é bastante comum. A tradição de chás e remédios caseiros é passada de geração em geração, mas não de forma sistemática. Por isso, é comum que todos saibam alguma forma de remédio caseiro ou identificar algumas plantas. Contudo, o conhecimento mais amplo e profundo é detido por poucos, como nossos interlocutores. Alguns destes dizem não guardar ou esconder seu conhecimento, mas falam da falta de interesse dos mais novos em aprendê-lo.

Ao conversarmos com os detentores dos saberes, a maior parte deles se dispôs a nos contar os nomes das plantas e para que serviria cada uma delas. Apenas Dona Rosa revelou que tem um remédio que ela faz de plantas que ela não pode revelar. O remédio serve para curar o cansaço (asma). Se a pessoa curada pelo remédio souber o que contém no remédio, sentirá a doença voltar.

A cura pelas plantas é constantemente relacionada à fé em Deus, de quem cura e/ou de quem é curado.

Seu Adalberto nos contou que ficaria muito feliz se os jovens se interessassem e adquirirem esse conhecimento da mata, dos mais velhos, dos saberes naturais. Enquanto mostrava suas ervas falou: "A natureza é um conhecimento. Isso aqui é uma sala de aula!" (S. Adalberto, 3 de Janeiro de 2020, 39'00").

As pessoas que detêm os saberes das plantas são consideradas pessoas de referência pela comunidade, em decorrência da autoridade no assunto, seu tempo na comunidade e sua idade.

Existem diversas pessoas que detêm o saber, jovens e idosos. Os mais velhos que possuem o conhecimento mais consolidado. Destacamos quatro pessoas que foram referenciadas pelas pessoas da comunidade: Dona Nenê (Pousada), D. Maria Parecida (Mituaçu), Sr. Adalberto (Carnaúbas), Dona Rosa (Caxitú de Alto) e José Pereira da Silva conhecido com Seu Dedinho (Mituaçu).

Algumas pessoas que detêm o saber das plantas medicinais fizeram questão de mencionar a sua fé. Foi o caso de Dona Rosa que ressaltou que para curar as pessoas com os remédios naturais deve sempre existir a fé de quem prepara e a fé de quem recebe. Podemos perceber uma forte relação entre esse tipo de conhecimento e o saber das rezadeiras.

Dona Rosa recitou uma reza comum entre as rezadeiras: "Porta aberta virada pra o mar, espinhela caída pra o teu lugar" (D. Rosa, 28 de fevereiro de 2020, 16'57").

"R: Tem que ter fé em Deus, tudo que a gente faz tem que ter a fé em Deus. Quem cura não é o remédio não, é a fé que a gente tem.

L: É a fé da senhora ou é a fé de quem toma?

R: É a fé de quem faz. Não é de quem toma, é de quem faz. Eu só faço aqueles negócios com fé em Deus." (D. Rosa, 28 de fevereiro de 2020, 16'57").

Dona Marlene se identifica como praticante da igreja católica. Seu Adalberto diz que seu conhecimento vem todo de Deus. Dona Rosa foi a única que destacou que nenhuma de suas filhas e netas querem aprender, mas vez ou outra, quando elas estão adoentadas, já sabem a que planta recorrer. Quando não sabem pedem ajuda a avó. Seu Adalberto falou que não ensina para ninguém. Dona Marlene não mencionou se já ensinou. Seu Dedinho diz que aprendeu com os antigos.



SEU DEDINHO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Saberes das Rezas e Benzeções



As Rezas são alternativas de Curas, facilmente encontradas em Zonas Rurais, onde o acesso a hospitais e práticas convencionais de cura são limitados. Deste modo, é bastante comum que seus moradores acionem os rezadores para a cura de enfermidades. Essa sabedoria popular está diretamente relacionada à influência cultural afro-indígena no território, detentores desses conhecimentos sobre rezas e plantas. Além deste conhecimento, os rezadores destacam a importância do dom, que segundo suas narrativas, é um dom divino, concedido por Deus, onde essas pessoas atuam enquanto mediadoras. Para elas, quem cura é a força suprema.

O Inventário Cultural de Conde entrevistou, nesta primeira etapa, 3 rezadores: Dona Maria Fontes, Dona Zefinha e seu Ramos. Nas localidades do Gurugi e Assentamento Dona Antônia.



Dona Maria Fontes realizou sua primeira cura, aos 30 anos, mediante a reza em seu marido. Quando morava em Seridó, ele ficou doente e ela rezou pela primeira vez a Nossa Senhora, para que ele não morresse. Na terceira vez rezando, ela sentiu que devia rezar nele. Então, dona Maria rezou um “Pai Nosso”, duas “Ave Marias”, um “Salve, Rainha” e ofereceu a Nossa Senhora. Dez minutos depois, ele já estava melhor. Então, algum tempo depois, ela saiu de casa, ficou de joelhos na terra e agradeceu a Nossa

DONA MARIA E DONA ZEFINHA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI

Senhora. Apesar de pedir para Expedito, seu marido, não contar para ninguém sobre a cura, ele acabou comentando com seu compadre sobre o poder da cura da reza de sua esposa. Após isso, Três dias depois, o compadre voltou pedindo que ela rezasse nele e o curasse. Deste momento em diante, dona Maria passou a ser acionada sempre que alguém precisava. Para dona Maria, rezar com o intuito da cura é sua maior riqueza, porque ela está servindo a Deus e ajudando a quem possa precisar.

Dona Zefinha aprendeu a rezar com sua avó, dona Teca, quando tinha 10 anos. Um menino com uma doença que causava feridas chegou a reza de sua avó e ela acabou rezando em seu lugar e percebeu que deu certo. Desde então, as orações sempre deram certo. Dona Zefinha pega um ramo e vai rezar: “Na tua fé, na tua formosura, na tua gordura, no teu comer, sai da carne, sai dos nervos, pela frente, por trás, onde foi botado na carne”. Em seguida, tem o Pai Nosso, a Ave Maria, o Glória ao Pai, Chagas do Nosso Senhor Jesus Cristo. No processo de orações, dona Zefinha coloca água benta no ramo, segundo ela, geralmente costuma usar a planta chamada vassourinha.

Severino Ramos Firmino da Silva, conhecido por seu Ramos, é um agricultor, morador da Agrovila, em Gurugi II, bastante conhecido na região pelo seu dom de curar algumas enfermidades e pelo seu conhecimento de ervas e plantas medicinais. Seu Ramos nos conta que desde muito pequeno observava a sua avó rezar e curar pessoas que sofriam com algumas doenças. Aos 7 anos de idade, ele disse para a sua avó que queria aprender a rezar. Ela lhe transmitiu alguns conhecimentos sobre as plantas e ervas, mas o que lhe tornou um rezador foi seu dom, concedido por Deus. Sua avó também lhe ensinou a fazer remédios, tais como lambedor e garrafadas.

O dom da cura e o saber das rezas é bastante respeitado nessa região. Tem um importante significado social, pois, este conhecimento popular tradicional traz um grande benefício para a comunidade. Salva muitas pessoas de suas enfermidades, retirando-lhes a dor e o sofrimento. No entanto, para que o dom da reza, aliado ao conhecimento das plantas medicinais, seja eficaz, é necessário, primordialmente, que se tenha fé no processo.

DONA MARIA E DONA ZEFINHA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI



Modo Artesanal de fazer Farinha de Mandioca

Técnica tradicional em todo Nordeste, a transformação de raízes de mandioca em farinha é realizada em pequenas unidades artesanais conhecidas como casas de farinha, com a utilização de equipamentos de moagem e mão de obra familiar ou de colaboradores locais. A produção de farinha de mandioca se destina a alimentos derivados como beiju, tapioca, goma, e cuscuz de mandioca mole.

É uma tradição de cultura alimentar dos povos tradicionais, preservada por gerações. Além, disso o cultivo e manipulação destas raízes tem a capacidade de movimentar diversas dimensões da cultura, como o trabalho coletivo, a economia, e a sociabilidade entre os envolvidos.

A casa de farinha é composta de sistema de ralação, prensagem e forno. Depois da colheita da raiz, a mandioca é levada para a casa de farinha, onde é descascada, raspada e lavada. Em seguida, é triturada em um moedor elétrico. A mandioca ralada vai caindo em um cocho, sendo depois prensada para retirar um líquido venenoso chamado manipueira, que é resultante da fermentação, além de prover o enxugamento da massa. Depois de peneirada e torrada, a farinha está pronta para o consumo.

COLOCANDO A FARINHA PARA TORRAR. PREPARANDO BEIJÚ.
FOTOS: LUCAS PEREGRINO

Modo de fazer Canoa

Consiste no ofício da construção de canoas de madeira a partir de materiais presentes no Mangue. Seu Dedinho é construtor de canoas há cerca de 30 anos. Recorda que sua primeira criação foi feita em Mituaçu. Constrói canoas nos mais variados tamanhos.

Foi aprendendo por conta própria, observando as práticas de familiares e conhecidos pescadores. A partir disso, foi usando sua criatividade. Começou usando raízes de panã (fruto também conhecido como pinha). Contou que às vezes não precisa nem colocar prego nos barcos, apenas madeiras e raízes são suficientes.

FAZENDO A CANOA DE MADEIRA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI





Modo de fazer Utensílios de Artesanato de Cipó

O município de Conde é marcado por uma diversidade de artesanato representativo da Cultura Popular. É uma atividade laboral e que busca sobrevivência e resultados econômicos, sendo uma das atividades que mais oferecem oportunidade de geração de renda. Para muito além do aspecto econômico, o artesanato representa expressões culturais, referências de heranças ancestrais e símbolos do seu povo, seja aqueles que vivem próximo da mata ou da praia. São objetos feitos de cipós, fios, escamas de peixes, tecidos, couro, pedras, palha, estopa e materiais reciclados, como a produção de bijóias, móveis, utensílios domésticos, chapéus, roupas, mandalas, objetos de decoração em todo território de Conde.

O saberes associados à produção de utensílios e artefatos a partir do cipó dizem respeito às técnicas utilizadas pelos detentores na produção manual dos bens e na colheita da matéria prima. Os principais produtos são de dois tipos: utensílios e artesanato. Os utensílios são: balaios, cestos, instrumentos de pescas (covo), caçua (espécie de cesto que é colocado no lombo do animal – cavalo ou jumento), peneira, baú. Os artesanatos variam por artesão, mas o mais comum é o filtro do sonhos, que utiliza o cipó e linha.

Se você já visitou a Praia de Coqueirinho no Litoral condense, já passou em frente ao ateliê ou Seu João Honório (Jacumã), Seu Elias do Cipó (Coqueirinho), Zau do Cipó (Coqueirinho), Seu Pita (Carapibus) e Seu Zé do Balaio (Mituaçu) são artesãos proeminentes no Conde.

Temos, em Coqueirinho, a oficina de trabalho do casal Elias Ferreira da Silva (Elias do Cipó) e Célia Martins. O casal, de forma colaborativa, produz artesanatos tradicionais com cipó e fios. Elias, além de suas habilidades artesanais com cipós que colhe na mata, é pescador. Inclusive,

ZÉ DO BALAIÓ.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

foi ele quem referenciou as entrevistas com pescadores de Conde. Célia Martins, por meio da produção do artesanato familiar, encontra meios financeiros de custear um curso de Psicologia em um centro universitário em João Pessoa. Para ela, o artesanato é muito mais do que um meio econômico. Ela une o seu trabalho artesanal com a construção teórica da psicologia e acredita, inclusive, que essas duas atividades caminharão juntas no futuro. O artesanato é uma herança dos antepassados da futura psicóloga. O casal de artesãos percebem com muito orgulho sua origem tradicional indígena e quilombola e apresentou com ânimo suas peças artesanais, entre elas: objetos de decoração e utensílios domésticos, a exemplo de mandalas, balaio, móveis e uma diversidade de objetos representativos como sol, amuletos religiosos feitos com muito esmero, delicadeza e dedicação.

Estão envolvidas nessa prática técnicas de colheita da matéria (conhecimentos das plantas e da ecologia) e técnicas de produção (cada produto tem uma matéria prima diferente e uma forma de começar e de dar acabamento diferente).

O trabalho manual feito a partir do cipó já era utilizado pelos indígenas que retiravam da fauna local (mata atlântica, mangue, tabuleiro e cerrado) as matérias primas para a produção de utensílios de trabalho, caça, pesca, utilização doméstica, etc.

Os indígenas da região utilizavam o material proveniente das matas e da fauna local para produção de suas moradias. Há relatos da utilização do ca-

pim manimbú pelos tabajaras no século XVIII até os dias atuais (em abril de 2020). Juscelino Tabajara, filho do cacique da Aldeia Gramame, falou que o teto da ocas foram feitos com esse capim.

Até o momento, foram identificados cinco artesãos, cada um conhecendo parte ou a integralidade do processo. Além disto, alguns produzem apenas o artesanato enquanto outros se dedicam à produção de utensílios.

Os cipós precisam ser entrançados para ser armado e, assim, formar a estrutura do produto. Além da habilidade manual, o produtor utiliza o peso de seu corpo e alguns movimentos com os punhos para dar a estrutura a sua forma. No caso do cesto, a sua base é plana, mas o formato curvado de suas laterais é dado por meio desses movimentos que curvam o cipó.

SEU PITA E SEU TRABALHO.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI





Saberes e Práticas de Parteiras

O ofício de Parteira ou o partejar é uma das práticas mais antigas da humanidade, pois antes de existirem maternidades, eram as pessoas que “traziam os menino pro mundo”. As parteiras são detentoras de um saber tradicional milenar! Tradição oral de transmissão de conhecimentos, costumam aprender este ofício com outras mulheres da família, suas mães, avós, tias.

O ofício de partejar ou “pegar menino”, como é popularmente conhecido no universo das parteiras, diz respeito não apenas ao parto em si, mas toda a relação de cuidado com as mulheres e crianças, trazendo uma perspectiva muito mais humanizada para o parto.

As parteiras auxiliam as mulheres no parto, com cuidados, acalento, massagens, compressas. Cortam o cordão umbilical, enterram suas placentas, preparam-lhes chás. Em muitas situações, estas mulheres, são denominadas de “mães de umbigo”. É muito comum encontrar este ofício em zonas rurais, pelo pouco acesso a hospitais e maternidades. Este fator contribui para que esta tradição permaneça forte nesses lugares. No município de Conde, este ofício ainda é realizado em algumas das suas localidades. Em Mata da Chica identificamos Dona Maria das Neves e no Centro identificamos D. Maria Parteira.

D. Maria das Neves era acompanhada pela mãe, quando ela era viva.

D. Maria Parteira fala das mudanças ocorridas quando os serviços de maternidade foram transferidos para Capital, João Pessoa. Ela como técnica de enfermagem também relata as mudanças em alguns procedimentos que eram orientados por médico

DONA MARIA DAS NEVES.
FOTO: LEANDRO PELLIZZONI

Saberes de Pescadores

A atividade pesqueira é uma referência cultural e econômica no Município de Conde – PB. A Colônia de Pescadores Z9, denominada Pescador João Alves do Santos, representa um coletivo de pescadores que lutam pelas referências da cultura marítima e ribeirinha. O presidente da colônia é o Senhor Arionaldo de Sousa. Conhecido como Ari da Peixaria, ele é filho e neto de pescadores, presidente da Colônia há 12 anos. Para ele, não existe mais interesse dos pescadores em dar continuidade às atividades e à preservação da cultura pesqueira. Contudo, ele acredita que é possível trabalhar com capacitação para os filhos de pescadores, postulando os valores culturais da pesca artesanal. É preciso considerar que a tradição pesqueira nos ensina uma relação de respeito entre o homem e a natureza, com a identificação dos ciclos lunar e marítimos. Quando o pescador respeita a fartura e também o momento de se recolher. Inclusive, na tradição cristã, o simbolismo do pescador é muito presente, visto que, alguns discípulos tinham essa profissão, a exemplo de São Pedro, padroeiro dos pescadores.

Em Conde existe uma diversidade de atividades pesqueira que não são apenas marítimas, considerando os rios que atravessam e enriquecem o município. Na Colônias há muito mais do que pescadores profissionais e especializados. São registrados marisqueiras, caranguejeiras, lagosteiros, homens e mulheres que fazem da pesca seus modos de sustento econômico e seus modos de vida, na relação com o mar, com a natureza, com as forças criadoras, com a religiosidade comunitária. A pesca artesanal é o modo de fazer, é técnica, são estórias e histórias de vidas flutuantes, considerando os cursos dos rios ou a movimentação do mar. O conhecimento sobre as águas é graduação para os pescadores em suas comunidades, representando muito mais do que um capital econômico ou de saberes, mas sim uma construção estética de si nas comunidades, formadas por pescadores tradicionais. Ultimamente no município de Conde, as atividades pesqueiras vem dialogando não apenas com a cadeia produtiva do comércio de venda, mas também com o turismo de pesca e com a cultura do mar.



PESCA COM COVA NO RIO GRAMAME E ZÉ DO BALAIÃO
PROCURANDO O LOCAL PARA PESCA.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI

Restauração e Criação de Arte

A restauração de imagens sacras é um trabalho que preserva e/ou recupera peças danificadas ou envelhecidas. A elaboração de imagens sacras tem importante valor histórico, simbólico e artístico. As artes sacras representam santos católicos que são estimados aos fiéis. Muitas vezes, sua origem tem relação com acontecimentos históricos e pessoais, como um marco para um município, um presente em algum momento especial, entre outros. Isso aumenta o valor do ato de restaurar a peça.

Com o passar do tempo, todo tipo de obra artística apresenta algum desgaste, seja pintura ou escultura. Isso ocorre devido à deterioração natural dos materiais ou eventuais acidentes, como quedas e infiltrações. Se a imagem exhibe problemas em sua forma, defeitos na pintura (arranhões, tinta descascando ou desbotada), pode ser o momento de buscar a restauração.

A restauração de imagens sacras é um trabalho bastante meticuloso e costuma demorar a ser concluído. Pode levar meses até a finalização de uma peça especial. O restaurador precisa estar atento aos detalhes com um viés artístico.

Em determinadas peças, é feito um Existe, entre outros, o trabalho de raspagem e resgate de ouro. Muitas dessas peças tem de 100 a 200 anos. Essa técnica de raspagem é considerada muito delicada. É preciso raspar as camadas com cuidado para não danificar e garantir a preservação dos materiais originais. Além da necessidade de reconstrução das camadas desgastadas.

OBRAS RESTAURADAS POR FABIANO BARROS.
FOTOS: LEANDRO PELLIZZONI



Artes Plásticas

Como ofício das artes plásticas, apresentamos dois representantes: Geraldo Albino Pimentel Filho, conhecido como Gel Pimentel, Gel ou Professor Gel; e Renata Santos. O primeiro é formado em Artes Visuais e Renata em Letras Língua Inglesa. Ambos atuam como professores da rede municipal.

Geraldo, nascido no Recife, veio para o Conde na década de 1980. É artista visual, com especialidade em artes manuais como: Pintura, Desenho, Cerâmica, Escultura e Gravura. Atualmente, trabalha com algumas esculturas em Madeira como Carrancas e utensílios de guerra usado pelos índios, máscaras de madeira africanas e Tikis Havaianos.

Renata, nascida em Pernambuco veio ainda jovem para Mata da Chica (Conde), é professora por profissão e artista por paixão. Desde a infância desenhava e possuía laços com as artes, mas em 2017 se recuperando de uma doença que a abalou emocionalmente, conheceu a técnica da aquarela como terapia. Funcionou, segundo ela, “para aceitar e ver beleza naquilo que na maioria das vezes não pode ser controlado”. O seu trabalho em aquarela tem essa pauta, sobre reflexão e olhares sobre coisas do cotidiano.



ESCULTURA EM MADEIRA DO ARTISTA GERALDO PIMENTEL, JACUMÃ.



PINTURAS EM AQUARELA DA
ARTISTA RENATA SANTOS.

Referên- cias Bi- bliográfi- cas

“Primeiramente gostaria de parabenizar a gestão, por fazer esse Inventário Cultural. Como Nego disse, era uma coisa que me inquietava muito: ‘de onde nós vinhamos? O que nós estamos fazendo aqui? Todas essas indagações... A gente agora não vai chegar na totalidade, mas Juscelino está alí, como antropólogo, para fazer isso mais tarde. Eu lembro que, na década de 1980, estava estourando a luta de Gurugi I, minha mãe era uma das guerreiras. A mestra dona Lenita foi quem trabalhou muito para que as pessoas do Conde tivessem treze assentamentos rurais e ela esteve em todas essas lutas. Minha mãe me levava. Tinha coisa interessante era que nós cantávamos excelências nos velórios. E uma coisa que eu gosto muito, mas que não existe mais no município. São coisas que estamos perdendo ao longo do tempo, coisas bonitas, que fazem parte da nossa história, da nossa luta, da nossa força e esse inventário vem trazendo justamente isso. Parabenizo também o IFPB pela forma que eles vem conduzindo este trabalho. Um trabalho excelente, onde a gente é o protagonista para contar a nossa história.”

— Mestra Ana do Coco

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 jun. 2020.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. Carta do Folclore Brasileiro. VIII Congresso Brasileiro de Folclore, Salvador/BA, de 12 a 16 de dezembro de 1995. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf> Acesso em: 23 de novembro de 2020.

_____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 ago. 2000.

_____. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS: Território da Zona da Mata Sul – PB*. Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA. 2010/2020. Paraíba, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio120.pdf>. Acesso em 16 de abr'. 2020.

CANCLINI, Néstor García. Definiciones en transición. In: Mato, Daniel [coord.], *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*, Buenos Aires, Clacso, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100912034428/estudios.pdf>>. Acesso em: 27 de ago. 2020.

CAVALCANTI, Maria Pereira et al. *Uma história do Conde*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário*. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 1997.

ÍTEGRA do discurso de posse de Gilberto Gil. *Folha de S. Paulo*, Poder, 2 jan. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>>. Acesso em: 27 de ago. 2020.

IPHAN. *Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília: Iphan, 2016a.

_____. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Departamento de Articulação e Fomento. Coordenação de Educação Patrimonial. Educação Patrimonial. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. *Educação patrimonial: manual de aplicação: Programa Mais Educação*. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

_____. *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Iphan, 2000.

_____. Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 29 abril 2016b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

_____. Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do Iphan. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, n. 90, p. 39, 12 maio 2016c. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520489>. Acesso em: 27 ago. 2020.

_____. Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2016d.

MORAIS, S.; RAMASSOTE, R.; ARANTES NETO, A. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): Entrevista com Antonio Arantes. *Revista CPC*, n. 20, p. 221-260, 29 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/104911>>. Acesso em 27 ago. 2020.

MURA, Fabio; PALITOT, Estevão Martins; MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. *Relatório Tabajara*: Um estudo sobre a ocupação indígena no Litoral Sul da Paraíba. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de e CASTRO, João Paulo Macedo e. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). *Revista ANTHROPOLOGICAS*. Ano 19, 26(2):17-54, 2015.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. *Sillogés* – v.1, n.1, jan./jul. 2018 – ISSN 2595- 4830.

VIANNA, Leticia. Cultura Popular e Educação. Salto para o Futuro – TV Escola. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Disponível em:<www.tve-brasil.com.br>. Acesso em 28 mar. 2020.

MELO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba*: Lutas e resistência. João Pessoa: A União, 2013.

Anexo 1

Quadros do Inven- tário e do Cadastro

Quadro 1 - Relação dos Bens Culturais Inventariados por categoria

CATEGORIA	BEM CULTURAL	LOCALIDADE(S)
Celebrações, Festas e Eventos	Festa e Procissão de São Sebastião	Gurugi e Ipiranga
	Toré da Aldeia Tabajara de Gramame	Gramame
	Procissão de Nossa Senhora de Guadalupe	Jacumã, Carapibus, Assentamento Dona Antônia
	Gira da Jurema	Tambaba
	Festa do Coco de Roda	Ipiranga
	Andada do Caranguejo	Diversos
	Barqueata	Jacumã
	Carnaval	Centro
	Festa de São Pedro	Jacumã
	Festa de Santo Antônio	Tambaba
	Festa da Consciência Negra	Gurugi e Mituaçú

CATEGORIA	BEM CULTURAL	LOCALIDADE(S)
Formas de Ex- pressão	Capoeira	Gurugi, Ademário Régis, Mituaçú
	Hip Hop	Loteamento Carnaúbas, N. Sra das Neves, Assentamento D. Antônia
	Arte Tabajara	Gramame
	Poesia Popular	Mituaçú, Centro, Ademário Régis
	Lapinha	Ipiranga e Mituaçú
	Ciranda da Alegria	Assentamento Dona Antônia
	Coco de Roda	Gurugi, Ipiranga e Jacumã

PALHAÇO FIGURINHA, CHINA.
FOTO: LUCAS PEREGRINO



CATEGORIA	BEM CULTURAL	LOCALIDADE(S)
Lugares e edificações	Núcleo de Cultura	Centro
	Passarela da BR-101	Pousada de Conde
	Restaurante Casa de Taipa	Tambaba
	Rio Gramame	Caxitú de Baixo, Mituaçú, Guaxinduba e Barra de Gramame
	Terreiro Kwê Asé Oyá Onyra	Pousada de Conde
	Museu Quilombola	Ipiranga
	Associação de Melhor Idade Novo Horizonte	Gurugi
	Rio Jacoca	Utinga de Baixo, Boágua, Cidade das Crianças, Amparo, Pituaçú, Prazeres.

RODOVIA PB-018.
FOTO: LUCAS PEREGRINO



CATEGORIA	BEM CULTURAL	LOCALIDADE(S)
Pessoas de Referência	Maria Parteira	Jardim Recreio
	Dona Luíza	Tambaba
	Dona Nevinha	Tambaba
	Seu Burino	Caxitú de Baixo
	Cacique Carlinhos Tabajara	Gramame
	Seu Adalberto	Lot. Carnaúbas
	Seu Dedinho	Mituaçú
	Dona Rosa	Caixtú de Alto
	Cacique Ednaldo	Aldeia Vitória
	Mestre Chico	Jacumã
	Nelsão Poeta	Jacumã
	Seu Adalberto	Loteamento Carnaúbas
	Zé do Balaio	Mituaçú
	Zé Piaba	Loteamento Carnaúbas
	D. Terezinha	Centro
	Dona Marlene	Pousada de Conde
	Seu João Honório	Tambaba

CATEGORIA	BEM CULTURAL	LOCALIDADE(S)
Pessoas de Referência	Luiz Carlos (técnico de futebol)	Mituaçu
	Mãe Gisélia	Pousada de Conde
	Marcos Mituaçu	Mituaçu
	Mestra Ana do Coco	Ipiranga
	Nega da Vila	Vila do Amanhecer
	Josinaldo Nego	Gurugi
	Pajé	Tambaba
	Seu Calango	Vila dos Pescadores
	Seu Pedro	Assentamento Mata da Chica
	Seu Zé Manteiga	Assentamento Mata da Chica
	China (Palhaço Figurinha)	Centro

CATEGORIA	BEM CULTURAL	LOCALIDADE(S)
Saberes, Ofícios e Técnicas	Modos de fazer o Azeite de Batibutá	Ipiranga
	Conhecimento sobre plantas medicinais	Gurugi, Ipiranga, Mituaçú, Car-naúbas, Centro, Caxitú de Alto e outros
	Técnicas de produção de utensílios e artesanato do barro	Gurugi
	Modo de fazer cuscuz de mandioca mole	Mituaçú
	Modo de fazer canoa de madeira	Mituaçú
	Modo de fazer utensílios e artesanato de cipó	Mituaçú, Coqueirinho, Tambaba, Jacumã
	Agricultura tradicional e orgânica	Dona Antônia
	Saberes e Práticas das par-teiras	Centro, Gramame, Gurugi
	Modo artesanal de fazer fari-nha de mandioca	Mituaçú, Gurugi e D. Antônia
	Saberes da Pesca	Comunidades ribeirinhas e litoral

CATEGORIA	BEM CULTURAL	LOCALIDADE(S)
Saberes, Ofícios e Técnicas	Restauração e Criação de Artes Sacras	Mata da Chica e N. Sra. da Conceição.
	Rezas e Benzeções	Gurugi, N. Sra. da Conceição
	Artes Plásticas	Centro e Jacumã
	Modos de fazer pães e massas de raízes	Gurugi

SEU RAMOS.

FOTO: LUCAS PEREGRINO



Quadro 2 – Pessoas Cadastradas no Inventário Cultural de Conde¹

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Adriano	Adriano Silva de Souza	Jardim Planalto	Grupo parafolclórico
Adriano Francisco Mendes da Silva	Adriano Francisco Mendes da Silva	Jacumã	Música
Agita	Francisco de Assis de oliveira Teixeira	Assentamento D. Antônia	Produção cultural
Alan Maskarenhas	Alan Araújo da Silva	Pousada de Conde	Música
Alexandre Batata	Alexandre de Sousa Justino	Lot. Nossa Senhora das Neves	Música
Alexandre Moura	Alexandre Soares Moura	Pousada de Conde	Grupo Parafolclórico
Allana	Allana Cristina Freire do Nascimento	Carapibus	Artesanato
Ályson Lírío	Ályson David	Jacumã/Conde	Cultura Popular
André Fox	André Valadares Fernandes	Ademário Régis	Carnaval
Aquiles Nud	Winsthon Aquilles de Freitas Leite	Village	Teatro
Arte com flores	Wilka Simone Menezes Meireles	Conde	Artesanato
Artista Plástico e Restaurador Fabiano Barros	Fabiano Barros de Oli-veira	Granja N.S. da Boa Vista	Artes Plásticas

¹ Produzido a partir do Formulário de Cadastro do Inventário Cultural de Conde *on-line* disponibilizado pelas redes sociais e pelo site oficial da Prefeitura.

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Barbara Fe	Barbara Felipe Rovigatti	Território Macuxi	Artes Plásticas
Bloco do Nandão	José Geraldo Cabral de Castro	Tabatinga	Carnaval
Bruna Lírio	Bruna Tavares Pereira	Jacumã	Cultura Popular
Bruno BK	Bruno de Vasconcelos Sousa	Jacumã	Música
Bruno Tozzi	Bruno Tozzi	Tabatinga	Audiovisual
Buiu	Tardelly Deleon Lima da Silva	Centro de Conde	Música
Cacique Arapuã	Carlos Batista de Souza	Aldeia Barra de Gramame	Grupos Indígenas
Camila Demori	Camila Almeida Demori	Jacumã	Artesanato
Carlos Alberto	Carlos Alberto Felix da Silva	Centro	Capoeira
Cecilia	Cecilia do Amaral Ramalho	Utinga	Artesanato
Celmar da cachaça	Celmar de Lima Henriques	Jacumã	Culinária tradicional
Christian Sabino	Christian de Sousa Silva Sabino	Lot. nossa senhora da conceição	Música
Cida da Vila do Amanhecer	Maria Aparecida Dutra dos Santos	Vila do Amanhecer	Culinária tradicional
Cirkombi	Antônio Pedro Milhomens Almeida	Coqueirinho	Artes circenses
Cleiton artesão de Tambaba	Cleiton Nolasco Martins	Tambaba	Artesanato
Contra Mestre Rei	Reinaldo dos Santos Monteiro	Quilombo do Ipiranga	Capoeira

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Coroné Rabixola	Marcos Antônio de Souza	Mituaçu	Cultura Popular
Dalva	Josidalva Lobo da Silva	Ademário Régis	Artesanato
Débora	Debora Cristina Paiva da Silva	Jacumã	Culinária Contemporânea
Denise Nascimento	Denise Cristina Lourenço do Nascimento	Jacumã	Artesanato
Diana	Edriane Nascimento Sabino	Sítio Tambaba	Culinária tradicional
DJ Katia Flavia	Edmário Pereira de Souza	Jardim Recreio	Música
Dj Patrick	Patrício Tavares Barbosa	Lot. Nossa Senhora das Neves	Música
Dj Nonony	Jerônimo Pereira de Lima	Jardim Recreio	Música
Dona Lourde De Biu Amaro	Maria De Lourdes Lucas Da Silva	Assentamento Dona Antônia	Cultura Popular
Dona Maria De Arcelino	Maria Das Dores Da Conceição	Assentamento Dona Antônia	Cultura Popular
Dona Noêmia	Noêmia Alexandrina Da Conceição	Assentamento Dona Antônia	Cultura Popular
Dona Zefinha	Josefa Araujo da Silva	Gurugi	Raizeiro(a), Reza-dor(a), Mateiro(a)
Dona Zezé	Maria José Da Conceição	Assentamento Dona Antônia	Cultura Popular
Dory Focke	Maria das Dores Focke	Ademário Régis	Artes Plásticas
Ecoartesanato Outravez	Raffaella Leonzi	Carapibus	Artesanato

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Edilson Rays	Edilson de Sousa Silva	Conde	Música
Ednaldo Tabajara	Ednaldo Barbosa	Jacumã	Grupos Indígenas
Elaine Arruda	Elaine Maria Marques de Arruda	Jacumã	Artesanato
Eliane Carneiro	Eliane Carneiro do Nascimento Ferreira	Loteamento Carnaúbas	Cultura Popular
Elias do Cipó	Elias Ferreira da Silva	Aldeia Nova Conquista Tambaba	Artesanato
Éllyda Sousa	Éllyda Patrícia Oliveira Sousa	Jacumã	Grupo Parafolclórico
Empório Wisul	Willis Pereira Evangelista	Jacumã	Culinária tradicional
Fátima	Maria de Fatima da Silva Alves	Jacumã	Artesanato
Felipe Leal Barquete	Felipe Leal Barquete	Village	Audiovisual
Filtrando sonhos	Fabiane Guimarães da Rocha	Ademário Régis	Artesanato
Forró Boikarar	José Mathuzael de Araújo Barreto	Ademário Régis	Música
Franklin Silva	Franklin Wagner Silva de Amorim	Território Macuxi	Música
Gabriel Moura	Gabriel Borges de Lima e Moura	Tabatinga	Produção cultural
Galega	Fabricio Brugnago	Coqueirinho	Artes circenses

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Gel Pimentel	Geraldo Albino Pimentel Filho	Jacumã	Artes Plásticas
Gil	Giliana Salvino dos Santos	Jacumã	Artesanato
Giovanna Gondim	Giovanna Marques Gondim	Carapibus	Produção cultural
Goret	Maria Goret Moro Barbosa	Carapibus	Artesanato
Gustavo	Gustavo Henrique de Lima Lemos	Bairro cidade das crianças	Capoeira
Hiago Lírio	Hiago Araujo Diniz	Jacumã	Grupo Parafolclórico
Ilustraree	Renata dos Santos	Jardim Planalto	Artes Plásticas
Iraê Tabajara	Simone da Silva Bernardo	Aldeia Barra de Gramame	Grupos Indígenas
Isaias Júnior	Isaias Gama dos Santos Júnior	Tambaba	Culinária tradicional
Israel do Coco	Israel Venícius Nóbrega de Lucena	Jacumã	Cultura Popular
Ivete	Ivete Barbosa de Lima	Jacumã	Artesanato
Jandui do Coco	Jandui do Nascimento	Assentamento Barra de Gramame	Cultura Popular
Jaquelma Alves	Jaquelma Alves Dos Santos	Lot. Nossa Senhora da Conceição	Dança
Jessyka Maxsuellen de Lima	Jessyka Maxsuellen de Lima	Jacumã	Artesanato
Jhonny Queiroz	José Baldini dos Santos Queiroz	Conde	Música
João Neto	João Machado de Araújo	Ademário Régis	Música

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Josafá Gomes de Paiva	Jozafá Gomes de Paiva	Lot. Nossa Senhora da Conceição	Artesanato
Josidalva da Silva	Josidalva da Silva Carvalho	Jacumã	Artesanato
Julíndio Macuxí	Júlio Lisboa de Magalhães	Jacumã	Turismo ecológico
Júnior Amorim	Gilberto Barbosa de Amorim Junior	Pousada de Conde	Carnaval
Júnior Iranzi Palhaço	Tarcisio Lopes de Araújo Júnior	Carapibus	Artes circenses
Juscelino Tabajara	Juscelino Silva de Souza	Aldeia Barra de Gramame	Artesanato
Kaká	Karina Rossignoli Tarapnoff Padilha dos Santos	Carapibus	Artesanato
Kel	Cleginaldo Moreira Diniz	Assentamento Dona Antônia	Cultura Popular
Kelly	Jaqueline Nascimento de Oliveira	Jardim Recreio	Grupo parafolclórico
Leninha	Irenilze Roberto da Paixão	Jardim Planalto	Cultura Popular
Leo Cajon	Leandro de Paula Silva	Jacumã	Música
Lis	Elisiane Vieira Rodrigues	Assentamento D. Antônia	Cultura Popular
Luana Oliver	Mércia Luana Ferreira Oliveira	Loteamento Carnaúbas	Música
Luciene	Luciene Maria da Silva	Tambaba	Artesanato

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Lucio Piaca	Lucio de Brito Soares	Lot. Nossa Senhora das Neves	Artes Plásticas
Luiza Bento dos Santos	Luiza Bento dos Santos	Tambaba	Culinária tradicional
Mãe Gisélia	Gisélia Maria Ribeiro da Cunha	Pousada de Conde	Religião de Matriz Africana
Magno Zumba	Magno Ribeiro Dantas	Centro de Conde	Dança
Mama	Marlene Josefa do Nascimento Nogueira	Village	Culinária tradicional
Marcone	Marcone Rodrigues do Nascimento	Gurugi	Artesanato
Maria das bonecas	Maria José da Silva Matias	Lot. Nossa Senhora da Conceição	Artesanato
Maria das Neves da Silva Pereira	Maria das Neves da Silva Pereira	Tambaba	Culinária tradicional
Maria Parteira	Maria Jose da Silva	Lot. Nossa Senhora da Conceição	Parteira
Maria Severina	Maria Severina dos Santos Cirilo	Jacumã	Artesanato
Marinaldo	Marinaldo dos Santos Silva	Assentamento D. Antônia	Cultura Popular
Marli Silvia	Marli Silvia Santos	Carapibus	Artesanato
Mateus pedro	Mateus Pedro Bezerra	Conde	Cultura Popular
Mércia do Dedo de Deus	Mercia de Macedo Calvalcante	Carapibus	Artesanato

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Mestra Ana do Coco	Ana Lucia Rodrigues do Nascimento	Quilombo do Ipiranga	Produção cultural
Miel alves	Samuel de Souza alves	Jacumã	Música
Milena Miranda	Lucia Milena Gomes Miranda	Jacumã	Música
Moisés Nascimento	Moisés do Nascimento Silva	Jacumã	Música
Monalisa Andrade	Marcela Monalisa de Andrade Silva	Jacumã	Fotografia
Monica	Mônica Balbino de Souza	Amparo	Artesanato
Mulher dos Livros	Tereza Crisina Barbosa de Brito	João Pessoa	Literatura
Nadilza	Nadilza Dos Santos Pereira	Assentamento Dona Antônia	Cultura Popular
Naia	Ivonete Maria Da Conceição	Assentamento Dona Antônia	Cultura Popular
Naila	Naila Hojaij	Jacumã	Música
Nailde	Maria Nailde Lopes da Silva	Assentamento D. Antônia	Literatura
Negão e Baú	José Ricardo do Nascimento	Gurugi	Capoeira
Néia Artes	Claudineia Silva Oliveira Raimundo	Jacumã	Artesanato
Neide Melo	Josineide Claudio de Melo	Mituaçú	Teatro
Nelsão Poeta	Nelson da Silva Lima	Lot. Nossa Senhora da Conceição	Literatura

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Nen	Maria de Lourdes de Sena	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular
Nilcelia Martins Tabajara	Nilcélia Martins da Silva	Aldeia Nova Conquista	Artesanato
Nildo	Josenildo Ferreira de Santana	Lot. Nossa Senhora das Neves	Grupo parafolclórico
Ninha	Severina dos Ramos Rodrigues de França	Gurugi	Artesanato
Nito de Olinda	Ivanilton José da Silva Junior	Carapibus	Artesanato
Nivaldo	Nivaldo Vidal de Melo Azevedo	Mituaçu	Culinária tradicional
O homem da Casa de Garrafa	Adalberto Augusto Ferreira	Loteamento Carnaúbas	Raizeiro (a), Rezador (a), Mateiro (a)
Odenir	Odenir França da Silva	Assentamento Rick Charles	Artesanato
Palhaço Bartolomeu Caroço	Flávio Louzas Rocha	Carapibus	Artes circenses
Pedro Black	Pedro Jefferson da Silva Soares	Loteamento Nossa Senhora das Neves	Humorista
Pedro Menezes	Pedro Menezes Florêncio Neto	Centro de Conde	Música
Pedro Pablo/ Pedrinho	Pedro Pablo Dias de Souza	Pousada de Conde	Música
Penha de Sebastião	María da Paixão Pereira	Mituaçu	Artesanato
Penhinha Teixeira	Maria da Penha Teixeira de Souza	Mituaçu	Cultura Popular
Pereira	Evandro Pereira Cardoso	Ademário Régis	Artesanato

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Pita	Antônio Roberto da Paixão	Jardim Recreio	Artesanato
Pituca Machado	Ricardo Galdino Machado	Ademário Régis	Cultura Popular
Pupa	Ivanilda Pereira de Gusmão	Mituaçú	Literatura
Quiu	José Carlos De Souza	Assentamento Dona Antônia	Cultura Popular
Rã	José de Souza Pontes	Pousada de Conde	Música
Raquel	Raquel do Nascimento Nogueira de Oliveira	Jacumã	Outros
Richardison José Florêncio Bernardo	Richardison José Florêncio Bernardo	Lot. Nossa Senhora das Neves	Música
Roberto Espíndola	José Roberto de Bastos Espíndola	Carapibus	Dança
Rosana Diniz	Rosana da Silva Diniz	Tambaba	Carnaval
Rosilda	Rosilda de Fátima Soares da Silva	Assentamento D. Antônia	Cultura Popular
Sandra Paz	Maria Sandra Sousa da Paz	Mituaçú	Cultura Popular
Sandro	Alecsandro da Silva Souza	Jacumã	Artesanato
Sassá	João de Souza Pontes	Pousada de Conde	Música
Seu Arcelino	Arcelino Manoel Francisco	Assentamento Dona Antônia	Cultura Popular
Seu Dé	Edson José Batista dos Santos	Assentamento D. Antônia	Culinária tradicional

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Seu Raimundo	Raimundo Cláudio da Silva	Mituaçú	Artesanato
Severo de lima	Severino Firmino de Lima	Ademário Régis	Artesanato
Shirlei Xavier de Lima	Shirlei Xavier de Lima	Tabatinga	Artesanato
Sivanildo Criativo	Sivanildo Moreira da Silva	Village	Artesanato
Sonia Gadioli	Sonia Gadioli Cavalcante	Carapibus	Fotografia
Susu	Sueli Pereira Januario Evangelista	Jacumã	Artesanato
Taipa Bijú	Dameres da Silva Martins	Tambaba	Artesanato
Tânia Catarina Dantas	Tânia Catarina Dantas	Village	Outros
Thibério Leite	Thibério Henrique Leite Ferreira	Tabatinga	Música
Titão	José Adeílson Fernandes da Silva	Jacumã	Capoeira
Valdemir	Valdemir Nascimento Cruz	Assentamento Tambaba	Artesanato
Valdirene da Barraca do Açaí	Valdirene Antunes de Souza	Jacumã	Culinária tradicional
Vera	Veranica Vicente de Medeiros	Ademário Régis	Artesanato
Vieira	Matheus Vieira Rodrigues	Assentamento D. Antônia	Produção cultural
VLC	Victor L Costa	Jacumã	Hip Hop
Werton	Werton Paiva de Farias	Jacumã	Culinária tradicional

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Wherykles	Wherykles de Lira Mesquita	Conde	Música
Winchester Rockconde	Flaviano da Silva Salvino	Boa Água	Produção cultural
Xandy	Alexandre de Araújo	Planalto	Grupo Parafolclórico
Zé do Balaio	José Maria Vicente da Cunha	Mituaçu	Artesanato
Zefinha	Josafá Maria dos Mártires	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular
Zeza	Maria José Silva de Oliveira	Loteamento Carnaúbas	Artesanato
Tota	Tubakiá Soares da Silva	Jacumã	Capoeira
Lene Mendes	Lucilene Mendes da Costa	Pousada de conde83	Artesanato
Jurandyr do Coco	Jurandir Nascimento dos Santos	Assentamento Gurugi	Cultura Popular
Aniele	Aniele Nascimento da Costa	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular
Karol	Karolayne da Silva Batista Santos	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular
Mestra Zefinha do Coco	Josefa Maria dos Mártires	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular
Poly	Polyanni Dallara Dantas Oliveira	Distrito de Bandarra, São João do Rio do Peixe/PB	Cultura Popular
Jaciara	Jaciara Santos da Cruz	Assentamento Barra de Gramame	Cultura Popular
Aniela	Aniela Nascimento da Costa	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular

NOME ARTÍSTICO OU APELIDO (SE TIVER)	NOME COMPLETO OU NOME SOCIAL	LOCAL ONDE MORA	ÁREA CULTURAL
Zelhinha do Coco	Marizelia de Lima França	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular
Mestra Lenira	Lenira Lina do Nascimento	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular
Nem	Flavia Batista do Nascimento	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular
Bia Ortiz	Fabiane Daniel Ortis	Jacumã	Áudio Visual
Fatima	Maria de Fatima Pereira Gomes	Quilombo de Gurugi	Cultura Popular
Ana	Ana Lucia Rodrigues do Nascimento	Quilombo do Ipiranga	Artesanato
Aniele	Aniele Nascimento da Costa	Quilombo do Ipiranga	Artesanato
Rosário	Maria do Rosário do Nascimento Santos	Quilombo do Ipiranga	Cultura Popular
Ritinha Tabajara	Rita de Cassia Tibeiro de Sousa	Jacumã	Artesanato
João Neto	João Machado de Araújo	Ademário Regis	Música
Tina	Bettina Gutsch Leal	Loteamento Village Jacumã	Artesanato
Flaviano ribeiro da Silva (Mestre Chico)	Flaviano ribeiro da silva	Ademário Regis	Capoeira
Adriano Camargo	Adriano da Silva	Mituaçú	Música

Quadro 3 – Espaços e Grupos Culturais cadastrados no Inventário Cultural de Conde²

NOME DO ESPAÇO OU GRUPO - FANTASIA OU ARTÍSTICO	ÁREA ARTÍSTICA/CULTURAL DO ESPAÇO OU DO GRUPO	ENDEREÇO DO ESPAÇO CULTURAL OU DA SEDE DO GRUPO (SE HOUVER)
Academia Corpo em Movimento	Dança	Rua Da Esperança Quadra 056 Lote 126
Arapuca Arte Residência	Artes Plásticas	Tambaba
Associação de Arte Coletiva Tabatinga	Cultura Popular	Praia de Tabatinga
Associação Mulheres Negras do Campo	Cultura alimentar de Base Comunitária e Agroecológica	Assentamento Gurugi II
Bar O Quilombo	Cultura Popular	Sítio Ipiranga
Berimbau Viola	Cultura Popular	Gurugi I
Biblioteca Livro em Roda	Poesia, Literatura ou Leitura de Livros	Utinga
Bloco dos Oliveiras	Carnaval	R Benício de Oliveira Lima
Casa de Farinha Sítio Tambaba	Casa de Farinha	Sítio Tambaba
Casa de Garrafa Pet - Centro de pesquisa	Raizeiro e Reciclagem	Loteamento Carnaúbas
Ciranda Cirandinha	Artesanato	Loteamento Nossa Senhora das Neves - Utinga
Ciranda da Alegria	Cultura Popular	Assentamento Dona Antônia
Cirkombi	Artes Circenses	Enseada do Coqueirinho

² Produzido a partir do Formulário de Cadastro do Inventário Cultural de Conde *on-line* disponibilizado pelas redes sociais e pelo site oficial da Prefeitura.

NOME DO ESPAÇO OU GRUPO – FANTASIA OU ARTÍSTICO	ÁREA ARTÍSTICA/CULTURAL DO ESPAÇO OU DO GRUPO	ENDEREÇO DO ESPAÇO CULTURAL OU DA SEDE DO GRUPO (SE HOUVER)
Cirkombi Teatro e Circo de Rua e Educação Ambiental	Artes Circenses	Enseada do Coqueirinho
Coco de roda e Ciranda do Mestre Zé Cutia	Cultura Popular	Jacumã
Coco de Roda Novo Quilombo	Cultura Popular	Quilombo do Ipiranga e do Gurugi
Doces tambaba Shopping Rural	Cultura Alimentar de Base Comunitária e Agroecológica	Assentamento Tambaba
Espaço Renovar	Educação para o trabalho, Familiar e Cristão, Eventos Sociais	Sítio Mituaçu
Família Los Iranzi	Artes Circenses	Carapibus
Pavilhão do Coco na Comunidade	Cultura Popular	Comunidade Quilombola do Ipiranga
Forró Nosso Jeito	Festas Populares (Carnaval, São João e outras)	Centro
Grupo folclórico e Quadrilha Junina Flor de Lírio	Cultura Popular	Centro de Jacumã
Grupo Parafolclórico Fulô do Araçá	Grupo Parafolclórico	Não tem
Grupo Parafolclórico Jacoca	Grupo Parafolclórico	Núcleo de Cultura
Kwê Axé Oyá Onyra	Religião de Matriz Africana	Rua projetada s/n - Conde
Moara Grupo de Mulheres da Aldeia Barra de Gramame	Grupos Indígenas	Aldeia Barra de Gramame

NOME DO ESPAÇO OU GRUPO - FANTASIA OU ARTÍSTICO	ÁREA ARTÍSTICA/CULTURAL DO ESPAÇO OU DO GRUPO	ENDEREÇO DO ESPAÇO CULTURAL OU DA SEDE DO GRUPO (SE HOUVER)
Oca Tabajara da Aldeia Barra de Gramame	Grupos Indígenas	Aldeia Barra de Gramame Sul
Quadrilha Raio de Luar Mirim	Festas Populares (Carnaval, São João e outras)	R Marcone Edson de Oliveira n 26
Quintal Cultural Raízes Negra	Cultura Popular	Sítio Quilombo Mituaçu
Radio Comunitaria Mituaçu fm 87.9	Rádio Comunitária	Sítio Mituaçu
Restaurante Rural Casa de Taipa Tambaba	Gastronomia	Sítio Tambaba
Tabatinga Arte	Artes Plásticas	Tabatinga
Território Macuxi	Grupos Indígenas	Jacumã
Forro Boikarar	Música	Ademário Régis
Grupo Capoeira Nagô	Capoeira	
SV. Sinceridade na Veia	Hip Hop	Assentamento Dona Antônia
Museu Quilombola do Ipiranga	Museu	Quilombo do Ipiranga
Grupo de Mulheres das Bio-joias Duá	Artesanato	Quilombo do Ipiranga

“(...)Vou falar dos pescadores
Que enfrentam o alto mar
Muitos em barcos à vela
Pra seu peixinho pescar
Arriscando a sua vida
Pra alimentar a família
Que ficou a lhe esperar

Os índios tabajaras têm
Muitos saberes pra contar
Contar que as plantas têm
Poderes para curar
Estes são alguns costumes
Da sua longa jornada
E a planta devocional
É a jurema sagrada

As rezadeiras da cidade
Merece nosso respeito
Reza febre, mal olhado
Até mesmo dor no peito
Reza criança e adulto
E cura qualquer sujeito

O coco de roda é
Uma dança atraente
Atraí quem chegou agora
Até os remanescentes
Ela mexe com o corpo
E o coração da gente

Os quilombos e quilombolas
Merecem nossa atenção
Antes de serem libertos
Enriqueceram o patrão
Trabalhando como escravos
Sem receber um tostão

Sou a poeta Nailde
Estou nessa parceria
Meu nome termina em Silva
E começa com Maria
E para finalizar
Eu quero assim externar
A todos minha alegria”

- Nailde Lopes, cordelista



Era uma vez..

POR PROF. IVERALDO LUCENA (IN MEMORIAM)

Vila charmosa, lugar de visitar, aos domingos. Terra de caçadores nas matas do litoral sul e nos tabuleiros costeiros (...). Um dia se emancipou, 16 de outubro de 1963, já conta décadas de história, dessa nova condição, com coisas pra lembrar e tantas outras para esquecer. Lembra seus dias de glórias como berço de Tabajaras e momentos de crises ao abandono das circunstâncias da ocupação.

A vila permanece modesto aglomerado urbano, com um acesso difícil realizado por uma precária estrada de terra que saía da estrada João Pessoa-Recife, logo depois da Vila de Gramame, entrada à esquerda passada a ponte dos arcos. No Rio Gramame, marco de limite norte do novo município, o Conde, com o município de João Pessoa, marco fronteira que corre até o litoral, na praia de Gramame. A leste o município se limita com o Oceano Atlântico e tem as praias denominadas de Barra de Gramame, Praia do Amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba e Praia Bela no Rio Graú. Ao sul o limite é Pitimbu e a oeste se limita com Alhandra (...). Belo litoral que hoje forma o colar que adorna o município e favorece o turismo, vocação da economia municipal. O território (...) guarda uma vasta região para o interior onde se localizam comunidades tradicionais como, os quilombos Gurugi, Mituacu, Ipiranga e a comunidade de Utinga. Ainda compõem o território condense, aumentando sua diversidade racial e cultural, dois aldeamentos indígenas, do povo Tabajara, localizadas em Barra de Gramame e Frei Anastácio.

A zona rural é razão de vaidade e orgulho com uma boa presença de cursos d'água, terras agricultáveis e um tabuleiro que outrora só oferecia mangaba, o que era bom, mas hoje se valoriza com outras culturas como frutas, cana de açúcar, inhame e hortaliças. A ocupação territorial por tanto tempo reservada a grandes propriedades, foi modificada pela luta armada pela Reforma Agrária

